



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

SÁVIO ABREU DE FREITAS

**A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM ANTONIO GRAMSCI
“ O EDUCADOR DEVE SER EDUCADO”**

FORTALEZA

2018

SÁVIO ABREU DE FREITAS

A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM ANTONIO GRAMSCI:
“O EDUCADOR DEVE SER EDUCADO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D32c de Freitas, Sávio Abreu.

A Concepção de Partido em Antonio Gramsci: “o educador deve ser educado” / Sávio Abreu de Freitas. – 2018.

114 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.

Coorientação: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

1. Filosofia da Práxis. 2. Partido Político. 3. Moderno Príncipe. 4. Educação. I. Título.

CDD 370

SÁVIO ABREU DE FREITAS

**A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM ANTONIO GRAMSCI
“O EDUCADOR DEVE SER EDUCADO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação

Aprovada em: 22 / 01 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio (Coorientação)
Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília)

Prof^a. Dr^a. Clarice Zientarski
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiróz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

*Aos que acreditam na transformação da realidade
rumo a um novo tipo de sociabilidade humana, o comunismo.*

AGRADECIMENTOS

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser,
mas Graças a Deus,
não sou o que era antes.”*

Marthin Luther king

Com o pensamento de Martin Luther king, expresso a alegria dos desafios enfrentados e as transformações ocorridas em decorrência deste trabalho dissertativo. Desta forma, não poderia deixar de expressar a imensa satisfação de poder ter recebido as significativas e relevantes contribuições em minha formação educacional.

Primeiramente agradeço aos meus pais, Luiz Gonzaga e Elenir, pelo amor incondicional, amizade, carinho, incentivo e apoio de todas as horas.

Ao meu filho, Ismael, companheiro e motivo de inspiração para todos os momentos.

Às minhas irmãs, pela convivência e os momentos de alegria.

À companheira Iomara, pelo afeto e o carinho desprendido nas horas mais difíceis.

Aos meus queridos/queridas amigos/amigas: Diana, Erasmo, Francenilton, Jonas, Marcondes, Karla, Perla, Raquel e tantos outros que não poderei listar aqui.

Às companheiras Débora Accioly e Eurivânia, pela amizade e pelas contribuições imprescindíveis a finalização deste trabalho dissertativo.

À Professora Joeline Rodrigues, por ter me incentivado e apoiado nesta caminhada acadêmica.

Ao meu orientador, Justino de Sousa, pela sabedoria que tanto tem contribuído com a formação de intelectuais da classe trabalhadora.

Ao professor Del Roio, pela participação na banca de qualificação e pelas considerações imprescindíveis ao resultado deste trabalho.

Ao mestre Fábio Queiroz, um guerreiro de luta, pela contribuição e disponibilidade em compor a banca.

À professora Clarice Zientarsky, amiga e companheira, pelo apoio desprendido a mim e ao grupo de estudos e pesquisas G-Gramsci, bem como pela contribuição e disponibilidade de compor a banca.

Aos docentes e discentes que compõem a Linha Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – Faced/UFC.

Aos estimáveis mestres, que estiveram presentes nesta caminhada: Fátima Nobre, Fábio Sobral, Lia Pinheiro, Raquel Dias, Rosimar Machado e Pedro Santos.

Aos servidores da UFC, em especial ao meu amigo Carlos, do Departamento de fundamentos da Educação, pelo apoio que fora dado ao grupo de estudos GGramsci.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci - GGramsci pelas experiências adquiridas ao longo de nosso convívio acadêmico, e pelas amizades construídas ao longo deste processo, a exemplo dos camaradas: Ana Paula Sancho, Antônio, Diana, Erico, Fábio, Gabriella, Iziane, Júlia, Lia, Liária, Moésio, Pereira, Renata, Willy e tantos outros.

Ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio – SINDEUS pelo primeiro contato que obtive dentre tantas outras organizações de massas.

À Prefeitura Municipal de Eusébio e, posteriormente, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP pelo apoio financeiro despendido nas atividades acadêmicas realizadas durante o curso de mestrado.

E finalmente, à turma de mestrado com quem convivi e tive excelentes contribuições.

*Odeio os indiferentes.
Como Friederich Hebbel acredito que “viver significa tomar partido”.
Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade.
Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário.
Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida.
Por isso odeio os indiferentes.*

Antonio Gramsci

RESUMO

A dissertação que ora apresentamos, busca analisar a concepção de Partido Político em Antonio Gramsci e, para tal, tenta recuperar a evolução de seu pensamento político-pedagógico e filosófico, expresso em sua concepção de partido conclamada pelo “moderno Príncipe” (o “Partido Príncipe”) (2012), no ápice de sua maturidade teórico-prática. Nestes termos, o presente texto vislumbra alguns aspectos teóricos e práticos presentes na trajetória de vida “individual” e “coletiva” de Antonio Gramsci, - do “filósofo da práxis” (2001a), evidenciado pelo transcurso de sua labuta com vistas para o caráter educativo do Partido Político na perspectiva de que “o educador deve ser educado” (2010) (Terceira Tese sobre Feuerbach – Marx. 1845). Uma visão política e pedagógica a ser aprimorada com o “moderno Príncipe” (o “Partido Príncipe”) que tratará de questões para além dos interesses puramente econômicos, mas de caráter “amplo” e “universal”, com vistas à “elevação cultural” das classes subalternas e a constituição de novo tipo de “bloco histórico”, superando a dicotomia de classes completamente antagônicas alicerçadas pela exploração do “homem pelo homem”, um fundamento do grande capital. Enfim, o trabalho dissertativo, pretende contribuir com os debates em torno da concepção de Partido Político em Gramsci, do “moderno Príncipe” (2001b), cuja filosofia se debruça na “elevação cultural” das classes subalternas, no processo de ensino-aprendizagem dos “simples” para que transformem o mundo real e adquiram uma nova forma de “vida superior” (2001b). Assim sendo, o referido estudo bibliográfico, coloca às mãos das classes subalternas as bases do pensamento gramsciano em torno do Partido Político (“o moderno Príncipe”) para que as mesmas façam uma análise crítica acerca da conjuntura nacional e internacional, de modo a superarem a “realidade efetiva” por meio de uma intensa formação política de massas, organizando-as e transformando-as em “dirigentes e dirigidos” (1982), assim como ocorrera com Gramsci com sua relação dialética de “ensino e aprendizagem” (Terceira Tese sobre Feuerbach – Marx. 1845).

Palavras-chave: Filosofia da Práxis; Partido Político; Moderno Príncipe, Educação.

RESUMEN

La disertación que ahora presentamos busca analizar la concepción del Partido Político en Antonio Gramsci, y para ello intenta recuperar la evolución de su pensamiento político-pedagógico y filosófico, expresado en su concepción de partido convocada por el "moderno Príncipe" (el "Príncipe" (2012), en el ápice de su madurez teórico-práctica. En estos términos, el presente texto vislumbra algunos aspectos teóricos y prácticos presentes en la trayectoria de vida "individual" y "colectiva" de Antonio Gramsci, - del "filósofo de la praxis" (2001a), evidenciado por el transcurso de su labor con vistas al carácter educativo del Partido Político en la perspectiva de que "el educador debe ser educado" (2010) (Tercera Tesis sobre Feuerbach - Marx, 1845). Una visión política y pedagógica a ser mejorada con el "moderno príncipe" que tratará de cuestiones más allá de los intereses puramente económicos, pero de carácter "amplio" y "universal", con vistas a la "elevación cultural" de las clases subalternas y la constitución de nuevo tipo de "bloque histórico", superando la dicotomía de clases completamente antagónicas basadas en la explotación del "hombre por el hombre", un fundamento del gran capital. En fin, el trabajo disertivo, pretende contribuir con los debates en torno a la concepción del Partido Político en Gramsci, del "moderno Príncipe" (2001b), cuya filosofía se centra en la "elevación cultural" de las clases subalternas, en el proceso de enseñanza-aprendizaje "simples" para que transformen el mundo real y adquieran una nueva forma de "vida superior" (2001b). Por lo tanto, el referido estudio bibliográfico, coloca a las manos de las clases subalternas las bases del pensamiento gramsciano en torno al Partido Político ("el moderno Príncipe") para que las mismas hagan un análisis crítico acerca de la coyuntura nacional e internacional, de modo a superar la "realidad efectiva" por medio de una intensa formación política de masas, organizándolas y transformándolas en "dirigentes y dirigidos" (1982), así como ocurrió con Gramsci con su relación dialéctica de "enseñanza y aprendizaje" (Tercera Tesis sobre Feuerbach - Marx, 1845).

Palabras clave: Filosofía de la praxis; Partido político; Moderno Príncipe, Enseñanza.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNI	Confederação Nacional da Indústria
IC	Internacional Comunista
PCI	Partido Comunista Italiano
PNF	Partido Nacional Fascista
PSI	Partido Socialista Italiano
PUCS	Partido Comunista da União Soviética
QC	<i>Quaderni del Carcere</i> – Cadernos do Cárcere

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	GRAMSCI E A FILOSOFIA DA PRÁXIS	16
2.1	Memórias de Antonio Gramsci (Nino)	18
2.2	A filosofia da práxis: um substrato para o Partido Político	23
3	UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELA LUTA REVOLUCIONÁRIA OU PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA	36
3.1	Da militância juvenil ao sujeito revolucionário	37
3.2	A (re)construção do Partido Comunista Italiano – PCI	53
4	O PARTIDO POLÍTICO DE GRAMSCI E A RELAÇÃO PEDAGÓGICA COM AS MASSAS	61
4.1	O Partido Político em Gramsci e as contribuições soviéticas	62
4.2	A fase madura do Partido Político e o “Moderno Príncipe”	84
5	CONCLUSÃO	108
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa bibliográfica fora instigada pelas parcas experiências pessoais e profissionais obtidas com o processo de organização de luta da classe trabalhadora, pois, o contato com organismos sindicais, em especial, a do sindicato dos trabalhadores em educação na cidade de Eusébio/Ce, categoria profissional da qual fazíamos parte, bem como outras entidades de classe, o contato com o *Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci - GGRAMSCI*¹ e a Linha de pesquisa *Trabalho e Educação*², sem dúvida alguma nos levaram a investir no objeto de pesquisa em questão, *A concepção de Partido em Antonio Gramsci – “o educador deve ser educado”*

Com base nos estudos referendados em Gramsci, diante de um quadro que se intensificava, vimos a necessidade de aprofundarmos os estudos na finalidade de compreendermos os meandros existentes na relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política, de modo a constituírem-se em um “bloco histórico” e hegemônico das classes que, por ora, trabalham em favor dos interesses do Estado-burguês e do grande capital. Desse modo, fomos nos aproximando cada vez mais do objeto em tela, ou melhor, do vasto conhecimento que estaria por vir com o filosófico da práxis, Antonio Gramsci, o *Nino* como era chamado na infância, que nos auxiliou demasiadamente no desvelamento das contradições (im)postas pelo antagonismo de classes, sanando algumas de nossas inquietações.

Tal investidura chega até nós com o objetivo de buscar os elementos que compuseram a concepção de Partido Político em Gramsci, levando em consideração os aspectos pedagógicos, políticos e filosóficos que influenciaram a Antonio Gramsci nesta empreitada revolucionária de seu tempo histórico, mas com implicações para qualquer que fosse o período. Pois as contribuições em termos educacionais em seu “sentido amplo” eram constantes, já que Gramsci adquiria um conjunto das habilidades teórico-práticas³ que, pouco a pouco, agregava-lhe valores a sua personalidade enquanto “filósofo individual” ou até mesmo na qualidade de “filósofo coletivo”, com implicações para com o Partido Político de massas, fazendo-o com que

¹ O *Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci – GGRAMSCI*, fundado desde 2013, é um grupo de estudiosos e pesquisadores da obra de Gramsci que se debruçam em pesquisar a vida e obra do teórico sardo, bem como disseminá-lo por toda a região Nordeste, tecendo as contribuições do teórico para além da vida acadêmica.

² A *Linha Trabalho e Educação* é linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação – PPGE/UFC e se debruça ao estudo de questões relacionadas as transformações ocorridas no mundo do trabalho em face do processo de reestruturação produtiva, bem como as implicações reverberadas na formação do trabalhador.

³ Semeraro (2011) afirma que Gramsci revela comportar-se como “[...] um ser poliédrico e unitário, onde a política, a filosofia, a educação, a cultura, a vida pessoal e social, embora distintas, andam entrelaçadas inseparavelmente [...]” (SEMERARO, 2011, p. 01).

adotasse a dupla tarefa pedagógica concernente ao processo de “ensino-aprendizagem”, ou seja, ao passo que ensinava as massas operárias, camponesas e tantos outros que estivessem ao seu redor, também aprendia com elas em meio às circunstâncias a que estavam inseridos.

Deriva destes, o motivo pelo qual fomos levados a investigar o tema a seguir, qual seja: “*A concepção de Partido em Antonio Gramsci: ‘o educador deve ser educado’*”, uma temática que abrange o aspecto educativo no que tange a formação política da classe trabalhadora e, por se tratar de Gramsci, parecia percorrer-lhe às “veias do corpo” diante de todo o seu trajeto de vida e de militância política que, fazia do “filosofo da práxis”, um “político em ato”, um proto-jacobino imbuído pelo desejo constante de educar as massas operárias para a devida “elevação cultural” na finalidade de se forjar uma nova forma de sociabilidade humana.

Neste sentido, com intuito de alcançarmos os objetivos propostos, organizamo-nos da seguinte maneira. Realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico que se configurou de revisitação da obra Gramsciana, análises de conceitos e reflexões junto aos acontecimentos da época. Ao final do processo metodológico, consubstanciamos os respectivos capítulos, que seguem nessa ordem: o capítulo 1 com o tema “*Gramsci e a filosofia da práxis*” recuperando um pouco da vida política de Antonio Gramsci, desde a infância à sua juventude com o movimento operário no Norte da Itália através dos Conselhos de Fábrica (1919- 1920). Destaca-se ainda a “filosofia da práxis” enquanto filosofia imprescindível à luta revolucionária do Partido Político e de sua vanguarda, cuja finalidade visava compreender dialeticamente a “realidade efetiva” do “mundo dos homens” a ponto de transformá-la pelo uso de uma “práxis revolucionária”. Com isso, a ideia de Gramsci era de corroborar efetivamente com a elevação da consciência política das classes subalternas à “patamares superiores”, era, portanto, elevá-los da condição de uma “filosofia primitiva”, filosofia dos “simples”, para o “conhece-te a ti mesmo” (GRAMSCI, 2001, p. 95).

No capítulo 2 o tema, “*Uma trajetória marcada pela luta revolucionária ou práxis revolucionária*”, tratamos de evidenciar os registros que compreenderam o amadurecimento teórico-prático de Gramsci sob a perspectiva de uma *práxis revolucionária*. Elencamos um pouco de sua militância ainda na juventude, perpassando pelas primeiras experiências com o movimento operário no Norte da Itália, bem como o contato obtido com o Partido Socialista Italiano (PSI) e com o Partido Comunista Italiano (PCI). Além disso, registra-se a postura de Gramsci diante da proposta de (re)construção do Partido Comunista Italiano (PCI), cuja ideia era (re)elaborar as políticas organizativas do partido à luz do pensamento bolchevista através da “política da frente única” de modo que viesse unir os diversos estratos da sociedade e o

conjunto de suas organizações para a luta organizada em combate as forças dominantes (fascista/capital).

Por fim, o capítulo 3 que versa sobre o tema “*O Partido Político de Gramsci e a relação pedagógica com as massas*” abordando algumas das evidências educativas desenvolvidas pela ação política de Gramsci, consoante a sua visão político-pedagógica de “instruir”, “organizar” e “agitar” as massas operárias e camponesas, todos e todas, na direção ou constituição de um novo “bloco histórico”. É posto, portanto, algumas das contribuições soviéticas advindas do Partido Bolchevista, na Rússia, contribuições de diferentes matizes que se somaram à tentativa de fortalecimento do Partido Comunista Italiano (PCI). E, finalmente, alguns registros do ápice do pensamento político de Gramsci concernentes a (re)elaboração acerca do Partido Político que se finda na forma de “Partido Príncipe” com o “moderno Príncipe”, cuja proposta pedagógica se reportava a constituição de uma “vontade coletiva nacional-popular” forjada em um projeto “político-pedagógico” que almeja constantemente uma “reforma intelectual e moral” que atenda ou que direcione os princípios da coletividade, a começar, obviamente, pelas classes subalternas, naturalizando-se para toda a nova sociedade.

Assim, o presente trabalho pretende percorrer o pensamento de Gramsci, culminando na fase madura do pensamento político do autor que, sem sombra de dúvidas, contribuiu significativamente para nossa pesquisa bibliográfica no que concerne a concepção de Partido Político revolucionário de ampla universalidade política, capaz de se distinguir dos “os partidos de legenda” que se assentam, em tempos hodiernos, através da “pequena política”, da política de bastidores, da intriga e dos conchavos. Para um sentido mais amplo e universal, Gramsci (2001b) concebeu o Partido Político (“o Moderno Príncipe”) com o seguinte manifesto:

O moderno príncipe [o partido] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2001b, p.18).

Desta feita, o Partido Político (o “moderno Príncipe”) deverá estar em “*todos los ricones*”, contido em todas as pessoas, em diversas organizações, sobretudo, os das classes subalternas, numa constante relação dialética para com a “realidade efetiva” de modo a transformá-la, tratando de questões para além dos interesses puramente econômicos, de caráter “amplo” e “universal”, com vistas à “elevação cultural” dos “simples” e a constituição de novo tipo de “bloco histórico”, portanto, de uma forma de “vida superior” aos tempos de outrora.

2 GRAMSCI E A FILOSOFIA DA PRÁXIS

Diferentemente dos animais, o homem é considerado um “ser social” e vive em constante interação com a natureza para o atendimento de suas necessidades vitais e, com isso, passa a garantir sua própria subsistência por meio do conjunto de habilidades que lhes são peculiares.

Nesta relação dialética e indissolúvel entre homem e natureza, o homem desenvolve sua consciência por meio de diversos complexos sociais que, para Lukács (1978), constitui uma atividade humano-social e que tem como base o trabalho. No entanto, não podemos interpretar tão-somente desta forma, pois para Lessa (1997)

“[...] Lukács argumentou, em diversas oportunidades, que inúmeros atos humanos não podem ser reduzidos a atos de trabalho, em que pese o fato de o trabalho ser a forma originária e o fundamento ontológico das diferentes formas da práxis social. Para o filósofo húngaro, a reprodução social comporta e, ao mesmo tempo, requer outros tipos de ação que não especificamente de trabalho. Todavia, sem a categoria do trabalho, as inúmeras e variadas formas de atividade humano-social não poderiam sequer existir” (LESSA, 1997, p. 23-24).

Faz-se *mister* destacar que mesmo com o desenvolvimento das relações produtivas e sociais, as práxis sociais como educação, arte e ciência continuam mantendo com o trabalho uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa, numa determinação recíproca sob o primado da totalidade social.

O traço mais marcante destes desdobramentos é que as categorias específicas do novo grau de ser vão assumindo, nos novos complexos, uma supremacia cada vez mais clara em relação aos graus inferiores, os quais, no entanto, continuam a ser o fundamento material da sua existência. É o que acontece nas relações entre a natureza orgânica e inorgânica e o que acontece agora nas relações entre o ser social e os dois graus do ser natural. Esse desdobramento das categorias próprias de um grau do ser sempre se dá através de uma crescente diferenciação, de tal modo que elas se tornam cada vez mais autônomas – é claro que em sentido relativo – no interior dos respectivos complexos de um tipo de ser (LUKÁCS, 1976, p. 44)

Nesse sentido, elucidamos a percepção lukácsiana sobre o complexo educacional, concebida como uma práxis que está para além de uma configuração histórica burguesa, isto é, não se restringe ao ambiente escolar, portanto, uma educação em seu “sentido amplo”. Assim,

o homem passa por um constante aprendizado, tal qual como é apontado por Marx e Engels (2010) na tese de que o homem “educa” e “é educado” constantemente em meio as circunstâncias, devendo transformá-las em uma práxis revolucionária.

Dito isto, o desenvolvimento do gênero humano perpassa pelo complexo social da educação, seja ele uma educação em seu “sentido amplo ou restrito”, o fato é que o homem por se tratar de um “ser social” passa a viver um constante aprendizado na finalidade de suprir suas necessidades vitais de subsistência e culturais, podendo ser de interesses individuais ou coletivos, mas que se configuram enquanto aprendizagens do “gênero humano”.

Nesse sentido, o homem se constitui e se desenvolve enquanto “ser social” a medida em que participa do processo de produção e reprodução de sua própria existência humana. Esta lógica, não poderia ser distinta do desenvolvimento intelectual e físico de Gramsci na Itália, por isso a retomada dos estudos que levam em consideração os aspectos biográficos do autor, abordando um pouco de sua trajetória de vida (infância, juventude, militância e cárcere) para que possamos compreender a construção de seu pensamento político-pedagógico acerca da concepção de partido revolucionário, um objeto que se constituiu ao longo de suas experiências teóricas e práticas.

Destarte, a relação “homem e natureza”, Gramsci e as circunstâncias, fizeram com que se tornasse o “sujeito revolucionário”, portanto, aquele cuja filosofia (filosofia da práxis) se assenta na perspectiva de uma “práxis revolucionária”, não se conformando com as condições objetivas e subjetivas a que lhes eram impostas. Por conseguinte, em linhas gerais, os capítulos que se seguem trarão as contribuições que o influenciaram (dificuldades econômicas, físicas, emocionais, acadêmicas) e fizeram com que se dedicasse inteiramente ao movimento de massas, construindo com isso sua concepção de Partido Político frente aos desdobramentos do capital em crise.

2.1 – Memórias de Antonio Gramsci (Nino)

*sono sardo
sono gobbo
sono pure
comunista
dopo una lunga
agonia
in carcere
spireró
Nino mi chiamo.*

Luca Paulesu⁴

Dada a relevância biográfica do autor para a compreensão do ápice de seu desenvolvimento político acerca da concepção de Partido, agregada a necessidade de se fazer conhecer um dos maiores revolucionários do século XX, retomamos aqui um pouco de sua trajetória acadêmica, de militância e até mesmo familiar, por acreditarmos que o filósofo sardo se constituiu como tal devido as experiências obtidas ao longo de sua trajetória de vida, o que lhe rendeu uma formação humana (revolucionária) para além da educação⁵ em seu “sentido restrito” [tão-somente “instrução-educação”].

Isto posto, reafirmamos que os pressupostos biográficos a seguir, embora sejam fragmentos de uma totalidade, estes, por sua vez, representam uma parte de seu desenvolvimento intelectual e revolucionário, pois para Gramsci (1982) o indivíduo vive um constante aprendizado, é que demonstra em um de seus escritos ao afirmar que desde a infância seu desenvolvimento “[...] acumula sensações e imagens, que se multiplicam e se tornam complexas [...]” (GRAMSCI, 1982, p.142).

Sendo assim, apresento-lhes partes de sua trajetória que pouco a pouco vai se consubstanciando em dimensões mais “complexas”, enfim, Antonio Gramsci, o Nino, como era chamado carinhosamente pelos familiares, nasceu em 22 de janeiro de 1891 na cidade de Ales, Região da Sardenha⁶ no Sul da Itália. Era o quarto filho de uma família de sete irmãos⁷,

⁴ Citação da obra *Nino mi chiamo* de Luca Paulesu (2012) que diz: “ Sou sardo, sou corcunda, também comunista. Depois de um longo sofrimento na prisão, morri. Nino me chamo ” (PAULESU, 2012, p. 25).

⁵ Gramsci demonstra muito apreço a educação das classes subalternas, pois cria que “toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem "atual" à sua época. [...]” (GRAMSCI, p.142).

⁶ Sardenha, terra natal de Antonio Gramsci, se situava no Sul da Itália em uma ilha do mar Mediterrâneo ocidental e sua capital é Cagliari. Na época, era uma região economicamente atrasada e sua principal fonte de renda estava relacionada basicamente ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, e somente a partir do final do século XIX é que começaram a surgir as primeiras indústrias.

⁷ A família Gramsci teve sete filhos: Gennaro (1884), Grazieta (1887), Emma (1889), Antonio Gramsci (1891), Mario (1893), Teresina (1895) e Carlo (1897) (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p.15).

descendentes dos senhores Francesco Gramsci, um albanês filho de um ex-oficial das forças armadas *borbônicas* e também coronel da *gendarmaria* italiana [espécie de polícia]; e Giussepina Marcias Peppina, uma filha de pequenos proprietários de terras sardas.

Aos dois anos de idade, Gramsci contraiu uma enfermidade chamada *Mal de Pott*, uma tuberculose óssea que deformou sua coluna, desenvolvendo uma espécie de corcunda e, desde então, sua saúde não fora mais a mesma, pois a enfermidade lhe rendera uma série de complicações ao longo de sua trajetória de vida. Como exemplo disto listam-se os graves problemas que obteve aos quatro anos de idade, quando o mesmo sofrera com hemorragias e convulsões, fazendo-o com que se tornasse uma criança comprometida fisicamente e as vezes emocionalmente.⁸

Até então, Gramsci e seus familiares desfrutavam de uma vida financeiramente equilibrada, mas com a prisão do pai em 1889, devido à acusação de ter aplicado “irregularidades administrativas” no *Registro de Imóveis de Guilarza*⁹, as coisas entraram em declínio e a família passou a enfrentar momentos difíceis. Não se sabe ao certo a veracidade da acusação imputada ao pai, pois se acredita que seja de cunho político, já que se tratava de ato impetrado por “facção política vitoriosa” nos processos eletivos da época, o fato é que Francesco Gramsci fora condenado (em 1900) a 5 anos, 8 meses e 22 dias de prisão, o que de pronto veio a abalar o estado emocional e financeiro da família, acarretando-lhes uma intensa miséria e vergonha perante aos familiares e a população local (FIORI, 1979, p. 18 - 20).

Diante das circunstâncias existentes, Gramsci (Nino), aos 11 anos de idade, e seus irmãos, tiveram que trabalhar¹⁰ para complementar a renda familiar. Sua mãe teve que vender as pequenas propriedades de terras herdadas pela família, passando, então, a sustentar sua prole com a realização de pequenos biscates feitos nos arredores da comunidade (*Idem*, p. 22 - 23).

Nesse ínterim, apesar das adversidades elencadas que o impulsionaram ao trabalho precoce, fossem elas de ordem econômica, de saúde física (enfermidades e biótipo físico) e/ou emocionais, Gramsci empenhou-se ativamente em seus estudos, tornando-se um dos melhores alunos e obtendo com isso média nove nos exames de admissão ao ginásio em 1903. Contudo,

⁸ Devido aos agravos de saúde, Gramsci teve o seu crescimento afetado chegando a medir 1,50m de altura, motivo pelo qual sua mãe veio a tratá-lo diferentemente dos demais filhos, quer dizer, com mais cuidado e apreço.

⁹ Local onde trabalhara desde os 21 anos de idade (FIORI, 1979, p. 18).

¹⁰ Aos 12 anos de idade, Gramsci abandonou os estudos e foi trabalhar no Cartório de Registros de Imóveis de Guilarza executando um trabalho braçal, levando pastas que chegavam a pesar mais que ele. Gramsci se revoltava com a situação, dada as condições que se encontrava, pois teria que trabalhar enquanto outras crianças (filhos de açougueiro, farmacêutico e comerciante), até menos dotada, seguiam os seus estudos e ele não. (*Ibidem*, 2001, p.17)

em 1904, Francesco Gramsci, seu pai, foi liberto¹¹, retomando às suas atividades laborais em seu antigo trabalho e apesar de não mais ocupar o cargo de outrora, passou a desempenhar a função de escrivão, o que não lhe rendera o suficiente para cobrir-lhe os gastos da família, por isso as dificuldades financeiras persistiam e repercutiam na formação do pequeno Gramsci (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 17-18).

Não obstante, somente no ano posterior (1905) que a família Gramsci conseguiu retomar a uma vida estável, com a ajuda do trabalho de sua mãe e de suas irmãs, tornando possível o seu retorno aos estudos no *Ginásio Santu Lussurgiu*, situado a 18 km de Guilarza. Desta forma, a família pode lhe custear uma moradia na casa de uma simples família camponesa, assegurando-lhe o alojamento, roupa de cama e uma alimentação básica, ou seja, o suficiente para sobreviver, pois as condições eram extremamente escassas e o que lhe salvara eram as refeições enviadas pelos seus pais.

O desejo pelo conhecimento e a vontade de tornar-se “alguém na vida” se tornara muito mais forte do que as objeções que enfrentara. Aos 14 anos de idade, Gramsci passa a tomar conhecimento da literatura socialista por meio de seu irmão mais velho, Gennaro, que prestava serviço militar na cidade de Turim, e que fez questão de conceder-lhe uma assinatura do *Jornal Avanti! – Jornal do Partido Socialista Nacional* para que tomasse conhecimento das primeiras ideias socialistas que envolviam a luta dos trabalhadores turinenses.

Em seguida, Gramsci, ainda com dificuldades financeiras, realidade presente em toda vida estudantil, ingressa no *Liceu em Cagliari*, passando a morar¹² com o próprio Gennaro. Aqui, as circunstâncias dadas pela realidade proporcionaram-lhe os primeiros contatos com o movimento organizado de massas, dando-lhe as primeiras contribuições teórico-práticas para que no futuro viesse a se tornar um homem político, um “político em ato”. Desta forma, aos poucos eram criadas as “estruturas mentais” para que no futuro o jovem Gramsci se tornasse um educador de massas, lógico que isso não se deu de modo abrupto, mas no transcorrer de um longo processo político-pedagógico, dialético e indissolúvel que envolvia a relação entre o “educador” e o “educado”, bem como as circunstâncias que se apresentavam em cada período histórico.

¹¹ Gramsci, o pai, ao sair da prisão, a comunidade local que acompanhava a “pequena política” na qual estava inserida, o recebeu com bons olhos, compreendendo o motivo pelos quais fora preso e o acolheu no regresso à comunidade facilitando seu convívio no contexto social (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 17-19).

¹² Neste período Gennaro trabalhava em uma fábrica de gelo da cidade de Turim, morava em um quarto pequeno e úmido e a vida dos dois era mantida com poucos recursos financeiros, o que inviabilizava o apoio aos estudos de Gramsci. (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 20)

O jovem Gramsci passa então a vivenciar suas primeiras experiências em defesa dos trabalhadores, diante dos conflitos existentes na ilha da Sardenha, por volta do ano de 1906. Neste período, os conflitos avolumaram-se e expressaram-se em um movimento de insurgência representado por comerciantes, camponeses, pescadores e intelectuais contra as políticas de austeridade do governo italiano, que trazia no seu escopo a cobrança de impostos abusivos para o fortalecimento do capital. Na contramão dos agravos acometidos pelos interesses do capital aos seus conterrâneos, Gramsci começa a dar os primeiros passos na construção de seu pensamento político, na sua “autoeducação” rumo à construção do “sujeito revolucionário”, solidarizando-se com os explorados nas questões que emergiam e afligiam sua terra natal.¹³

O contato teórico e prático com as questões sociais que afligiam a Itália, fez com que Gramsci, aos poucos, fosse acumulando um aprendizado bastante significativo, levando-o a encarar a realidade prática do “mundo dos homens” como um campo de possibilidades para subversão da ordem vigente. Para Sousa (2014, p. 57), Gramsci, desde cedo, já demonstrava certa criticidade desde o ginásio. Conseguia observar e a tecer considerações acerca da estrutura e do funcionamento da escola tradicional daquele período, preocupando-se com questões sociais e políticas do momento, o que levou a escrever em 1910, aos 19 anos, o texto intitulado de “Oprimidos e Opressores”, publicado no *Correio Universitário*.

O “laboratório” educacional de aprendizagens teórico-práticas na qual estava Gramsci, mesmo diante das adversidades de ordem econômica, emocional, física e outras, contribuíram significativamente no construto de sua formação política e educacional. Portanto, a preparação do “educador”, do agente transformador, do “político em ato” se mantinha em curso e, pouco a pouco, era-lhe atribuída novas concepções, como o que lhe ocorreu em 1911, ao concorrer a uma bolsa de estudos na Universidade de *Lettere*, obtendo a nona colocação¹⁴ no curso de letras e filosofia, em Turim. Por lá, o jovem sardo (Gramsci) recebeu as contribuições teóricas em torno da concepção neoidealista, ou neo-hegeliana, através de pensadores de sua época, como Benedetto Croce¹⁵ e Giovanni Gentili¹⁶, além de pequenos textos de Marx que futuramente norteariam e consolidariam seu pensamento político.

¹³ MAESTRI & CANDREVA, Antonio Gramsci – vida e obra de um comunista revolucionário, 2001, p. 19.

¹⁴ Com a aprovação na Faculdade, Gramsci passou a receber um bolsa de 70 liras para cobrir-lhes os gastos, mas eram insuficientes. Por lá, passou a conhecer diversas personalidades que mais tarde estariam defendendo o comunismo e o socialismo, tais como: Angelo Tasca, Giuseppe Romita, Palmiro Togliatti, Umberto Calosso, Umberto Terracini e outros. (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 29).

¹⁵ Benedetto Croce nasceu em Pescasseroli, na região de Abruzzo, veio de uma família rica, influente e conservadora. Foi nomeado senador em 1910 e depois ministro da educação em 1920-21, depois opôs-se ao governo de Benito Mussolini, embora tenha o apoiado no início.

¹⁶ Giovanni Gentili foi um filósofo italiano e ministro da Instrução Pública do Reino da Itália de 1922-25 (governo de Benito Mussolini), foi autor de uma reforma do ensino na Itália. Foi membro do grande conselho fascista e permaneceu fiel a Mussolini até o ser assassinado por um grupo de resistência antifascista (*partigiani*).

Neste ínterim, Gennaro é eleito para compor a diretoria de organização operária na *Camera del Lavoro* – Câmara do Trabalho¹⁷, tornando-se secretário da sessão do *Partido Socialista de Cagliari* e, ao acompanhá-lo, Gramsci começa a participar ativamente do movimento de massas¹⁸, aprofundando com afincos suas leituras com o material disseminado nestes espaços. É o período em que conhece Ângelo Tasca e Palmiro Togliatti, aqueles que, posteriormente o ajudariam a fundar o jornal *L'Ordine Nuovo* – A Nova Ordem, em 1913, ainda sob a influência de seu irmão socialista Gennaro que, nesta ocasião, diríamos que assume também a condição de educador e conduz Gramsci às condições propícias de um aprendizado socialista.

Dito isto, entendemos que Gramsci se viu diante de um processo educacional que, aos poucos, delineou as bases para sua caminhada revolucionária, passou, portanto, por uma “autoeducação” frente as condições objetivas e subjetivas do momento, talvez não nos moldes apontados por Del Roio (2006) com a formação humana desenvolvida nos Conselhos de Fábrica (1919-1920), mas uma “autoeducação” que fora cerceada por experiências adquiridas no transcurso de sua vida, incluindo aí o período de militância com as massas operárias.

¹⁷ As Câmaras do Trabalho surgiram no fim do século XIX, enquanto organizações refratárias a política e a religião, eram responsáveis pela instrução, recreação e assistência de seus associados. (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 23)

¹⁸ Neste momento, Gramsci mergulha na luta do proletariado e filia-se ao Partido Socialista Italiano (PSI) e, conseqüentemente, vai avigorando sua concepção política acerca da luta operária, envolvendo-se ativamente nas questões imediatas do operariado turinense em defesa da própria classe operária. (SOUSA, 2014, p. 58)

2.2 – A filosofia da práxis: um substrato para concepção de Partido Político

Tomando como base um pressuposto marxista, a teoria e a prática são características eminentes do gênero humano e se colocam para além das habilidades de outras espécies de animais¹⁹, pois a estes não lhes cabem as atividades teleológicas, quer dizer, não desenvolvem atividade pensada e refletiva para obtenção de determinado fim, visto que são habilidades físicas e cognitivas pertencentes tão somente ao gênero humano.

No entanto, o debate acerca da teoria e da prática é discutido desde a Grécia Antiga, mas foi com fundamento nos estudos de Marx que a temática ganhou certa notoriedade e passou a ser vista com mais apreço. É o que nos mostra Konder (2006) em sua obra intitulada *O futuro da filosofia da Práxis*, na qual o autor retoma a origem etimológica das palavras, apresentando-nos algumas das contribuições, desde o século XVI, com personalidades da história da filosofia, tais como: Aristóteles, Maquiavel, Erasmo de Roterdam, Leonardo da Vinci, os burgos [os comerciantes], Bacon, dentre outros.

Longe de nós queremos aqui aprofundar detalhadamente a base filosófica de todas estas personalidades, porém, em certa medida, evidenciaremos um pouco de suas concepções para que possamos compreender melhor o pensamento político de Gramsci acerca de sua tese sobre a filosofia da *práxis*, cuja filosofia se tornará a coluna dorsal que dará as bases filosóficas a seus escritos e a sua prática revolucionária.

De acordo com Konder (2006), Aristóteles, considerado o “pai da filosofia ocidental”, afirmou que a palavra “práxis” se apoiava nos vocábulos *práxis* e *poiésis*. O primeiro termo, a *práxis*, estaria relacionado à “ética e a política” que, grosso modo, se tratava de uma atividade puramente intelectual; já o segundo termo, a *poiésis*, estaria relacionado a uma “atividade produtiva”, portanto uma atividade de cunho manual. Além destas concepções para o sentido semântico de *práxis*, Aristóteles concebia um terceiro termo, a *theoria* (teoria), cujo significado estaria relacionado ao aspecto intelectual voltado para “busca da verdade”, de uma verdade que pudesse explicitar ou explicar os fenômenos da realidade do “mundo dos homens”.

¹⁹ Na obra intitulada por “Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) diferencia o homem destes animais por uma série de “coisas”, dentre elas a “capacidade de trabalho”, pois para ele, “[...]. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições da sua sobrevivência, a transforma. [...]” (MARX, K. & ENGELS. F., 2007, p.14). Nesse sentido, o homem se coloca como “ser pensante”, se utilizando de capacidades teleológicas para transformação da natureza em “benefício próprio”, destoando-se do restante dos animais.

Ainda segundo Konder (2006), para Nicolau Maquiavel, um dos filósofos centrais no pensamento político de Gramsci acerca do Moderno Príncipe, afirmava que a conciliação entre os termos “teoria” e “prática” eram imprescindíveis, apesar de privilegiar a “prática” enquanto atividade voltada à intervenção humana no processo de transformação da realidade. Pois para ele “[...] o sujeito humano podia reagir a golpes devastadores da ‘fortuna’, afirmando-se como sujeito, impondo sua vontade [...]” (KONDER, 2006, p. 99). Deste modo, o conceito de “prática” em Maquiavel almejava tão somente a transformação da realidade e sua ideia estaria relacionada “na” e “pela ação política” dos sujeitos frente “aos golpes devastadores da *fortuna*”.

Já o teólogo Erasmo de Roterdã, afirmava que seria preciso desconfiar da concepção teórica inclinada apenas à contemplação da vida em sociedade, pois para ele o “[...] sujeito precisa saber ousar agir [...]” e acrescenta ainda que “[...] ninguém pode aprender a nadar bem se não deixar de lado a boia salva-vidas” (*Idem*, p. 99). Dito isto, a atividade prática para Roterdã, se coloca de forma essencial à vida do homem, pois ao passo que apresenta o conhecimento técnico por meio do nado, destaca a necessidade vital de uma “ação prática”, de experiências concretas que consubstanciem a existência do ser.

Ainda segundo autor, Leonardo da Vinci, de “modo equilibrado”, privilegiava a combinação harmônica entre teoria e prática. Ao contrário de Leonardo da Vinci, os comerciantes [Os Burgos] da época consideravam a “ação prática” mais relevante, pois para eles as adversidades enfrentadas em suas viagens de negócios se tratavam de um fato real e, para garantir-lhes o comércio deveriam superá-las por meio de uma “ação prática”, prevalecendo o agir do homem, não se satisfazendo somente com a simples contemplação da realidade.

Semelhante aos Burgos, se colocava o filósofo Francis Bacon, afirmando que os gregos haviam perdido demasiadamente muito tempo em discussões retóricas que não lhes “levariam a nada”, pois para Bacon, os que mereciam certa notoriedade eram aqueles que contribuíam de fato na construção de riqueza das nações (KONDER, 2006, p. 100 -101).

Como se vê, de maneira geral, o pensamento dos maiores filósofos da história acerca dos conceitos de “teoria” e “prática” oscilavam pela preferência de um termo ou de outro, quer dizer, alguns privilegiavam mais a teoria do que a prática, e assim sucessivamente. Tais pressupostos, ao nosso ver, sem sombra de dúvidas, corroborarão consideravelmente na compreensão do pensamento político de Gramsci, cuja base filosófica em sua grande maioria advém do marxismo.

Sobre isto, o legado de Karl Marx²⁰ (1818-1883), o fundador do marxismo, trouxe relevantes aportes acerca do desenvolvimento humano no tocante aos aspectos teóricos e práticos da realidade que envolvem a economia, a política, a filosofia e outras áreas do conhecimento humano, levando em consideração a particularidade e a totalidade do ser social de modo recíproco e dialético. Por este prisma, os estudos realizados por nós até aqui, nos levaram a recuperar o entendimento de que Marx compreendia de maneira imanente a realidade do “mundo dos homens” como de fato se apresenta, retratada em sua época pelo modo de produção capitalista, cuja as relações humanas advinham da “exploração do homem pelo homem”²¹ tendo como foco a obtenção da mais-valia em seu mais alto grau.

De acordo com Chagas (2011), Marx lançou mão de um método de investigação e exposição do objeto a ser pesquisado, de um método que ficou conhecido como “materialismo histórico-dialético”, um método de análise que se debruça no dissecamento do objeto e na revelação deste para a devida compreensão dos fenômenos que o cerceiam (CHAGAS, 2011, p.16). De outro modo, um método que auxilia na compreensão da realidade do “mundo dos homens” desvelando os fatores históricos, filosóficos, políticos, econômicos e sociais de cada era e, acima de tudo, colocando os sujeitos envolvidos no processo de construção da sociedade como “demiurgos de sua própria história”²².

Nesse sentido, podemos afirmar que a vasta produção literária de Marx trouxe um conhecimento teórico tão importante quanto ao prático, e vice-versa. E que, para tal se fez necessário uma visão superior à da filosofia meramente contemplativa [filosofia materialista e/ou tão somente pragmática], contrapondo-se e colocando como proposta um método de análise e exposição em que pese a relação dialética entre teoria e prática que, *a priori*, tomou como base a categoria trabalho²³ enquanto categoria fundante do ser social e, *a posteriori*, pelo processo de complexificação das relações humanas.

De maneira semelhante, Konder (2006) acertadamente se reportou ao pensamento de Marx afirmando que para ele a práxis:

²⁰ Marx e seu camarada Engels (1820-1895) obtiveram elevadas contribuições com o pensamento de Hegel, Feuerbach e os economistas clássicos para a construção de seu pensamento filosófico em defesa do desenvolvimento pleno da humanidade. Estas contribuições alavancaram a construção de seu pensamento em torno do modo de produção capitalista, dado pela ordem “econômica nacional”, afim de fossem superadas as contradições existentes em decorrência do desenvolvimento econômico burguês.

²¹ A ideologia Alemã, ano 2007, p. 396.

²² Termo recuperado na obra de Sérgio Lessa, página 79, no livro “Para compreender a Ontologia de Lukács”.

²³ Sobre isto, Lessa (1997) retoma os estudos de Marx sob a égide de Lukács e menciona o trabalho enquanto categoria fundante do ser social que se complexificou por meio do trabalho estabelecendo novas relações humanas. (LESSA, 1997, p. 23-24).

[...] não pode ser reduzida ao trabalho, mesmo numa sociedade em que venha a ser humanizadas as condições de trabalho, será necessário assegurar aos seres humanos as possibilidades concretas de eles desenvolverem sua criatividade fora da disciplina do trabalho; de modo que, para isso, ‘a diminuição da jornada de trabalho é uma pré-condição’. (KONDER, 2006, p. 127)

Destarte, a superação do modo de produção capitalista é condição indispensável e necessária à suprassunção do “reino das necessidades” humanas para que se chegue ao “reino da liberdade”²⁴, perpassando inclusive pela diminuição da jornada de trabalho que, nas condições do modo de produção capitalista, coloca o homem como “escravo de si”, impedindo que se desenvolvam outras dimensões da vida humana.

Sobre tais perspectivas, Sánchez Vázquez²⁵ (1977), em sua obra a “Filosofia da práxis”, retoma a maturidade do pensamento de Marx ao se defrontar com as *Teses sobre Feuerbach*, debruçando-se sobre elas e tecendo um embasamento acerca do conceito de práxis enquanto “prática revolucionária”. Vázquez (1977), nesta obra, detalha minuciosamente as teses, porém nos reportaremos somente a Terceira e a Décima Primeira Tese por considerarmos sua relevância na compreensão da categoria práxis em Marx, assim como na construção teórico-política do pensamento de Gramsci a respeito da filosofia da práxis.

Nestes termos, na Terceira Tese sobre Feuerbach, Marx (2010) acentua o destaque para a “práxis transformadora” enquanto fruto de circunstâncias proporcionadas pela atividade humana, desenvolvida por “homens ativos” e racionais que preservam o pleno desenvolvimento do “gênero humano”. E, ao contrário da visão materialista que outrora colocava o homem simplesmente como produto do meio, a práxis de Marx (2010), por assim dizer, impelia ao homem para o exercício de ação eminentemente política, educativa e transformadora de uma

²⁴ Marx (1974) afirma que o reino da liberdade só se efetivará quando se extinguir o trabalho imposto, pois para ele: “ (...). Tal como o homem primitivo, o homem civilizado é obrigado a confrontar-se com a natureza para satisfazer as suas necessidades, começar e reproduzir sua vida; o homem sofre esse constrangimento em todas as formas de sociedade, sejam quais forem os tipos de produção. Ao desenvolver-se, este império da necessidade estende-se, porque as necessidades multiplicam-se, mas, concomitantemente, o processo produtivo para satisfazê-las (...). Nesta esfera [a esfera da necessidade], a liberdade só pode consistir no seguinte: os produtores associados, o homem socializado, regulam de maneira racional as suas trocas orgânicas com a natureza e as controlam em comum, em vez de serem dominados pelo poder cego dessas trocas; e eles o fazem gastando o mínimo de energia possível, em condições mais dignas, adequadas à sua natureza humana. Mas, o império da necessidade não deixa por isso de existir. É para além dele que começa (...) o verdadeiro reino da liberdade. (...) A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental desta liberação (MARX, 1974, p. 942).

²⁵ Sánchez Vázquez em sua obra *Filosofia da práxis*, fruto de seus estudos de doutorado, nos mostra o seu apanhado acerca do conceito de práxis, categoria central para a compreensão do pensamento marxista, pois para Marx a práxis se trata de uma “prática revolucionária” – prática ou intervenção na realidade para a transformação do homem.

realidade “aparentemente” imutável para uma realidade mutável, susceptível as transformações do “mundo real”, daí o argumento de que o “educador seja educado”²⁶, pois para ele

A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como *prática transformadora*. (MARX, 2010, p.112)

Partindo do pressuposto elencado por Marx nas teses, Vázquez (1977), por outro viés, ressalta a dupla funcionalidade do homem diante das circunstâncias dadas pelas condições objetivas e subjetivas da realidade, pois, ao passo que ele exerce a função de produtor, ou melhor, de condicionante no desenvolvimento das forças produtivas, ele se torna também “produto” e alvo destas próprias circunstâncias, ou seja, o homem passa a ser condicionado pela sua própria ação. A diferença aqui, consiste na ação humana alicerçada pela “ação revolucionária”, quer dizer, pela “práxis revolucionária” disseminada por “homens ativos” que almejam a construção de um “novo tipo” de sociedade.

Nestes termos, Vázquez acrescenta a seguinte afirmativa:

Não só os homens são produtos das circunstâncias, como estas são igualmente produtos seus. Reivindica-se assim o condicionamento do meio pelo homem, e com isso seu papel ativo em relação ao meio. As circunstâncias condicionam, mas na medida em que não existem em si, a margem do homem, elas se encontram, por vez, condicionadas; [...] (VÁZQUEZ, 1977, p.159)

Isto posto, tanto Vázquez (1977) como Marx (2010), nos impelem à tarefa educativa e formativa do homem frente aos acontecimentos da vida real. Marx inaugurou tal pensamento acerca da análise da realidade sem se contentar com a ideia de que o “gênero humano” fosse tão somente “condicionado” pelas circunstâncias, por isso afirmava que a “[...] coincidência da

²⁶ Marx coloca a necessidade dos educadores de se educarem, de educarem e serem educados para a construção de novas circunstâncias, reconhecendo que estas mudanças não se darão de modo abrupto, mas pelo conjunto de intervenções a começar pela “práxis revolucionária”. Da mesma forma Vázquez (1977, p.160) diz que a transformação e o desenvolvimento da humanidade não se darão, tão somente de uma parte da sociedade, mas de todas as relações humanas que serão estabelecidas entre educadores e educandos.

modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como *prática transformadora* [...] (MARX, 2010, p.112), portanto, uma “prática transformadora” comprometida com a transformação da realidade e das circunstâncias (de amplitude macro), sendo tais circunstâncias possíveis de serem modificadas pela tarefa educativa do educador (de amplitude micro) por meio do “sujeito ativo” e revolucionário que se responsabilizará pela construção de uma nova sociedade²⁷.

Dito isto, Vásquez (1977) retoma as considerações de Marx e reafirma ou corrobora com a relevante tarefa educativa posta ao sujeito revolucionário, devendo este (“sujeito ativo”) ocupar-se dos aspectos sociológicos para a transformação da realidade do “mundo dos homens”, pois para ele “[...] uma categoria gnosiológica, convertendo-se à categoria sociológica que, em face da utopia e do determinismo mecanicista, fixa as condições de uma verdadeira transformação social: transformação das circunstâncias e do próprio homem [...]” (VÁZQUEZ, 1977, p.161).

Além destas contribuições postas pela “Terceira Tese” com o conceito de “práxis revolucionária” em Marx enquanto substrato para compreensão e a devida intervenção no “mundo real”, destaca-se ainda a “Décima Primeira Tese” que visa o fortalecimento de uma filosofia verdadeiramente revolucionária, de uma filosofia que não agrega somente a leitura do mundo a nossa volta, mas que se preocupa em interpretá-lo de maneira fiel ao movimento da história, portanto, de uma filosofia que privilegia a “práxis revolucionária” com a finalidade de compreender os meandros existentes na realidade e, acima de tudo, lançar as bases necessárias para a devida transformação do mundo objetivo e subjetivo em cada período histórico.

Assim sendo, Marx (2010) coloca à disposição do proletariado mais uma de suas relevantes contribuições, acrescenta então a “Décima Primeira Tese” cujo teor preconiza um olhar crítico acerca do modo como os filósofos ao longo dos séculos concebiam o movimento real da história, pois, para ele “os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo de diferentes maneiras (...)” e acrescenta ainda que, o que importa agora é “transformá-lo” (MARX, 2010, p. 113). Aqui, o filósofo alemão coloca o acento²⁸ da história para a construção de conhecimentos “filosóficos” que verdadeiramente possam dialogar com o “mundo real”, com a realidade social do “mundo dos homens”. E aproveita então para criticar a atuação

²⁷ Para Marx (1998), todos os operários deveriam ser unir afim de construírem uma nova sociedade, daí a celebre frase que diz: “Operários de todo o mundo, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2010, p. 105).

²⁸ Marx novamente tipifica seu entendimento em torno da concepção de práxis para além da perspectiva meramente contemplativa, considerando a importância de uma ação concreta sobre as circunstâncias, que será, sem sombra de dúvidas, inseparável de uma ação sobre as consciências humanas para o alcance de um “novo tipo de sociedade” (VÁZQUEZ, 1977, p.161).

daqueles que se detém tão somente interpretar o mundo à sua volta, sem, contudo, vislumbrarem a transformação social, sem que haja a devida reflexão catártica²⁹ para a construção de uma nova forma de sociabilidade³⁰ humana. Em outras palavras, os filósofos devem se tornar agentes transformadores da realidade e, por isso, devem estar inconformados com a realidade capitalista que se assenta na “exploração do homem pelo homem”, daí a necessidade colocada por Vázquez (1977) para que os filósofos sejam “ávidos às mudanças” e dispostos à combaterem toda filosofia que seja “mera teoria”, pois para ele

[...]. Essa filosofia tem que ser combatida não apenas por ser mera teoria, mas sim exatamente porque sendo tal – uma teoria da conciliação da razão com o mundo – tem consequências práticas que ultrapassam sua esfera meramente teórica [...] (VÁZQUEZ, 1977, p.162).

Desta feita, a reflexão colocada por Marx (2010) na “Décima Primeira Tese” demonstra a necessidade de se ter uma filosofia que atenda as expectativas do proletariado³¹, de uma filosofia contrária a que comumente fora disseminada pela classe dominante³² na ordem capitalista, cuja ideologia visa pacificar o proletariado em atendimento aos interesses burgueses, criando com isso um antagonismo persistente e inconciliável entre a burguesia (possuidores de riqueza) e o proletariado (desprovidos de riqueza).

Tais circunstâncias proporcionadas por este antagonismo de classes, desenvolvidas a partir das relações de produção, coloca como “ordem do dia” o uso de posturas radicais e revolucionárias em defesa da classe trabalhadora para que, em seu conjunto, seja constituído uma nova forma de sociabilidade humana, superando “o estado de coisas atuais” rumo ao esperado comunismo³³. Nesse sentido, o proletariado deverá tornar-se em um “sujeito ativo” de modo que venha adquirir as habilidades políticas necessárias à sua elevação enquanto “nação” proletária, ou seja, tomando consciência de seu processo sócio-histórico para sua elevação

²⁹ Gramsci diz que “[...] Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente económico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’[...]” (GRAMSCI, 2001, p. 314).

³⁰ Marx preocupa-se com o pensamento científico, um conhecimento fundamentado na “práxis revolucionária” que atenda aos interesses das massas operárias, que se proponha a passagem do socialismo como utopia ou ideologia, ao socialismo enquanto ciência, como aponta Engels (VÁZQUEZ, 1977, p.163).

³¹ De todos aqueles que estejam desprovidos dos meios de produção e, conseqüentemente das riquezas que são produzidas.

³² Parafraseando Marx e Engels (2010), ambos afirmam que a burguesia fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, criando suas próprias armas (MARX & ENGELS, p. 54 - 55).

³³ “O comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva. (S. M.)] resultam dos pressupostos atualmente existentes. (A. M.)” (MARX & ENGELS, 2007, p. 38).

enquanto classe, é o que afirma Marx e Engels, pois para eles “[...] o proletariado deve, em primeiro lugar, conquistar a dominação política, elevar-se a classe nacional, constituir-se ele mesmo em nação, [...]” (MARX & ENGELS, 2010, p. 64).

Isto posto, a tomada de consciência do proletariado e toda sua classe só será possível mediante o intermédio de uma filosofia que dialogue com os pressupostos elencados inicialmente por Marx (2010) nas *Teses sobre Feuerbach*, portanto, através de uma filosofia denominada de “filosofia da práxis” cuja visão se trata de condição essencial para o desvelamento da realidade e a obtenção do “poder político”³⁴ para que de fato o proletariado consiga transformar a realidade.

Nesse sentido, a filosofia da práxis deverá tornar-se “guia” de sua própria ação, de uma “ação revolucionária” que se contraponha aos ataques proporcionados pela burguesia que historicamente se sustenta enquanto classe dominante. É o que aponta Vázquez (1977) ao reafirmar o pensamento de Marx dizendo que:

Como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade humana que transforma o mundo. Como teoria, não apenas se acha correlacionado com a práxis – revela seu fundamento, condições e objetivos – como também tem plena consciência dessa relação e, por isso, é um guia da ação (VÁZQUEZ, 1977, p. 178).

Nestes termos, a “filosofia da práxis” tem um papel de destaque na transformação da humanidade, tornando-se “guia da ação revolucionária” que por meio do “Partido Político” cumprirá com os seus propósitos, assim Marx e Engels (2010), na obra *Manifesto do Partido Comunista*³⁵, afirmam que a “ação revolucionária” deverá ser guiada por uma célula orgânica [o Partido Político] capaz de instruir, organizar e conduzir a classe proletária a um processo revolucionário com vistas à superação do “estado de coisas atuais”, fruto do desenvolvimento das forças produtivas. Nestas condições, o “Partido Político”³⁶ deverá portar-se enquanto

³⁴ “O poder político ” propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução tornar-se a classe dominante e como classe dominante suprime violenta mente as antigas relações e produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as classes em geral e, com isso, sua apropriada dominação de classe.” (MARX & ENGELS, p. 67).

³⁵ Marx e Engels (2010) elaboraram um texto evocativo (“corpus teórico”), Manifesto do Partido Comunista, feito por encomenda à Liga dos Comunistas com o intento de organizarem às massas operárias. Tinha, portanto, um caráter político que visava a mudança comportamental do proletariado em geral de “classe-em-si” a “classe-para-si”. Ademais, a pequena obra teve boa aceitabilidade e chegou, inclusive, a ser comparada com as “escrituras sagradas” devido a sua “retórica persuasiva” que envolvia o proletariado (MARX, k. ENGLES, 2010, p. 74).

³⁶ Marx e Engels (2010) ao ressaltar “revolução permanente” retoma a questão de consciência revolucionária, da importância dos operários alemães tomarem suas posições na estrutura do partido, pois ali reside toda a direção para que se chegue a “vitória final” (MARX E ENGELS, 2010, p. 94).

“germe da revolução”, enquanto organização de massa habilitada ao efetivo exercício prático de uma filosofia verdadeiramente revolucionária [Filosofia da práxis], cuja atividade precípua dar-se-á pela análise do movimento dinâmico do real para que possa organizar a classe proletária e assim realizar as devidas intervenções em face das contradições internas (nacional)³⁷ e externas (internacional) que diariamente influenciam o “mundo dos homens”.

Diante das condições objetivas e subjetivas presentes na realidade capitalista, o proletariado, ao contrário da burguesia, se tornou a classe mais fragilizada frente ao desenvolvimento das forças produtivas e, para superação ou suprassunção desta realidade, o proletariado deve buscar “a unidade como palavra de ordem” e se organizar em corporações ou instituições de classe [Partido], ou seja, o proletariado deverá fazer parte de organizações que se assentam em uma filosofia (filosofia da práxis) que conceba dialeticamente o conhecimento científico (teoria) com o prático (práxis) de modo a transformarem a realidade existente.

Por este prisma, Vázquez (1977) mais uma vez destaca a relação dialética entre teoria e prática mencionada pelos autores socialistas Marx e Engels (2010), afirmando que:

[...]. Esse organismo, mediador entre a teoria e a prática, é o Partido, que agrupa o núcleo de representantes mais conscientes e mais consequentes da classe operária. O Partido estabelece um laço orgânico entre a teoria e a prática, e entre um setor da classe operária e a classe operária em seu conjunto. O Partido de que falam Marx e Engels representa em todas as etapas de sua emancipação, acima dos interesses parciais, momentâneos, os interesses gerais da classe que tem uma missão histórico-universal a cumprir, e os interesses do futuro. [...] (VÁZQUEZ, 1977, p. 173)

A este tipo de organização [O Partido] cabe a responsabilidade de atuação orgânica com o mundo prático e intelectual. Sua fundamentação filosófica deve pautar-se na unidade dos aspectos teóricos e práticos que auxiliam na compreensão do mundo real, estabelecendo a unidade dialética entre o pensamento (teoria) e a ação (prática). Desta forma, o Partido deve respaldar-se em uma filosofia que, segundo Marx e Engels (2010), se dará por meio da prática revolucionária ou práxis revolucionária, filosofia esta que, posteriormente, é recuperada e posta politicamente em prática pelo teórico sardo Antonio Gramsci, o qual se debruçará de maneira profícua no âmbito da formação política do proletariado [classes subalternas] diante do movimento de massas em Turim.

³⁷ Marx e Engels (2010) utiliza o termo “nacional” ao reportar-se a elevação do proletariado a classe nacional, de modo que o proletariado possa constituir-se enquanto nação (MARX, k. ENGLÉS, 2010, p. 64).

Gramsci recebeu diversas contribuições teóricas³⁸ no âmbito da filosofia da práxis, mas, sem sombra de dúvida, Marx, o “pai da filosofia”, com os seus estudos acerca do “materialismo histórico e dialético” e as *Teses sobre Feuerbach*, tiveram lugar de destaque na construção do pensamento teórico-prático³⁹ em Gramsci. Com certeza, os estudos marxistas fundamentaram sua compreensão acerca da existência do homem e da sociedade e, conseqüentemente, este embasamento teórico-político trouxe significativas contribuições para toda humanidade, em especial para aqueles desprovidos dos meios de produção, as classes subalternas.

Dito isto, Gramsci se identificou e se viu como parte das classes subalternas [“simples”⁴⁰], daí a preocupação para com a elevação cultural das massas, pois cria que se assim fosse, teríamos uma sociedade mais justa e caminharíamos na direção de uma sociedade emancipada [“de vida superior”]. Deste modo, ele colocou os porquês e os modos de se disseminar uma filosofia de tamanha envergadura, pois para ele a

[...] filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2001, p. 102).

Por conseguinte, a filosofia da práxis em Gramsci se assenta também no pensamento dialético que tenta explicar a relação do homem com a natureza, visando, portanto, compreendê-la e ao mesmo transformá-la [ação transformadora] em benefício do próprio homem. Uma ação

³⁸ Gramsci (2001) realizou estudos de fundamentação marxista por outros teóricos, a exemplo de Antonio Labriola, Benedetto Croce, Lange e outros.

³⁹ Nas Cartas do Cárcere, Gramsci ao escrever para Iulca Schucht, em 1932, menciona as “teorias filosóficas do professor Loria, que interpretou o termo e a noção de «interesse» num certo sentido, inferior, que nas Teses sobre Feuerbach”, o que significa dizer que Gramsci teve acesso as Teses e as interpretou (GRAMSCI, 2011, p. 327). Além disso, Semeraro (2006) diz que: “[...] Gramsci compreende plenamente o marxismo porque o leu criticamente e o abriu às transformações da história do nosso século; deu continuidade à tradição revolucionária das classes trabalhadoras e elaborou instrumentos mais atuais de luta porque nunca perdeu de vista a concepção fundamental derivada de Marx, [...]” (SEMERARO, 2006, p. 43).

⁴⁰ No texto *A concepção dialética da História*, Gramsci utiliza o termo “simplórios”. Nele Gramsci destaca a necessidade de se estabelecer uma estreita relação entre os “intelectuais” e os “simplórios”, uma estreita relação entre aqueles que se propõe a analisar a vida em sociedade para com aqueles que a compõem, as massas populares, “o simples”. Afirma ainda que, de preferência, os intelectuais sejam advindos das massas, ou seja, “o simples” tornando-se classe dirigente, alternando-se na direção do Estado proletário enquanto “dirigentes e dirigidos” por meio da Filosofia da Práxis.

transformadora guiada pela filosofia da práxis que visa colaborar no desvelamento da realidade [“atividade concreta”] im(posta) pelas classes dominantes, dada pelo modo de produção capitalista, tendo como objetivo fazer surgir um novo bloco histórico [“bloco intelectual-moral”], com novas relações humanas⁴¹ provenientes de nova realidade objetiva e subjetiva forjada na suprassunção de classes completamente antagônicas.

De outro modo, Giovanni Semeraro (2006) diz que,

[..] A filosofia da práxis, portanto, não é “ato puro”, puro do pensamento, esquema gnosiológico abstrato que cria” idealisticamente as coisas e os fatos, mas “ato impuro”, atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas, dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as cristalizações culturais (SEMERARO, 2006, p. 33).

Assim sendo, para que se estabeleça a Filosofia da Práxis consoante ao movimento real [“ato impuro”], faz-se necessário a presença do intelectual⁴², do sujeito revolucionário, do “político em ato⁴³”, do “simples” que se desenvolve no seio das massas operárias através de um processo formativo dado pelo Partido Político (“o germe revolucionário”). Este, por sua vez, deve tornar-se num “sujeito crítico”, de plena consciência crítica acerca daquilo que realmente somos, devendo apoderar-se do “conhece-te a ti mesmo”⁴⁴, conhecendo e questionando os problemas que envolvem a sociedade e, principalmente, percebendo de que maneira poderemos intervir no transcurso da história (GRAMSCI, 2001, p. 94), sendo tal análise conduzida por uma filosofia verdadeiramente revolucionária, a filosofia da práxis.

Isto posto, para Gramsci (1978), o sujeito “simples” deverá indagar-se acerca da realidade dos povos, questionando sua posição diante do modelo de sociedade do qual vivemos,

⁴¹ As relações humanas trazem um padrão de desenvolvimento econômico, político e social para cada época.

⁴² No texto *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Gramsci (1982) qualifica os diversos tipos de intelectuais, sobretudo os “intelectuais orgânicos” que são formados pelos mais distintos estratos da sociedade, inclusive os da classe subalterna. Já nos *QC* - volume 2, Gramsci (2001) ele coloca como função do partido político a prerrogativa de formar seus próprios intelectuais orgânicos, afirmando que o partido político deve “[...] elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 24).

⁴³ Gramsci diz que o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos (GRAMSCI, 2001c, p. 35).

⁴⁴ Gramsci (2001) diz que “[...] O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, [...]” (*Idem*, p. 94). Por isso, o “conhece-te a ti mesmo” deve pautar-se no conhecimento profundo acerca da realidade, pois “não se pode ser filósofo — isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente — sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções.” (*Idem*, p. 95)

ou seja, indagando-se de que parte dos “homens-massa” verdadeiramente somos? (GRAMSCI, 1978, p.12), levantado hipóteses acerca de como construir uma sociedade plena e emancipada. Nesse sentido, o “simples”, para o teórico sardo, deve se comportar e pensar enquanto filósofo (filósofo da práxis), tornando-se contrário as particularidades intelectuais centradas ao longo de toda história na representatividade de apenas um “gênio filosófico” em que condições subjetivas eram tão-somente inerentes a cada um deles, trazendo apenas descobertas de pequenos estratos da sociedade e não a totalidade (*Idem*, p.14) dos acontecimentos que se somavam ao movimento dinâmico do real.

Para nós, toda esta dinâmica não se concretiza de modo fácil, senão por um intenso processo de formação humana e política alicerçada em uma filosofia desveladora de “verdades” que antes eram absolutas, recuperando com isso a filosofia da práxis em Gramsci, cuja filosofia coloca o intelectual enquanto “intelectual orgânico”, naquele que não só sabe⁴⁵, mas que sente a opressão aferida a sua classe, devendo preocupar-se em fazer com que o homem “simples”, de modo geral, tenha consciência e a compreensão de si e de toda processualidade histórica que o cerceia (GRAMSCI, 2001, p. 221).

Assim sendo, a filosofia da práxis pretende intervir de maneira intencional no transcurso da vida social que por séculos estava a cargo das classes dominantes, tomando para si, ou melhor, para as classes subalternas a direção e o controle da vida política e econômica. Portanto, a filosofia da práxis deverá ser a “expressão das classes subalternas” e deve fazer com elas queiram “[...] educar a si mesmas para a arte do governo [...]”, devem ter “[...] interesse em conhecer todas as verdades, também as desagradáveis, e evitar os enganos (impossíveis) da classe e até de si mesmas” (SEMERARO, 2006, p.45).

Nestes termos, a filosofia da práxis nada mais é que a unidade orgânica, sistêmica, dialética e indissolúvel entre teoria e prática, cuja visão político-filosófica almeja a constituição de um “dever” histórico para toda humanidade, vislumbrando a transformação da realidade a ser iniciada com a atuação política dos “simples”, do “sujeito revolucionário”, do “partido político”, enfim, de todos/as aqueles/as que estejam apoiados na filosofia marxista (filosofia da práxis) e que desejam construir uma nova “hegemonia” sob à direção das “classes subalternas”⁴⁶ (SEMERARO, 2006, p. 73).

⁴⁵ No caderno 11, volume 1, Gramsci destaca a proximidade que precisa ser aferida entre os “intelectuais” e os “simples”, pois para ele: “[...] O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. (*Idem*, p. 221)

⁴⁶ Semeraro (2006) ressalta a tarefa revolucionária posta pela filosofia da práxis que deverá “elaborar seus horizontes teóricos” e construir uma nova “hegemonia” para as classes subalternas (SEMERARO, 2006, p. 73).

À face do exposto, o estudo acerca da filosofia da práxis em Gramsci, possui diversas implicações que o fundamentam ou que lhe dão sustentação nos Cadernos do Cárcere, mas que o tempo não nos permite aprofundar, contudo, trazemos à baila a referida temática dada a relevância na construção de seu pensamento filosófico e revolucionário que, diuturnamente, viveu uma verdadeira filosofia da práxis, ou seja, Gramsci na prática procurou compreender a realidade na qual estava inserido, tentando levar em consideração a particularidade e a totalidade dos acontecimentos na Itália e no mundo, adotando uma postura rigorosa, utilizando-se de fundamentação teórica consistente para compreender os fenômenos que ali estavam.

3 - UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELA LUTA REVOLUCIONÁRIA OU PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

De acordo com Gramsci (1999, p. 400), “[...] a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, [...]”, portanto, o contato de Gramsci com as condições objetivas e subjetivas da realidade (“ambiente cultural”) desde sua juventude com os estudos à época do colegial e da academia, agregado as primeiras experiências com o movimento operário *hasta* a organização de massa mais consistente, a exemplo dos partidos políticos, fizeram com que se tornasse no “filósofo democrático”.

Nesse sentido, os escritos a seguir trarão um pouco de sua trajetória intelectual, política e pedagógica, o que para nós contribuiu significativamente na constituição daquele que se tornaria o educador do operariado italiano (“educador de massas”), em uma perfeita ligação semântica com as *Teses sobre Feuerbach* (Terceira e Décima Primeira Tese), o que de resto o levou a chegar em uma elaboração de Partido Político mais consistente e coesa, como no caso do “Moderno Príncipe”.

Isto posto, elencaremos aqui⁴⁷ o período de militância política de Gramsci desde a juventude, ainda dita por “personalidade individual”, até a sua maturidade política com a defesa das classes desprovidas dos meios de produção, mais precisamente até as primeiras tentativas de (re)construção do Partido Comunista Italiano (PCI), fazendo dele um “filósofo democrático”, ou melhor, fazendo com que fosse um sujeito completamente envolvido com as questões sociais de sua época, almejando as devidas modificações culturais (um novo “ambiente cultural”) sob o prisma das classes subalternas.

⁴⁷ O referido capítulo tenta apresentar um Gramsci que se constituiu paulatinamente ao longo de todo processo de vida, um Gramsci que ao passo que fora educado, educava também as massas operárias, pois sua vontade política era modificar o “ambiente cultural” no qual estava inserido, uma perfeita conexão com as *Teses sobre Feuerbach*. De outro modo, Gramsci reafirma esta “relação ativa” e pedagógica dizendo: [...] Portanto, é possível dizer que a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma permanente autocrítica, funciona como “mestre” [...] e na realidade só assim se realiza ‘historicamente’ um novo tipo de filósofo que se pode chamar de ‘filósofo democrático’, isto é, do filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita à sua personalidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural [...] (GRAMSCI, 1999, p. 399- 400).

3.1 - Da militância juvenil ao sujeito revolucionário

De acordo com Semeraro (2011, p. 144), não se pode reduzir o pensamento de Gramsci somente ao âmbito da política, pois o “político em ato” se constitui através de um conjunto de experiências estabelecidas por uma relação dialética e indissolúvel que envolve a vida, a filosofia, a militância e tantas outras áreas do saber humano.

Desta forma, se analisadas as experiências práticas de Gramsci dada pelas circunstâncias do movimento do real enquanto procedimento pedagógico, podemos compará-las a uma verdadeira aula de campo, por exemplo. Por isso, a necessidade de se traçar os escritos biográficos subsequentes, pois a constituição do teórico sardo enquanto um educador que teve de ser educado, fez com que compreendesse na prática o verdadeiro sentido das *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1982) para a chamada “práxis revolucionária”, colocado por Marx em 1845, semelhante ao espírito desprendido pelo “político em ato”, que se volta para a “ação política” ou ação pedagógica no invólucro da vida.

Neste viés, sua trajetória de vida, compreendida pela militância da juventude à fase adulta, revela-nos evidências educativas ao *largo* de todo o processo que o levou à consolidação de seu pensamento político. Evidências educativas que aparentemente são imperceptíveis a um leigo no assunto, mas que colocam Gramsci em um constante tripé (educador, educado e as circunstâncias) dialético e indissolúvel que envolve o aspecto educativo presente na *III Tese sobre Feuerbach*, portanto, uma análise para além da educação em seu “sentido restrito” rumo a uma educação em seu “sentido amplo”.

Dito isto, o jovem sardo (Gramsci), ainda sem se ter muita clareza do processo formativo que estava em curso, desenvolvia-se politicamente a partir da relação dialética entre a teoria e a prática, frente às condições objetivas e subjetivas, nas quais estava inserido. Destaca-se aí, em primeira instância, a literatura socialista presente nas organizações de massas, em Turim, agregando-se as experiências práticas disseminada pelos intensos movimentos de massa que despontavam no Norte da Itália, em decorrência do desenvolvimento da Indústria e do crescimento contingencial do proletariado, bem como de suas referidas organizações de classe⁴⁸.

⁴⁸ Dentre as organizações de trabalhadores, tivemos a Federação Nacional dos Empregados Operários Metalúrgicos – FIOM (1901), a Confederação Geral do Trabalho – CGL (1906), a Liga do Trabalho, de ordem religiosa que não se expandiu devido a orientação socialista e classista dos trabalhadores urbanos. Em 1912, surgiu o Sindicato Autônomo dos Operários Automobilísticos em decorrência de desacordo com FIOM (Ibidem, 2001, p. 93).

Foi no terreno da luta de classes, assentado no chamado “triângulo industrial” do Norte, mais precisamente nas cidades de Turim, Milão e Gênova, que se iniciou o aprendizado teórico-prático de Gramsci, sendo a prática revolucionária ou “práxis revolucionária” a maior abordagem para sua formação política, pois o momento exigia-lhe tais posturas frente às condições objetivas da época.

Nesse sentido, o terreno da luta de classes no “triângulo industrial” do Norte, proporcionou, em certa medida, ações pedagógicas bastantes significativas para o jovem Gramsci. De um lado tínhamos o proletariado reivindicando suas bandeiras - redução da carga horária, reposição salarial e implantação de comissões no interior das fábricas – através de sindicatos e outras organizações de classe e, de outro, o empresariado que adotava semelhante tática de organização com os seus pares em prol dos interesses econômicos de suas instituições⁴⁹.

As circunstâncias proporcionadas pelo movimento do real fizeram com que Gramsci se sentisse incomodado com as imposições ditadas pelo capital, fazendo-o analisar a realidade de Turim e, a partir de então, viesse a participar ativamente da luta operária, entregando-se ao “ativismo operário”, à ação revolucionária, o que fez com que abandonasse seus estudos na Faculdade de *Lettere* para uma inteira dedicação à luta do proletariado. Temos aqui um jovem completamente seduzido pelo desejo de transformação da realidade que afligia a classe trabalhadora, não se contentando tão somente em analisar o movimento da história, mas movido pelo desejo de transformá-la, tornando-se um “propagador”, “anunciador” e “agitador” das massas turinenses.

No ano de 1914, o jovem revolucionário iniciava sua militância “política-cultural” adotando como tática revolucionária a “política-educativa” por meio do “jornalismo militante”⁵⁰, uma das atribuições educativas de quem se propõe a formar e elevar a consciência das massas populares, de “simples” a “intelectuais”, diminuindo a relação hierárquica entre “dirigentes e dirigidos”, semelhante a tática educativa adotada pelos iluministas com a Revolução Francesa, é o que diz Liguori (2017, p. 449). Desta maneira, Gramsci intensificava sua atividade educativa. A exemplo disto, lista-se o seu primeiro artigo no jornal do PSI - *Il Grido del Popolo* (O grito do povo), intitulado por *A guerra e as opiniões socialistas*, um artigo

⁴⁹ Com o intuito de inibir e frear o avanço do proletariado, os empresários uniram-se e constituíram a Liga Industrial de Turim, agregando mais de 200 empresas. Além disso, em 1908 é criada a Federação Industrial Piemontesa, com 500 indústrias, depois a Confederação Italiana da Indústria, com 2.100 empresas. Já em 1911 fora criado um Consórcio Patronal das Fábricas Automobilísticas que propunha um contrato na tentativa de dissolver a comissão interna de operários. (Ibidem, 2001, p. 26-7)

⁵⁰ Sobre a atividade jornalística de Gramsci, Guido Liguori tece comentários no livro *Dicionário Gramsciano*, ano 2017, página 449.

que expressava o posicionamento das ideias socialistas acerca da I Guerra Mundial (1914-1918), contrapondo-se às diversas opiniões presentes neste período, sobretudo, as de Benito Mussolini⁵¹ que tinha posição nacional-intervencionista.

De acordo com Maestri & Candreva (2001, p.38), o Partido Socialista Italiano (PSI), em sua grande maioria, opôs-se à entrada da Itália na I Guerra Mundial por acreditar que se tratava de uma guerra puramente imperialista. À vista disso, as relações entre o PSI e a Segunda Internacional⁵², na Rússia, ficaram cada vez mais próximas, fazendo com que o PSI viesse a participar da Conferência Internacional em Zimmerwald⁵³, na Suíça, em setembro de 1915, onde se reuniram diversos socialistas de outras partes do mundo para discutir os efeitos da guerra e da conjuntura internacional.

Neste período, os debates eram intensos entre aqueles que eram a favor e os que eram contrários à Guerra. Muitas foram as discussões e posicionamentos de teóricos, militantes, partidos políticos e representantes de Estado, é o que relata Sousa (2014, p. 58) quando ressalta o afastamento de Gramsci do pensamento *crociano*, pelo fato de Benedetto Croce apoiar a I Guerra Mundial, passando a dedicar-se com mais afinco, anos mais tarde, com o pensamento de Lênin e de Trotsky, aqueles que, dentre outros, construíram com o movimento revolucionário na Rússia e que privilegiavam sobretudo a “ação revolucionária”.

Assim sendo, de acordo com Nosella (2010, p. 41), o pensamento de Gramsci sobre esta temática se dava na tentativa de adotar a chamada “neutralidade ativa e operante” com o fito de formar (instruir e organizar) os quadros necessários à luta revolucionária proletária, rejeitando,

⁵¹ Benito Mussolini nasceu em 1883, na região Norte da Itália, Emília-Romanha. Era filho de um ferreiro socialista revolucionário e de uma professora de Primeiras Letras. No início de sua carreira foi professor primário, prestou serviço militar, foi operário na Suíça e na Itália, participou do Partido Socialista Italiano e, antes de aderir à frente fascista, foi diretor do Jornal *Avanti*. Fora um dos defensores da Itália para com a I Guerra Mundial, escrevendo inclusive artigo favorável a guerra com o tema *Da neutralidade passiva à neutralidade operativa e ativa*.

⁵² A II Internacional é considerada por muitos como a internacional da organização da luta revolucionária. Em linhas gerais, ela possibilitou uma organicidade da classe trabalhadora, fazendo-a com que tivesse uma participação mais ativa e organizada em partidos, sindicatos e organizações de classe por toda a Europa com vistas à revolução socialista. Sagra (2010) afirma ainda que na medida em que a II Internacional se fortalecia, a classe trabalhadora também se desenvolvia politicamente à espreita do crescimento econômico mundial. Porém, nem tudo se configurou de maneira propositiva, pois se discutia os rebatimentos da I Guerra Mundial que passou a dividir o movimento organizado do operariado entre aqueles que apoiavam ou não a guerra interimperalista - I Guerra Mundial. Neste debate político, parte dos que se proclamavam “marxistas” acabaram se rendendo em apoiar os governos pró-guerra, depositando os créditos necessários a guerra interimperalista, sem falar do apoio dado a política de reformas com o chamado “programa mínimo”, defendida pela ala oportunista e revisionista de Bernstein. Desta feita, a II Internacional passou a assumir a defensiva da luta revolucionária ao invés de proporcionar a ofensiva revolucionária (SAGRA, 2010, p. 21 - 29).

⁵³ Para Trotsky a conferência internacional de Zimmerwald contou com a participação de poucos comunistas - 44 delegados, somente com aqueles que tinham a visão internacionalista da luta operária, de um comunismo internacional assentado na perspectiva marxista da realidade do “mundo dos homens”. Portanto, Trotsky diz que “[...]. Acomodamo-nos como pudemos em quatro carros e tomamos o caminho da serra. As pessoas ficavam olhando com curiosidade essa estranha caravana [...]” (SAGRA, 2010, p. 35).

portanto, a participação na guerra imperialista, movimentada exclusivamente pelos interesses expansionistas do capital.

Ao contrário do que propunha o Estado e o grande capital com uma educação que atenda às necessidades expansionistas, Sousa (2014, p. 58) nos mostra que Gramsci cumpria com as prerrogativas de um verdadeiro educador. Trazia, portanto, a defesa de uma “cultura desinteressada”⁵⁴ pautada na perspectiva da emancipação humana, de modo que esta cultura não fosse aplicada pelas classes dominantes, visto que para ele a verdadeira dimensão cultural só seria dada a partir da organização de massas mediante a uma intensa formação de quadros revolucionários. Desta feita, a neutralização diante das causas imperialistas com a guerra, tornava-se imprescindível, já que o verdadeiro avanço (a emancipação humana) só se consumaria por meio da luta revolucionária.

Sua luta para com a própria elevação de consciência revolucionária rumo à construção de uma “práxis revolucionária” não se dava de maneira amena, pois eram muitas as adversidades que conspiravam contra ele, mas o desejo pela transformação e a implantação de uma “reforma intelectual e moral” era mais significativa. Foi o que ocorreu no ano de 1915, quando Gramsci ainda enfrentava as condições adversas⁵⁵, tendo que suportar as dificuldades financeiras que, obviamente, repercutiam diretamente na sua própria subsistência, além de recorrentes crises emocionais (doença dos nervos) que também o afligiam.

Neste período, o jovem Gramsci tinha que dedicar-se também ao serviço militar, às atividades de militância que comumente eram realizadas em defesa dos trabalhadores. Porém, o esgotamento físico e mental levou-o a dispensa das atividades militares e, para garantir-lhe o sustento, começou a trabalhar na pequena redação do Jornal “*Avanti*” escrevendo artigos locais e regionais relacionados a teatro, crônica e política, complementando sua renda com aulas particulares que lhe ajudaria a manter-se de pé. Destaca-se aí, algumas das atividades relacionadas ao campo educacional, apesar de não serem tão expressivas na consolidação de seu pensamento político, mas, é inegável considerar as contribuições para que se tornasse um “educador” de massas.

Neste ínterim, com a onda de acontecimentos revolucionários no Leste Europeu, a classe proletária italiana é inspirada a movimentar-se diante da crise econômica e política que assolava

⁵⁴ De acordo com Nosella (2010, p. 43) Gramsci defende “[...] as atividades formativo-culturais para o proletariado em geral, mas rejeita a ideia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação [...]” colocando o proletariado e as massas nos moldes de uma educação desinteressada que visa a elevação de consciência de classe e a formação cultural para além da educação interessada do capital.

⁵⁵ Uma gama de atividades que acabou exigindo demasiado de sua capacidade física e emocional, chegando inclusive a comprometé-las.

o país por conta dos rebatimentos da guerra. A Itália passou a enfrentar uma decadência social “dia após dia”, uma militarização e uma diminuição dos postos de trabalho, um declínio dos salários dos trabalhadores e uma falta de alimentos às camadas populares, fez surgir um movimento que passou a ser conhecido por “Paz e pão” em decorrência dos problemas decorrentes do grão de “trigo”⁵⁶.

Situações como estas eram vistas por alguns como derrota, para outros, representavam grandes desafios. Assim se comportava Gramsci, o revolucionário em formação, pois se mantinha firme e convicto de seus ideais frente aos ataques da burguesia e das forças coercitivas do Estado-burguês, cuja dualidade de poderes trabalhava em seu conjunto na garantia da acumulação capitalista, daí as justificativas pelas quais alguns países adentraram na “corrida imperialista” com a I Guerra Mundial.

Neste contexto, em meio às circunstâncias proporcionadas pelo modo e pelas relações de produção, Gramsci tornou-se secretário da Comissão Executiva Provisória e, em seguida, foi nomeado diretor e único redator do semanário “O Grito do Povo”, passando a inserir-se em um “ambiente cultural” propício ao desenvolvimento de suas habilidades no tocante à produção literária e direção política de massas.

Daí em diante, ele se deparou com a responsabilidade de produzir textos socialistas acessíveis às massas operárias. E, para tal, sua preocupação se detinha no desvelamento das artimanhas da conjuntura capitalista que se contrapunha as massas operárias, por isso, a tentativa de conscientizá-las politicamente na finalidade de organizá-las para o embate com o Estado-burguês. Deste modo, diríamos que o teórico sardo passa a se apropriar de uma perspectiva marxista de educação, assentado na perspectiva de que educador educa e é educado pelo próprio movimento de massas, reciprocamente, na tentativa de tornarem-se senhores de seus próprios destinos, sem que haja distinção hierárquica, tornando-se, portanto, “mestre” e “aluno” ao mesmo tempo e assim sucessivamente.

Com este pensamento, podemos afirmar que Gramsci se valia constantemente de uma análise que levava em consideração a relação dialética e indissolúvel para compreender a realidade a sua volta, o que lhe rendeu as bases necessárias à sua formação humana. Os estudos filosóficos e as experiências advindas com o movimento de massas colaboraram

⁵⁶ Daí surgiu uma intensa manifestação do operariado em face da bandeira “Paz e pão”, que durou sete dias, findando-se em 28 de agosto de 1917. Com a manifestação, o resultado foi o surgimento de perdas irreparáveis para as classes subalternas, mas, por outro lado manteve acesa a chama da revolução mesmo que o resultado tenha sido a vida de cinquenta vidas humanas, duzentos feridos e a prisão de vários dirigentes socialistas.

significativamente para que publicasse artigos que dialogassem com o operariado, daí as razões pelas quais se esforçou para compreender, analisar e expor um posicionamento acerca dos acontecimentos ocorridos na Revolução Russa (1917)⁵⁷ (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 42 - 43).

Além das contribuições de cunho ideológico com o movimento socialista russo, destaca-se, neste período, o abandono de Gramsci para com os estudos universitários na *Faculdade de Lettere*, em Turim, por conta de dificuldades financeiras que se avolumaram e pelo comprometimento de sua saúde, impelindo-o inteiramente à militância do Partido Socialista Italiano (PSI) e a luta ao lado do operariado turinense, privilegiando com mais intensidade a “ação política” ou “práxis revolucionária”.

Adicionada aos aspectos apontados, destaca-se a influência projetada com a I Guerra Mundial (1914 - 1919) que, ao contrário das guerras anteriores, foi marcada por um armamento bélico ainda mais letal, dizimando o maior número de seres humanos de toda história. Este ímpeto destrutivo verificou-se também, obviamente, em terras italianas, pois a vitória italiana foi considerada como uma “vitória mutilada”, já que as vantagens territoriais com a expansão de seus territórios ao Trentino e ao Sul de Tirol, um dos motivos pela investida na guerra, não apagaram as enormes perdas humanas.

Este era o cenário italiano do período do pós-primeira guerra, que trouxe pesadas consequências a população, especialmente a trabalhadora. Daí o surgimento de grandes turbulências econômicas, políticas e sociais que vieram impactar o cotidiano da vida do povo italiano, desde os familiares dos soldados e ex-soldados, classe média, principalmente a massa operária e a camponesa.

Diante das circunstâncias (condições objetivas e subjetivas) projetadas por uma Itália completamente dilacerada pela crise do capital, de impactos econômicos, políticos e sociais, Gramsci (1982), na oportunidade, analisou a realidade educacional de sua época e percebeu a direção no âmbito da formação “político-cultural” das massas operárias em atendimento às necessidades do “Estado liberal-burguês”. E assim, as massas operárias, para aquele momento, se valiam de um ensino técnico, enquanto a classe dirigente ou dominante se valia de um ensino

⁵⁷ A Revolução Russa de 1917 ganhou certa notoriedade em terras italianas frente aos movimentos que resistiam as medidas de austeridade fascista através das crises políticas e econômicas. Gramsci, mesmo estando à distância daqueles acontecimentos, se identificou com os acontecimentos ocorridos com a revolução, encabeçada, entre outros, por Wladimir Ilich, o Lênin, líder do partido bolchevique, passando a inspirar-se no movimento socialista russo para uma atuação mais ativa diante dos movimentos socialistas em curso na Itália. Por isso, Gramsci tratou de conhecer de perto os meandros da revolução, levando-o a compreender profundamente aquele processo revolucionário, bem como as contribuições teóricas de Lênin, de Trotsky, além de Marx e Engels (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 42 - 43).

humanista, tipificando assim um ensino dualista e fragmentado, contrário a uma educação desinteressada que Gramsci passou a defender.

A educação italiana trazia uma educação dualista (ensino técnico e humanista) ofertada pelo “(des)serviço” público-estatal, colocando a classe subalterna em eterna condição de inferioridade social. Ao contrário do que propõe o Estado-burguês, Gramsci (1982) propunha uma educação “desinteressada”, visando o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, uma educação que deveria atender às necessidades intelectuais das massas operárias em seu mais alto nível, cabendo ao partido político, em primeira instância, a condução e a implantação de uma educação verdadeiramente emancipadora, com a implantação do Estado proletário, o Estado socialista.

Como se vê, o caráter educativo de Gramsci encontra-se presente em toda sua trajetória de vida, seja por uma atuação direta e “individual” na figura do “mestre” que educa o “aluno”, e vice-versa, ou coletivamente enquanto partido político com a educação das massas proletárias. Destarte, a perspectiva educativa de Gramsci⁵⁸ é retomada por Semeraro (2011, p. 144) quando menciona o olhar de Gramsci para com a relação pedagógica existente entre as “camadas intelectuais e não intelectuais”, entre “governantes e governados”, entre “elites e seguidores”, entre “vanguardas e corpos de exército”, afirmando que a educação dar-se-á em um “ambiente cultural” de aprendizagem mútua, pois:

Este problema pode e deve ser aproximado da configuração moderna da doutrina e da prática pedagógicas, de acordo com as quais a relação entre mestre e aluno é uma relação ativa, de reciprocidade, onde, portanto, todo mestre é sempre aluno e todo aluno mestre. Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares” [...] Esta relação existe em toda sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. Portanto, é possível dizer que a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma permanente autocrítica, funciona como “mestre” [...] e na realidade só assim se realiza

⁵⁸ Semeraro (2011) retoma o pensamento de Gramsci acerca da educação italiana que visava um ensino dualista, sendo a “escola humanista” para formação de grupos restritos da classe dominante e a “escola profissionalizante” para os filhos da classe trabalhadora, sendo este último para alavancar o desenvolvimento econômico do país. Faz menção a educação proposta pela Reforma Gentile (1923) que reduz o desenvolvimento humano às condições de uma escola dualista, ao contrário do que pensava Gramsci com a escola em seu “sentido universal”, sentido amplo, daí a necessidade para aquele exato momento de se educar as massas já que, estas, por sua vez, se detinham tão somente ao ensino profissionalizante enclausurando a classe subalterna em uma eterna passividade. (SEMERARO, 2011, p. 145)

‘historicamente’ um novo tipo de filósofo que se pode chamar de ‘filósofo democrático’, isto é, do filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita à sua personalidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural [...] a unidade entre ciência e vida é precisamente uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento; é uma relação entre mestre-aluno, filósofo-ambiente cultural no qual agir, de onde extrair os problemas necessários a serem enfrentados e resolvidos; quer dizer, é a relação filosofia-história. (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2011, p. 144)

Gradativamente, Gramsci vai consolidando o seu pensamento político, sua filosofia (filosofia da práxis) e, ao poucos, a ideia de partido vai ganhando certa notoriedade. A tarefa educativa proporcionada pela mutualidade existente no ato de educar e de ser educado, vai se tornando num pressuposto ineliminável das atribuições de Gramsci e do partido político, principalmente, se direcionada aos “intelectuais orgânicos”, àqueles cuja tarefa está relacionada diretamente com a formação de “quadros” e “fileiras” para o partido político.

Neste período, ao contrário do que fora proposto pelo “Estado liberal-burguês”, Gramsci já concebia a educação de forma ampla e, como via a insuficiência de um “ambiente cultural” propício para as massas operárias, propôs uma educação “de massas” e “para às massas”, a exemplo do projeto “Associação de Cultura”, inspirada inicialmente pela proposta do socialista Pellegrino (NOSELLA, 2010, p. 55).

Sobre isto, Gramsci afirmava que para a “Associação de Cultura” deveria haver

[...] uma clara relação de autoria e propriedade: o autor, diretor, proprietário dessa associação é operariado enquanto classe reivindicativa e revolucionária; traça-lhe também amplo horizonte de perspectiva histórica: deve ser um primeiro núcleo de uma vasta (nacional) organização cultural operária. [...] (Gramsci *apud* NOSELLA, 2010, p. 56)

Nesse sentido, a proposta socialista, em termos educacionais, se tratava de uma perspectiva para além da educação escolarizada proporcionada pelo Estado-burguês. Trazia, portanto, em seu bojo, uma educação voltada para as massas operárias, estas, por sua vez, exerceriam uma relação de “autoria” e de “propriedade” para com o seu próprio destino, ou seja, seriam partícipes de um projeto de vida que tem como horizonte a emancipação humana. Desta feita, a intenção era disseminar um conhecimento universal para além das exigências do Estado-burguês, que viesse a superar a reduzida proposta de ensino dualista (formação técnica e humanística), cuja intenção, ao nosso ver, se resumia ao atendimento das exigências do grande capital, das forças imperialistas e fascistas da época.

As circunstâncias as quais envolviam o espírito do “educador” em formação, fizeram com que Gramsci acompanhasse e buscasse participar ativamente da luta do proletariado por melhores condições de vida, se contrapondo aos ataques proporcionados pelas forças dominantes. No ano de 1919, com o contexto de instabilidade econômica, política e militares, proporcionados pelo Estado-burguês, os industriais almejavam o desenvolvimento econômico a qualquer custo e, para tal, esperava-se do mercado italiano um trabalhador habilitado e dócil aos caprichos do capital.

Na correlação de força contra as medidas de austeridade proporcionadas pelo Estado interventor, Gramsci buscou criar e dar direção ao movimento de massas turinense, colocando em cena um instrumento de formação político-pedagógica através do periódico [semanário] *L'Ordine Nuovo*⁵⁹, “A Nova Ordem”. Trata-se de um periódico de caráter tático, que visava a formação política do indivíduo através de textos de fundamentação marxista e acessíveis às massas proletárias. Tinha como objetivo, portanto, formar as massas proletárias, se colocando para além da educação estatal e burguesa, cuja a intenção se dava em face de uma educação pragmática e tendenciosa, favoráveis ao projeto hegemônico do capital. Uma educação que, visava ofuscar e dificultar o desenvolvimento da consciência revolucionária das classes desprovidas dos meios de produção.

Com o intuito de contribuir com a formação do proletariado turinense, se contrapondo ao modelo de sociedade vigente, surgiu o periódico *L'Ordine Nuovo*, fundado por Gramsci e seus camaradas Angelo Tasca, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti. A visão do grupo era para desenvolver um trabalho pedagógico no próprio terreno da luta de classes, com vistas ao fortalecimento da consciência política do proletariado e, para tal, tomava-se como referência as ideias socialistas que se organizavam sob os elementos “táticos” e “estratégicos”, portanto, à “instrução”, a “organização” e a “agitação”⁶⁰ das massas proletárias pela busca dos fins revolucionários.

⁵⁹ Fundado no dia 1º de maio de 1919, o semanário de cunho socialista inicia com uma tiragem de 300 assinantes e 3 mil exemplares e com um ano depois, chega a 5 mil exemplares e a 1.100 assinantes. Este é o único documento do jornalismo revolucionário e marxista, fundado na Itália por Antonio Gramsci, Tasca, Terracini e Togliatti. (FIORI, 1979, p. 149)

⁶⁰ “Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força” (GRAMSCI, 1966). Aqui está presente um pensamento de fundamentação marxista que sintetiza a funcionalidade do partido político em Gramsci, cuja a ideia se remete a uma “práxis revolucionária” que o acompanhou por toda militância realizada em prol das classes subalternas. Para Lenin, esta ideia esteve presente também no texto “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática” quando afirmou que: “[...]. A questão de saber qual destas resoluções tem em conta de modo mais acertado o momento político e define de modo mais acertado a tática do proletariado do proletariado revolucionário tem enorme importância, e todo o social-democrata que deseje cumprir conscientemente os seus deveres de propagandista, agitador e organizador deve orientar-se com toda a atenção

Dentre os objetivos projetados por Gramsci, estava a formação “político-cultural” da classe operária, condição *sine qua non* para o enfretamento das lutas que eram travadas no cotidiano das massas, sejam elas em curto, médio ou longo prazo.

Tanto Gramsci, quanto os demais *ordinovistas* traziam consigo uma preocupação constante para com a elevação “político-cultural” das massas e, para tal, o periódico *L’Ordine Nuovo* tornar-se-ia o instrumento pedagógico que cumpriria com a função política de instruí-las e fortalecê-las politicamente para os embates a serem travados com a conjuntura política, econômica e social, levando-as à direção dos ideais e fins revolucionários.

Diríamos que, para aquele momento histórico, diante das circunstâncias impostas pela ação humana, o grupo *ordinovista* conseguiu trazer imprescindíveis e significativas contribuições no campo da formação “político-cultural”. E o trabalho realizado por eles conseguiu atender razoavelmente às demandas das massas operárias, principalmente, se analisadas as contribuições desprendidas no processo de implantação e organização dos Conselhos de Fábrica, cuja temática será abordada *a posteriori*.

O *L’Ordine Nuovo*”, portanto, tornou-se num elemento pedagógico e aglutinador de massas, que tinha como função primordial a educação com vistas para o surgimento de “novo tipo de homem” e, conseqüentemente, um novo tipo de sociedade. O referido material, apesar de apresentar-se teoricamente, tinha uma intencionalidade prática e se reportava para um imediato desdobramento na vida prática do proletariado com a finalidade de conscientizá-los acerca dos agravos cometidos pelo sistema capitalista, impelindo-os a uma “ação política” e/ou “ação transformadora” que viesse a superar à realidade existente. Portanto, seu caráter educativo almejava a imediata instrução, a organização e a “reflexão catártica” do proletariado no combate às medidas hostis e ofensivas da classe dominante.

Gramsci e os *ordinovistas*, diante das condições objetivas e subjetivas da realidade, ao passo que educavam as massas, estes, por sua vez, também eram educado por elas. Nesse sentido, a formação humana de Gramsci, de caráter individual (pessoal) e coletiva (partido), a partir da educação das massas, é vista pelo prisma dialético e indissolúvel da relação entre teoria e prática, a *práxis revolucionária*.

Como se vê, encontra-se aí uma perfeita assimilação da Décima Primeira Tese sobre Feuerbach⁶¹, que coloca Marx e Gramsci em uma similaridade filosófica, não lhes bastando

neste problema, pondo completamente de lado todas as considerações estranhas a essência da questão” (LENIN, 1977, p. 387).

⁶¹ Na Décima Primeira Tese sobre Feuerbach Marx (2010) afirma que “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, K E ENGELS, F. 2010, p.113).

tão somente interpretarem o mundo à sua volta sem que houvesse o desejo de transformá-lo (MARX, 2010, p. 113). Isto posto, justifica-se o motivo e as razões pelas quais Gramsci dedicou-se inteiramente e ativamente na luta revolucionária, pois o contexto fascista o impeliu a uma ação prática, nos parecendo, à primeira vista, que tenha privilegiado mais a prática do que a teoria.

Para nós, a preocupação de Gramsci era semelhante à visão educativa de Lênin, por isso, defendia a tese de que só seria possível haver uma “prática revolucionária” no interior das massas populares, se as mesmas fossem devidamente instruídas e munidas de “teoria revolucionária” que atendesse as demandas necessárias à implantação de “novo tipo de Estado”, sendo o partido político o precursor da referida iniciativa.

Na obra *A escola de Gramsci*, Nosella (2010) faz referência ao olhar do pensador italiano acerca da educação no período pré e pós-guerra, retratando, portanto, a educação estatal e algumas iniciativas educacionais postas por Gramsci e o partido na finalidade de contrapor-se ao modelo educacional vigente que se resumia formar um povo de

[...] mentalidade dogmática e intolerante pela educação católica e jesuítica. Falta-lhe o espírito de solidariedade desinteressada, o amor à livre discussão, o desejo de buscar a verdade por meios exclusivamente humanos, oferecidos pela razão e a inteligência (...)” (NOSELLA, 2010, p.57).

À vista disso, Nosella (2010) recupera e nos apresenta o pensamento educacional de Gramsci, trazendo sua reflexão crítica para com a “educação interessada” do poder estatal, reconhecendo que nela encontram-se elementos de uma ideologia burguesa visando à constituição de um “bloco histórico” que possa consolidar a dominação das elites italianas sob as classes subalternas.

Com o estudo da obra supracitada, percebemos que o “ambiente cultural” no qual Gramsci se inseria, através das condições objetivas e subjetivas da realidade, só vieram consubstanciar com o seu pensamento político-filosófico e que, tanto ele, como aqueles que compõem o partido político, perpassam por um processo de “autoformação” ou “autoeducação”, um sentido equivalente ao da defesa de Marx (2010) na *III tese sobre Feuerbach*.

Semeraro (2011), no texto *Gramsci educador de “relações hegemônicas*, percebe a consonância do pensamento dialético de Marx com o pensamento de Gramsci e, ao segundo pensador, atribui a afirmativa de que a educação deve ser concebida em seu ‘sentido amplo’ e universal, principalmente se considerada a formação política das classes subalternas. De outro modo, Semeraro (2011) entende ainda que os referidos autores comungam da ideia de que as

partes de um todo não se dividem, mas se complementam indissoluvelmente. Portanto, ao passo que o educador educa, ele mesmo é educado pelas próprias condições a que lhe são (im)postas, reciprocamente, sendo esta relação comum a todos os indivíduos, inclusive a Gramsci e aos demais *ordinovistas*, já que os mesmos estavam cumprindo com a tarefa educativa do partido. (SEMERARO, 2011, p.145)

Do mesmo ponto de vista, Del Roio (2006) nos assevera acerca do processo educativo disseminado por Gramsci e o partido político. Retoma o debate em torno da relevância posta pelo Jornal L'Ordine Nuovo, reconhecendo nele a função de instrumento pedagógico e suas contribuições para com o desenvolvimento intelectual das massas operárias, principalmente, para o que diz respeito a organização das mesmas nas fábricas com os Conselhos de Fábrica.

Sobre os Conselhos de Fábrica⁶², é *mister* salientar o contexto e as condições nas quais foram implantados, já que os mesmos tiveram um importante papel na construção do pensamento político de Gramsci e na luta do proletariado italiano. Nesse sentido, Gramsci e os *ordinovistas* lançaram, de maneira persistente, a proposta dos Conselhos de Fábrica, uma ideia socialista fundamentada nos “soviets russos”⁶³.

De acordo com Fiori (1979), os *ordinovistas* lançaram a proposta dos “Conselhos” a datar do texto a *Democracia operária*⁶⁴, que por sinal fora recebido com bastante apreço pelo operariado, principalmente nas cidades de Turim e Piemonte, chegando a obter uma adesão de cerca de dois mil operários no movimento dos conselhos na fábrica FIAT – Brevetti, totalizando uma adesão de aproximadamente 150 mil operários em toda Itália (FIORI, 1979, p. 162).

Para Gramsci, os *Conselhos de Fábrica* seriam, em princípio, a experiência concreta e viva da revolução e se tornariam o “gérmen do Estado proletário” ou a “molécula social da revolução”, tornando-se contrários às limitadas atuações de comissões internas [esfera do sindicato] existentes no interior das fábricas, pois a elas eram atribuídas a lógica do trabalho

⁶² Os Conselhos de Fábrica foram instituídos nas montadoras da FIAT, como estratégia revolucionária que, repentinamente, alavancou a organização dos trabalhadores, culminando em uma greve deflagrada pelos operários turinenses. (Ibidem, p. 162). Os Conselhos de Fábrica se tratavam de uma “tática revolucionária”, que a priori almejava a substituição das “comissões internas” amparadas pelos sindicatos patronais, viabilizando com isso a abertura de diversos Conselhos de Fábrica nos centros industriais, vislumbrando a posteriori a dominação dos meios de produção por parte do proletariado.

⁶³ Em 1905, na Rússia, os soviets eram considerados as “forças ativas e criadoras do país”, passando a assumir a denominação de Conselhos de Fábrica em 1917. Por inspiração dos soviets russos, na Itália, os soviets se tornaram realidade após a investida desprendida pelos *ordinovistas* que trouxeram semelhante defesa com a tomada das forças produtivas e econômicas. E a célebre frase “Todo Poder aos Sovietes!” tornou-se palavra de ordem na Itália, servindo de fonte de inspiração para diversos outros países.

⁶⁴ No texto “Democracia Operária” (1919), Gramsci ressalta a importância do Partido frente ao processo organizativo de luta da classe operária-camponesa, desde o trabalho de conscientização (“psicologia operária”) das mesmas a organização de suas instituições, perpassando pelos mais distintos estratos da sociedade, sobretudo, os Conselhos de Fábrica, cuja ideia é para ele, a de se criarem os “meios” necessários aos “fins” revolucionários, com a “ditadura do proletariado” e a “instauração de um novo Estado” (GRAMSCI, 1919, p. 3).

assalariado, uma essência do trabalho capitalista que reduz o operário a uma subserviência eterna. (SOUSA, 2014, p. 66)

Os Conselhos de Fábrica, portanto, trariam a defesa do trabalho associado, se contrapondo à corriqueira forma de exploração e dominação existentes nas indústrias e no modo de produção capitalista como um todo, pois para o grande capital a riqueza dar-se-á pela exacerbada exploração da força de trabalho para obtenção de mais-valia.

Em contraposição aos ideais capitalistas, os Conselhos de Fábrica estariam ligados organicamente à base do movimento de massas. Sua tarefa educativa consistia em fazer com que o proletariado adquirisse uma “consciência política de produtor de toda a riqueza” e não somente a consciência de quem produz os meios de sua própria reprodução, mas uma consciência na qual o proletariado se defina como artífice e protagonista do processo produtivo, percebendo-se enquanto “dirigente” e “dirigido”. (SEMERARO, 2006)

É o que aponta Semeraro (2006) quando recupera a afirmativa de Spriano (ano) ao dizer que nos Conselhos se desenvolve a perspectiva de que o proletariado deverá tornar-se o “criador de sua própria história”

Os Conselhos de Fábrica, situados no coração da produção, representam células modelares do novo Estado: “O conselho dá aos operários a responsabilidade direta da produção, [...] instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador de história” (SPRIANO *apud* SEMERARO, 2006, p.122)

Os Conselhos de Fábrica, portanto, trariam como proposta revolucionária a ocupação e/ou da tomada dos meios de produção por um proletariado organizado e coeso, criando com isso uma relação de cooperativismo e de identificação mútua entre seus pares, inclusive com a própria produção material, sem que houvesse o devido estranhamento e/ou a alienação para com a mercadoria produzida, fazendo emergir uma “nova classe hegemônica com um novo ordenamento social” (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 51- 52).

As circunstâncias proporcionadas com a tomada dos meios de produção só vieram influenciar o proletariado em seu processo formativo. De um lado, tínhamos os *ordinovistas* que se empenharam na formação política do proletariado e, com isso, foram preparados enquanto partido político para a luta revolucionária e, de outro, estas mesmas circunstâncias influenciaram e formaram politicamente o próprio proletariado. Ambos assumiram a condição de “educador” e “educado”, reciprocamente, pois as condições objetivas e subjetivas proporcionadas pelo processo de ensino-aprendizagem fizeram com que, em certa medida, fossem “criadores de sua própria história”.

Com a “corrida imperialista” entre os anos de 1914-1919, surge um cenário político, econômico e social extremamente caótico e hostil aos trabalhadores/as que, de modo geral, fez surgir uma instabilidade política no âmbito do parlamento e aumentou as dificuldades econômicas por todo o país, como por exemplo: alto desemprego, redução de salários, aumento de horas de trabalho e elevação no preço de mercadorias.

Com o ocorrido, estas e outras medidas impactaram a vida do povo italiano e, com elas, uma série de problemas de ordem social reverberou por todo país, atingindo inclusive o homem do campo⁶⁵ que resistiu bravamente pela garantia do alimento de cada dia, “o pão”. Com o aguçamento das relações materiais de produção, o operariado foi criando um movimento de resistência, se colocando para além da condição de simples “dirigido” e, aos poucos, passava a ingressar-se no movimento organizado pelos Conselhos de Fábrica, encorpando as mais distintas greves⁶⁶, principalmente em Turim e em Piemonte.

Se por um lado os Conselhos de Fábrica foram se fortalecendo com as greves, por outro, foi-se criando um movimento contrarrevolucionário, financiado pelo empresariado em parceria com o governo italiano, que em seu conjunto elaboraram táticas com a finalidade de frear o movimento de ocupação das fábricas nos centros produtivos no Norte da Itália. Nesse sentido, os industriais criaram organizações que os representavam, a exemplo da Confederação Geral da Indústria – Confindústria⁶⁷, uma organização patronal que visava a contenção da força proletária.

Nesse sentido, tanto o empresariado [industriais do Norte], como o governo italiano [Giovanni Giolitti] tentaram a todo custo barrar a ofensiva e a consolidação dos Conselhos de Fábrica. Ambos, de maneira ardilosa, cooptaram parte do proletariado ligado a correntes sindicais do PSI, se contrapondo aos demais grevistas que se mantinham firmes e resistentes na luta. Os Conselhos foram vencidos pelo desgaste do tempo, pela fome e, principalmente, pela ação conjunta do grande capital na tentativa de que aceitassem o fim das ocupações em troca

⁶⁵ Em Andria, na região da Puglia, surgiram diversas manifestações em defesa do trabalhador camponês que passava por uma série de privações, dentre elas, a escassez do pão.

⁶⁶ De modo geral as greves defendiam a existência e a manutenção dos Conselhos de Fábrica e repudiava a atitude do empresariado e do governo de Giovanni Giolitti frente à crise que assolava o país, trazendo consigo a defesa de um modo de superação da lógica do capital frente ao processo produtivo exigindo, com isso, a transferência de poderes aos soviets, pois a palavra de ordem era “Todo poder aos soviets!” (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 58).

⁶⁷ A Confindústria, criada em 8 de abril de 1919 agregava 50 associações empresariais representando 6 mil indústrias (GENNARI, 1999). E em março de 1920, chegou a reunir cerca de 11 mil indústrias na tentativa de inibir e coibir a ofensiva organizada pelo operariado para a consolidação dos Conselhos de Fábrica.

da concessão de algumas vantagens, ainda que pífias, de ordem puramente econômica⁶⁸, ou seja, os grevistas deveriam render-se às oferendas do capital e abandonar a tática revolucionária de ocupações.

Em partes, o movimento revolucionário se rendeu aos caprichos do Estado-burguês, mas não se pode negar as contribuições educativas existentes neste período, é o que relata Del Roio (2006) em sua obra *Gramsci e a educação do educador*, onde o autor recupera o pensamento do teórico sardo no tocante ao processo pelo qual o indivíduo se desenvolve, em especial, ao desenvolvimento intelectual do operariado, realizado, inicialmente, pelo *L'Ordine Nuovo*, com constituição dos Conselhos de Fábrica.

No texto supracitado, o autor discorre sobre o processo educativo que fora disseminado no interior das fábricas que, ocupadas pelos *Conselhos*, mais precisamente pelos *soviets*, pela primeira vez, conseguiram difundir, em toda a Itália, uma experiência didática com a “autoeducação”⁶⁹ das massas operárias.

Para Del Roio (2006), o caráter pedagógico de Gramsci esteve presente nos *Conselhos de Fábrica* por meio da “autoeducação” desenvolvida no terreno da produção material. Ali, os “soviets”, constituídos pelos Conselhos de Fábrica, passariam a se preocupar com sua atuação no processo de (re)produção da riqueza social e, com isso, deveriam se preocupar com a formação de quadros necessários à esta empreitada por meio da “autoeducação” realizada pelo conjunto de operários conscientes de seu papel socialista. (DEL ROIO, 2006, p. 313 - 314).

Ainda segundo Del Roio (2015, p. 315), os Conselhos de Fábrica visavam proporcionar uma “autoeducação” e uma “autoemancipação” por meio das experiências desprendidas com o trabalho fabril, seguindo a lógica do trabalho “livre e associado”. Com o desenvolvimento do trabalho cooperativo, as entidades representativas de classe (sindicatos, partidos políticos e etc), apesar de serem criadas na estrutura do Estado-burguês de “caráter privado”, seriam supressumidas pela perspectiva revolucionária dos *Conselhos de Fábrica*, fruto dessa “autoeducação” desenvolvida no interior das fábricas ocupadas.

A “autoeducação” disseminada pela experiência nos Conselhos dava condições ao proletariado para atuarem na vida pública, pois o autogerenciamento realizado em meio ao processo produtivo tornava o proletariado “dirigente e dirigido”, reciprocamente, capaz de

⁶⁸ Os patrões concederam aumentos salariais substanciais; estabilidade para operários com mais de três anos de trabalho; pagamento dos dois dias de obstrução e da produção realizada quando da ocupação; uma semana anual de férias pagas etc (*Ibidem*, 2001, p.70).

⁶⁹ Del Roio fala sobre o processo educativo presente nos Conselhos de Fábrica defendido por Gramsci que, ao passo que ensinava as massas operárias, ele também aprendia com as mesmas. Uma experiência vivenciada na organização de massas debatida por Del Roio (2006) no texto *Gramsci e a educação do educador*, disponível no endereço eletrônico <http://www.cedes.unicamp.br>, que recupera a ideia de que o “educa e deve ser educado”.

atender aos interesses da coletividade. Assim, coloca Del Roio (2006) ao afirmar que “(...), o objetivo da escola do trabalho era o de educar o proletariado para a autogestão da produção e para a administração pública, entendida como autogoverno” (*Idem*, 2006, p. 316).

Ainda sobre isto, Ludovico D’Aragona (ano) admitia a brilhante atuação dos operários nos Conselhos, pois para ele “[...] os operários davam uma verdadeira demonstração de consciência e de maturidade; outras, onde os operários sabiam fazê-las funcionar da mesma forma que o capitalista: dirigiam-nas e governavam-nas; [...]” (FIORI, 1979, p. 176).

Como geralmente toda investida pela esquerda sofre com os ataques reacionários da direita, as experiências com os Conselhos de Fábrica também foram motivos de conspiração ideológica, política e econômica burguesa. Deste modo, Del Roio (2006) afirma que a cultura proletária deve desenvolver-se autonomamente, pois para ele “a luta dos trabalhadores para garantir e aprofundar a cultura para se apropriar do conhecimento, traria consigo o esforço e o empenho para assegurar a sua autonomia em relação aos intelectuais da classe dominante e ao seu poder despótico” (*Idem*, 2006, p. 313).

Em síntese, Del Roio (2006) ressalta a escola do trabalho, desenvolvida inicialmente pelo *L’Ordine Nuovo*, que visava a formação de quadros advindos de sua própria base e militância revolucionária. Estes, por sua vez, estariam preocupados com o surgimento e a propagação de uma “nova cultura”, a cultura proletária e socialista (DEL ROIO, 2006, p. 316). Para o autor, o objetivo central da escola do trabalho era construir um homem “livre e emancipado”, o homem comunista, distinto daqueles que são formados pela ideologia e a educação burguesa. Pois,

a escola do trabalho do *L’Ordine Nuovo* não tinha a intenção de preparar os trabalhadores para um mundo a eles estranho. Pelo contrário, a ideia era a de reforçar o princípio de solidariedade e de saber-fazer que era próprio do seu cotidiano de produtores, de incorporar o aprendizado já adquirido no espaço público gerado pela greve, pelo comício, pelo debate. O primeiro passo é, portanto, o de aceitar que o educador se deixe educar. O método, a disciplina e a solidariedade próprios do mundo da fábrica deveriam ser a base da escola do trabalho. (DEL ROIO, 2006, p. 316, grifos nossos)

3.2 – A (re)construção do Partido Comunista Italiano – PCI

Mesmo com os limites apresentados⁷⁰ no capítulo anterior a partir da investida revolucionária dos Conselhos de Fábrica (1919 - 1920) na tentativa de implantar uma nova forma de sociabilidade humana pelo terreno da produção material, Gramsci e demais camaradas empenharam-se proficuamente no fortalecimento do Partido Político, almejando reestabelecer e aglutinar em “torno de si” e “para si” a direção das massas para o enfrentamento à ofensiva do capital.

Ao passo que os Conselhos de Fábrica não obtiveram sucesso suficiente⁷¹ em sua empreitada, fortalecia-se, ainda mais, o movimento contrarrevolucionário dirigido por aquele que um dia fora expulso do PSI, Benito Mussolini - protagonista da história do fascismo - cuja tarefa era reprimir toda e qualquer manifestação popular [proletária, camponesa, comunista, socialista, sindicatos e partidos] que conspirasse aos interesses das classes dominantes [industriais, latifundiários, pequena burguesia e o governo de Giolitti].

Neste período, com a crise do pós-guerra na Itália (1920), os grandes proprietários, a pequena burguesia e uma parte da classe proletária eram levados a cabo pela aparente liderança “carismática” de Benito Mussolini, pois sua posição política-ideológica [de origem do *subversivismo anarquismo*] agradava ao clero, à monarquia, a alguns “intelectuais” e, principalmente, aos industriais italianos.

É importante mencionar que todas as forças de opressão aos “desprovidos dos meios de produção” quase sempre estão relacionadas à forma como o homem produz a sua própria história, que, em especial na Itália, se deu pela obtenção da “mais-valia”, por isso o combate a qualquer ação conspirativa às classes dominantes, visto que elas tentavam a todo custo manter a direção do poder político-econômico por meio da coerção e consenso de toda sociedade.

Nesse sentido, se comparado ao movimento de massas, o grande capital esteve em perfeita unidade com os industriais italianos, organizando-se de maneira mais estreita, pois no caso da Itália, estavam completamente organizados, chegando inclusive a criarem instituições

⁷⁰ O movimento grevista dos Conselhos de Fábrica foi vencido em primeira instância e a luta do proletariado seguiu o seu curso. Gramsci e os demais *ordinovistas* atribuíram o ocorrido à ausência de uma articulação teórico-prática na própria estrutura e/ou composição da vanguarda do PSI, atribuindo a derrocada, às posições político-ideológicas de centro, os *centristas*. Para Nosella (2010), os centristas não defenderam ou muito menos agiram para que se efetivasse o fim das forças conservadoras e liberais, o que fragilizou a luta e o movimento do proletariado se restringindo tão-somente à questão econômica. (NOSELLA, 2010, p.89)

⁷¹ Gramsci relata que os operários resistiram enquanto puderam, mas a realidade objetiva falou mais alto, pois “Os operários da Fiat são homens de carne e osso. Resistiram por um mês, completamente ilhados na Nação (...). Não há vergonha nessa derrota (...). Não abusem demais da resistência e da virtude de sacrifício do proletariado[...]; (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 2010, p.89)

que os representavam, a exemplo da Confindústria ou Confederação Nacional da Indústria (CNI), que, de pronto, demonstrou apreço ao projeto fascista⁷². Nesse sentido, tanto o projeto fascista como o grande capital tinham em mente a subserviência do operariado sob o Estado-burguês, pois traziam a defesa de um espírito nacionalista e se apoiavam no projeto expansionista do capital.

Gramsci compreendeu a fragilidade e o recuo do operariado nos Conselhos de Fábrica (1920) a partir da leitura acerca da perspicácia do capital, que fez cessar o movimento de ocupações de fábricas, visto que as inevitáveis necessidades materiais de subsistência imputaram o fracasso destas ocupações. Porém, Gramsci admitiu e atribuiu os agravos desta derrota à fragmentação do Partido (PSI) devido a uma variedade de tendências⁷³ no interior de sua vanguarda socialista que não apoiavam em sua plenitude o movimento de ocupações de fábrica.

Assim, sendo, o debate pela “renovação do partido PSI” com a imediata expurgação dos reformistas⁷⁴ tornou-se recorrente, já que a eles foram atribuídas as desmobilizações da luta operária nos Conselhos de Fábrica por não trazerem a defesa incondicional do proletariado. Com isso, a ideia de desmembramento do PSI tornou-se inevitável, fazendo surgir inúmeros congressos para discussão acerca da fundação ou não de um novo partido, o Partido Comunista Italiano (PCI).

Dentre os congressos, destaca-se o XVII Congresso do Partido Socialista Italiano (PSI), em 15 de janeiro de 1921, no Teatro Goldoni, que aglutinou cerca de 2 mil delegados e demais observadores, cujo debate se deu em torno da análise estrutural do partido e, principalmente, no que concerne a sua composição. Neste congresso, os debates foram acalorados, com intensas discussões e conflitos proferidos pelas diferentes tendências políticas de “esquerda” e de “direita”, mas apesar do intenso debate, os que defendiam a saída dos *reformistas* foram

⁷² O projeto fascista trazia a defesa do poder burguês e o combate ao movimento de massas e ao socialismo eram imprescindíveis aos ideais político-ideológicos da aliança fascismo/capitalismo (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 123). Uma prova desta aliança se deu através do financiamento de tristes ações de milícias fascistas, pois a “[...] Confindústria, sem deixar de pressionar o velho Estado Liberal para que reprimisse os movimentos revolucionários, paralela e extraordinariamente financiava e protegia a triste guerrilha das brigadas fascistas que, no campo e nas cidades, invadiam, incendiavam sedes, massacravam líderes socialistas e comunistas” (NOSELLA, 2010, p. 84).

⁷³ Diversas tendências estavam presentes no PSI, dentre elas os *maximalistas abstencionistas* (liderado por Bordiga), *os centristas* (de Serrati), *os reformistas* (de Turati) e *os ordinovistas* (de Gramsci). Dentre elas, trazemos o destaque para os *maximalistas abstencionistas* conduzido por Amadeo Bordiga, fundado em 1919, uma corrente que defendia um Partido composto por poucos comunistas, mas que fossem “puros”, daí a rejeição a algumas posições ideológicas de Lenin e Gramsci (COUTINHO, 2012, p. 44 - 45).

⁷⁴ Maestri & Candreva afirmam que Gramsci escreve o editorial “Partido Comunista” afirmando a necessidade de uma nova organização, a começar pelo expurgo dos seus militantes reformistas (2001, p.61).

vencidos por 66% das intenções dos votos⁷⁵. A fração “*centrista*” de Serrati reafirmou seu compromisso com a Internacional Comunista (IC), mas se recusou a mudar o nome do Partido Socialista Italiano (PSI) para Partido Comunista (PCI), bem como expurgar *os reformistas* do PSI, o que de certa forma contrariava duas das 21 condições propostas para aceitação do partido enquanto partido nacional da IC (COUTINHO, 2012, p. 45).

Desta feita, os delegados do PSI que comungavam com a ideia de expurgação dos *reformistas* juntamente com a Internacional Comunista⁷⁶, que trazia a defesa de “moção comunista”, foram vencidos neste congresso. E, no dia seguinte - em 21 de janeiro de 1921 - reuniram-se em Livorno, no Teatro San Marco, para fundação e composição do Partido Comunista Italiano, na cidade de Milão, elegendo assim o Comitê Central composto por 15 membros, a saber: oito *bordiguistas*, cinco *maximalistas* e apenas dois *ordinovistas*, dos quais Gramsci e Terracini se fizeram presentes, apesar de Terracini, em anos posteriores, se identificar com as ideias *bordiguistas* (COUTINHO, 2012, p. 46).

Com a divisão do PSI e a fundação do PCI, o fascismo seguiu o seu curso reprimindo todo e qualquer movimento operário-camponês⁷⁷ com as chamadas “Milícias Negras”, que se encarregaram de estabelecer o “terror branco” e, com isso, se fortalecia o Partido Nacional Fascista (PNF). Mesmo em um cenário político-econômico fragilizado e hostilizado pela opressão fascista, o PSI se dividiu e ao seu lado conseguiu conservar parte do proletariado, mas o PCI passou a atuar com grandes dificuldades na tentativa de (re)organizar sua vanguarda, já que os operários, de modo geral, estavam dispersos e ainda não conseguiam compreender ao certo os projetos apontados pelos dois partidos (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 82 - 87).

Nesta esteira, Amadeo Bordiga, que estava à frente dos trabalhos do Comitê Central do PCI, não conseguiu ter a dimensão do perigo que estava por vir com a ascensão do fascismo ao “poder político” e estatal. O jovem comunista, de posição sectária e íntegra, negou qualquer

⁷⁵ A totalidade dos votos compreenderam da seguinte forma: 58.783 votos com os *abstencionistas bordiguianos*, que para este momento tinha ao seu lado os *ordinovistas*, os *maximalistas* liderados por Gennari e alguns parlamentares (Graziadei e Marabini); 14. 685 votos com o grupo *reformista*, liderado por Turati; 98.028 votos com a ala maximalista (rebatizada de “comunista unitária”) liderada por Serrati que vence as votações em torno da manutenção do nome do PSI, bem como a permanência da minoria *reformista* no PSI. (COUTINHO, 2012, p. 45).

⁷⁶ Dentre os delegados da IC, estava presente o delegado húngaro de nome Christo Kabaktchiev que proferiu fala pedindo a expulsão dos reformistas no 17º Congresso do PSI, em Livorno (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 81).

⁷⁷ Ao passo que se formava o PCI, por outro lado se consolidava o movimento contrarrevolucionário [fascismo] oponente ao fortalecimento das massas proletárias, o que se torna um certo prejuízo para o proletariado, pois ainda não estavam acostumados com a fusão e direção dos comunistas. Posteriormente, nas teses apresentadas no Terceiro Congresso do PCI, na cidade de Lyon - França, Gramsci afirma que o fascismo se tratou de um “[...] movimento de reação armada que se propõe o escopo de desagregar e desorganizar a classe trabalhadora para imobilizá-la, inclui-se no quadro da política tradicional das classes dirigentes italianas e da luta do capitalismo contra a classe operária.” (PARTIDO COMUNISTA DA ITÁLIA *apud* DEL ROIO, 2005, p.142)

que fosse a aliança, seja ela com a social-democracia, com os socialistas do PSI e muito menos com os fascistas, que por ora se aproveitavam do cenário dos pós-guerra e, conseqüentemente, da fragilidade operária que sofria com as medidas repressivas do Estado-burguês.

Até o presente momento, o posicionamento político de Amadeo Bordiga reverberava no modo como conduzia o recém fundado PCI, ou seja, de maneira sectária, sem muitas alianças políticas e sem acompanhar de perto os agravos aos quais eram acometidos ao proletariado pelos *mussolinistas*, que, a passos largos, tentavam consolidar a sua ditadura. Gramsci, até então, seguia a direção *bordiguista* e, de certa forma, tinha que seguir as devidas orientações, mas já conseguia perceber o surgimento de uma possível “ditadura fascista”⁷⁸ e, segundo ele, para vencê-la era preciso afinar o discurso e as ações políticas do Partido sob a orientação *leninista* apresentada no III Congresso da IC (1921), cuja a tática revolucionária se assentava na política de frente única como a real necessidade histórica do momento.

Sobre isto, Coutinho (2012) retoma o pensamento de Lenin afirmando que

[...] os PCs devem buscar acordos com os partidos e sindicatos social-democratas, tanto pela base quanto pela cúpula, para impedir que a burguesia monopolista descarregue sobre a classe operária e sobre as massas trabalhadoras o ônus da crise econômica do pós-guerra. E os acordos não devem se limitar ao terreno econômico, mas ir também até o nível político; [...] (COUTINHO, 2012, p. 48).

A política da frente única na Itália, para este exato momento, visava atender a esta demanda, pois a direção dar-se-ia pela fusão dos partidos de esquerda com as distintas organizações de massa (sindicatos social-democratas, partidos e etc.), quer dizer, uma aliança, com ressalvas, pois as posições ideológicas existentes entre elas eram distintas e a luta do proletariado deveria ser o objeto comum entre as mesmas. Em outras palavras, os partidos comunistas deveriam, segundo Lenin e Gramsci, estabelecer acordos pautados em “questões concretas” de “realidades concretas”⁷⁹, portanto, a palavra de ordem seria a união entre os demais partidos de esquerda com a finalidade de se fortalecer enquanto força revolucionária (orgânica e coesa) capaz de derrotar e vencer a ofensiva fascista e as ações imperativas do capital (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 90).

⁷⁸ De acordo com Alfonso Leonetti, um antigo companheiro de Gramsci no L’Ordine Nuovo, dizia que ele fora o primeiro teórico marxista a definir o fascismo “com sua natureza de classe e suas características de classe”. (LEONETTI *apud* COUTINHO, 2012, p. 50)

⁷⁹ Já estava em curso as ideias que criticavam o esquerdismo infantil, pois além do combate ao reformismo, lutava-se agora contra o esquerdismo para que se consolide e se fortaleça a luta de massas. “[...] vencer o esquerdismo passava a ser uma condição essencial para construção de partidos comunistas com ampla influência de massa e capazes de, efetivamente, se constituírem enquanto vanguardas do processo revolucionário que fora aberto com a grande revolução de outubro de 1917” (LENIN, 2000, p.1)

Nos debates do II Congresso do PCI, realizado em março de 1922, Gramsci manteve-se ausente nas discussões pelo simples fato de defender a política da frente única, pois, de certa forma, não queria contrapor-se ao posicionamento de Bordiga. Gramsci temia que sua posição tendenciosa ao *bolchevismo* viesse causar-lhes uma nova cisão no interior do partido. O fato é os operários de modo geral depositavam muita credibilidade na direção *bordiguista* e, por isso, o temor era de que houvesse uma fragmentação ou dispersão no âmbito do partido, seja pela vanguarda ou pela base do movimento de massas.

Neste mesmo congresso, Gramsci fora eleito delegado do PCI pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista (IC) a fim de representá-lo. As atividades foram realizadas em Moscou, em julho de 1922, período em que Gramsci conheceu de perto a estrutura organizativa do Partido Bolchevique e, na oportunidade, pode debater com renomados dirigentes comunistas. Gramsci participou quase que ativamente de todos os trabalhos realizados pela IC, mas geralmente dividia o seu tempo com as atividades do PCI e de tratamento de saúde, devido as intensas crises de convulsões e *tics* [doença dos nervos] que eram tratadas pelo Sanatório *Sieriebriani Bor* (“bosque de prata”), local em que passou a relacionar-se amorosamente com a jovem violinista Giulia Schucht.

Em meio a estes acontecimentos - problemas de saúde, relação amorosa, debates acerca da política (o partido), educação, cultura e etc. -, Gramsci recebeu a notícia de que os fascistas teriam chegado ao poder no dia 28 de outubro de 1922. A informação era a de que os mesmos haviam investido uma intensa repressão ao proletariado e às suas organizações. E com o feito seguiram em “Marcha sobre Roma”⁸⁰ como forma de pressionar o governo do Rei Vitorio Emmanuele III a ceder-lhes o ministério⁸¹ do país, com a justificativa de que os interesses eram comuns: reprimir os partidos de esquerda, organizações sindicais, organização de massas e etc.

Ainda em terras soviéticas, mas agora no IV Congresso da IC, em 5 de dezembro de 1922, Gramsci continuou participando ativamente das atividades da IC, sobretudo, nos debates em torno da política da frente única defendida pela *Comintern* [Terceira Internacional ou Internacional Comunista (1919-1943)], cuja discussão retomava a união do PCI com o PSI, com partidos sociais-democratas e outros que trouxessem a defesa da luta proletária, no sentido

⁸⁰ Mussolini e os adeptos aos ideais fascistas [liberais, religiosos, italianos de direita] realizaram uma "Marcha sobre Roma" como forma de pressionar o governar para que fosse concedida a direção do Estado italiano, o que não tardou muito tempo, pois o ministro pedia sua demissão e o Rei Vitorio Emmanuele III o convidava para compor o ministério.

⁸¹ Mussolini comporia o ministério com três católicos, um liberal, um independente, um nacionalista, dois militares e dois representantes de um pequeno partido do Sul (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 94).

de se fortalecerem contra o avanço do regime fascista. Por outro lado, Amadeo Bordiga,⁸² Terracini, Togliatti continuavam contrários a qualquer tipo de fusão com os socialistas do PSI, chegando ao ponto de sinalizar uma possível ruptura com a IC.

Defronte aos acontecimentos supracitados, Gramsci, *a priori*, não opinou sobre a temática levantada pela IC, manteve-se na neutralidade para que não houvesse nenhum tipo de divisão entre o proletariado de modo geral e o próprio partido, sem falar de sua estimável consideração por Amadeo Bordiga que também o recolhia, pois acreditava

[...] que não seria fácil substituir um homem como Bordiga, com o qual, além do mais, tinha relações muito amigáveis no plano pessoal. Bordiga preocupava-se com a saúde de Gramsci e admirava sua inteligência; Gramsci, por sua vez, admirava a forte personalidade de Bordiga e sua capacidade de trabalho. Por outro lado, tinha reconhecido que o partido, sob a direção de Bordiga, fora reduzido a condições desastrosas. [...] (LEPRE, 2001, p.50)

Daí os motivos pelos quais Gramsci resolve se abster dos debates iniciais em torno da política da frente única, mas, logo depois passou a admitir e corroborar com a fusão do PSI⁸³ para com o fortalecimento do PCI, pois as condições objetivas e subjetivas da realidade o fizeram mudar de ideia e, conseqüentemente, passou “[...]a aceitar a fusão com os socialistas, mas sobre as questões fundamentais não queria compromissos: temia de fato, que eles inutilizassem as razões que tinham levado à fundação de um partido comunista [...]” (LEPRE, 2001, p. 66). A posição de Gramsci, para aquele dado momento, recebeu apoio de Lenin e dos camaradas da *Comintern* que de resto lhe pediram para que assumisse a direção da Secretaria Geral do PCI, acreditando que Gramsci seria o homem mais sensato para condução da tarefa revolucionária na Itália.

Neste ínterim, Gramsci permaneceu pelo menos um ano (1922 - 1923) em Moscou, o que possibilitou conhecer de perto algumas das posições político-ideológicas de Lenin, Trotsky, Krupskaya e outros. Com o feito, Gramsci aprimorou seu pensamento político acerca da concepção de partido, levando em consideração sua organicidade, atribuições e/ou funções que eram disseminadas pela política da frente única, cuja proposta ideológica coaduna com a

⁸² O PSI, segundo Amadeo Bordiga, se tratava de um partido que representava a burguesia e por isso seria inviável qualquer que fosse a aliança política com aqueles que não eram completamente comprometidos com a causa operária (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p. 95). Daí os motivos pelos quais sinalizaria um possível rompimento com a IC.

⁸³ Gramsci passou a concordar com a “[...] fusão não com o PSI como um todo, mas no momento, apenas com ‘terzini’ [...]”, ou seja, a ala do PSI que comungava com a direção dada pela III Internacional, os “terceirointernacionalista” – *os terzini* (FIORI, 1979, p.199).

perspectiva teórico-prática marxista, a “práxis revolucionária”, pois se trata de uma “ação política” que vislumbra mudanças significativas para as classes populares.

Além desta e outras questões, Gramsci aproveitou a oportunidade para compreender questões que permeavam o âmbito da educação, aprofundou os estudos acerca da influência do “Fordismo e do Americanismo” na vida do operário, ajudando-o no entendimento e na defesa do trabalho enquanto “princípio educativo” (NOSELLA, 2010, p. 90). Ademais, registra-se também as contribuições em torno do debate acerca da “Escola do trabalho” de Krupskaya⁸⁴, cujo projeto político era considerado por Gramsci como proposta revolucionária e viável ao território italiano, apesar de admitir que isto só se tornaria real com a tomada do poder estatal em face do “poder político” emanado pelo partido de massas, pois os ideais seriam contrários aos interesses do Estado-burguês⁸⁵. (*Idem*, p.168)

Não resta dúvida que a estadia de Gramsci em Moscou tenha reverberado em um aprendizado teórico-prático bastante significativo, de experiências exitosas que poderiam rapidamente ser absorvidas por uma “Itália socialista”, mas ao contrário disto, os entraves eram postos pelo antagonismo de classe (burguesia/proletariado) que colocavam, na ordem dia, os ranços para todo e qualquer tipo de insurgência de massas. A situação político-econômica e social da Itália agudizava-se cada vez mais, hostilizando as massas populares e as organizações de classe, uma vez que as forças fascistas se encarregavam de exercer “o poder coercitivo” a elas, a exemplo disto, pode-se citar a expedição de mandados de prisão aos camaradas que estavam à frente destas entidades de massas, inclusive Gramsci⁸⁶ que ainda se encontrava por lá.

Ao receber as informações acerca do acirramento do fascismo na Itália, a IC - o *Comintern* - resolveu criar dois centros de apoio à Internacional, um em Berlim e outro em Viena, com o objetivo de acompanhar a dinâmica dos países europeus e apoiar as organizações comunistas no entorno do continente, desta forma, Gramsci poderia retornar à sua terra natal, que, de início, quedou-se na capital austríaca⁸⁷. Tal medida fora decidida em meio a intensos e

⁸⁴ Foi uma das primeiras pedagogas que teve participação ativa na construção do que seria um sistema público de educação vinculado ao projeto de sociedade socialista (PISTRAK, M. M, 2011, p. 7).

⁸⁵ Nosella (2010, p.168) fala da Escola Unitária e de uma Sociedade Unitária que passam a viver uma relação orgânica e que a “educação unitária” partiria de iniciativa do Estado ou do Partido, mas entendemos que o Estado-burguês não almeja a devida transformação, fazendo-se necessário a superação do modelo estatal para constituição de um “Estado proletário”, portanto, a “Escola do trabalho” só se efetivaria também em tais condições.

⁸⁶ “[...] o Comitê Central do PCd’I informava da existência de um mandado de prisão contra Gramsci e por isso era aconselhável o retorno à pátria. [...]” (FIORI, 1979, p. 200)

⁸⁷ Gramsci passa a morar primeiramente na casa de uma companheira, esposa de Joseph Frey – membro do partido comunista austríaco que inclusive fez parte da seção da Internacional Comunista (LEPRE, 2001, p. 71). Por lá, tornou-se deputado pela região de Veneza aos 33 anos de idade, em 12 de maio de 1924, adquiriu a imunidade

conturbados debates no interior da IC, sobretudo, no calor das emoções daqueles que apoiavam ou não a política da frente única, o fato é que Gramsci recebeu a anuência da IC para que pudesse se alojar no centro de apoio na cidade de Viena⁸⁸, onde adquiriu a imunidade parlamentar como deputado de Veneza.

Paulatinamente, o teórico sardo se constituía no “político em ato”, eram muitas as contribuições teórico-práticas advindas das experiências soviéticas, com sua estadia em Moscou. Gramsci pode conhecer de perto a estrutura organizativa do Partido Bolchevique, recebeu as contribuições nos debates acerca da conjuntura nacional e internacional, soerguendo, com isso, seu pensamento político e sua “filosofia de vida” para com o seu tempo histórico. Gramsci, portanto, viveu a dupla tarefa do processo de ensino-aprendizagem, pois ao passo aprendia também ensinava, era “aluno” (“educado”) e “mestre” (“educador”) ao mesmo tempo, e sua tarefa educativa seguia afinada na *tese* de que o “educador deve ser educado” reciprocamente, inclusive com as condições objetivas e subjetivas existentes na própria natureza, estabelecendo as mediações necessárias à compreensão do movimento real 'a história.

parlamentar, cuja pretensão consistia em inibir as represálias direcionadas a ele e assim retomaria o contato “livremente” com os camaradas remanescentes do PCI.

⁸⁸ Gramsci adia a viagem por diversas vezes a capital austríaca, mas finalmente sai de Moscou no final de novembro e chega à cidade de Viena em 03 de dezembro de 1923.

4 O PARTIDO POLÍTICO DE GRAMSCI E A RELAÇÃO PEDAGÓGICA COM AS MASSAS

Neste capítulo trataremos alguns dos registros que tratam da ação política de Gramsci para com a formação humana das classes subalternas, registros que partem de seu retorno de Moscou à sua terra natal, em 1923, apontando algumas das contribuições soviéticas para o processo de reconstituição do Partido Comunista Italiano (PCI) até a sua fase madura no cárcere, com a consolidação de seu pensamento político acerca do Partido Político – o “Moderno Príncipe”. Tarefas educativas como o Jornal *L’Ordine Nuovo*, a Escola por Correspondência, a Escola do Partido, a Escola de Confinados e o recrutamento de jovens militantes para o PCI sob a política de *bolchevização*, fizeram de Gramsci o “educador que deve ser educado” de Marx (1848), ou melhor, Gramsci parecia imbuir-se de uma prática político-pedagógica essencialmente marxista.

Neste viés se constituía o “filósofo democrático” e é por isso que listaremos aqui algumas de suas contribuições, sobretudo, as que foram consolidadas no período carcerário, já que não lhe restara outra saída senão dedicar-se proficuamente na construção de um legado que pudesse de fato alavancar a luta das classes subalternas. Perceberemos ainda que, autores como Marx, Lenin e Maquiavel, dentre outros, contribuíram significativamente com seus aportes teóricos para que Gramsci tomasse a referida direção revolucionária. Deram-lhe, portanto, o embasamento necessário para que o “filósofo sardo” apontasse o caminho pelo qual a classe subalterna deveria seguir. Sendo esta direção dada pelo “Partido Político”, o “guia” da revolução, o ápice de seu pensamento político chegando ao que há de mais amplo em termos de partido, o “Moderno Príncipe” que fora detalhado por ele na obra *Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*.

4.1 – O partido político em Gramsci e as contribuições soviéticas

Aos poucos, Gramsci maturava suas habilidades políticas, ideológicas e partidárias. Um “educador” em formação que conseguia reunir para si a capacidade “educativa”, “organizativa” e “diretiva” com a classe operária (GRAMSCI, 1982, p. 25). Ao regressar à Itália, Gramsci, o futuro “filósofo da práxis”, se encontrava mais seguro no que diz respeito à direção política do Partido Comunista Italiano, tomando como exemplo as questões que afligiam às massas orientais (a exemplo da Revolução Russa) para servirem de parâmetro na elaboração das táticas e estratégias de luta na realidade nacional (realidade ocidental⁸⁹), cujas condições impostas pela conjuntura italiana demandariam um “poder político” ainda maior, já que a sociedade civil e política eram distintas dos países orientais.

Nesse sentido, os comunistas italianos, de modo geral, não sabiam ao certo a “receita para se garantir a revolução”, o que se tinha era o espírito e a vontade política de implantá-la, daí uma das semelhanças de Gramsci com o camarada Lenin, pois para Lenin o “Partido Político” deverá “[...] trabalhar muitíssimo para educar e organizar a classe operária, [...]” e acrescenta ainda que o partido e sua vanguarda devem trabalhar demasiadamente por toda parte, pois para ele “[...] toda questão consiste em saber onde deve residir o centro de gravidade político [...]” que, independentemente de qualquer coisa precisa ser ocupado pelos tentáculos do partido, por seus intelectuais – os comunistas (LENIN, 1977, p. 384).

As atividades desempenhadas desde a juventude com as greves de Turim até sua estadia em Moscou trouxeram-lhe contribuições significativas para a construção de seu pensamento político, tanto nos períodos que antecederam sua prisão, como *a posteriori*. No que corresponde ao período pré-carcerário, Gramsci, ao regressar de Moscou (1923), retomou suas atividades políticas de caráter formativo na condição de diretor-responsável, prosseguindo à frente do periódico *L'Ordine Nuovo*⁹⁰ – III série, uma das ferramentas pedagógicas imprescindíveis na formação política da classe operária italiana.

⁸⁹ Coutinho (2012) retoma o pensamento de Lenin afirmando que “[...] se a conquista do poder fora relativamente fácil na Rússia [...], no Ocidente ocorreria o inverso: a maior complexidade das sociedades ocidentais tornaria a conquista do poder mais difícil, demandando um processo mais longo, uma capacidade de “fazer política” bem maior do que a exigida na Rússia” (COUTINHO, 2012, p.49). Sobre isto, Gramsci constata as peculiaridades para os países que fazem parte do Ocidente e o Oriente, dedicando-se a escrever sobre o tema nos *Cadernos do Cárcere*, a exemplo do caderno 12 que fala sobre “Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura”.

⁹⁰ Diga-se de passagem, que a temática acerca do periódico parece ser recorrente, porém de extrema relevância pelo simples fato de tornar-se enquanto arma ideológica na luta contra o aparato do Estado-burguês. Sobre isto, Schlesener (2005) destacou a retomada de Gramsci para com os Conselhos de Fábrica, sobretudo, para o periódico *L'Ordine Nuovo* (1924-1926) por se tratar da necessidade de “[...] reafirmar a relação entre organização política e

Com a (re)ativação do *L'Ordine Nuovo*, Gramsci voltou a colaborar efetivamente com a formação da classe operária, lançando mão da proposta da “Escola de Partido”⁹¹ ou “Escola por correspondência” adotando a metodologia de ensino à distância devido aos limites impostos pelo fascismo, perfazendo, com isso, uma das táticas revolucionárias indispensáveis a (re)construção de uma nova sociedade. Sobre isto, Nosella (2010) diz que para a Escola de Partido por correspondência deveria ser desenvolvido o “Manual do Militante” (agenda do trabalhador) para a formação política do operariado, um documento a ser elaborado por “grupos de intelectuais-trabalhadores” de áreas específicas do conhecimento, criando-se uma perfeita interação entre o Partido e as massas, pois na visão de Gramsci, para que o “Partido viva e esteja em contato com as massas é preciso que cada membro seu seja um elemento político ativo, seja um dirigente” (NOSELLA, 2010, p. 101).

Além de utilizar-se de uma educação voltada à classe proletária na tentativa de sublevar a consciência destes “a patamares superiores”, Gramsci se fortaleceu teoricamente e politicamente recebendo imensas contribuições que o tornaram no “gigante” Gramsci. Como já mencionamos, as contribuições foram imprescindíveis e vieram de diferentes matizes: teórica/prática, sindicatos/partidos, experiências nacionais/internacionais, individual/coletiva, educando/educado e etc. Portanto, Gramsci aprendeu a lidar com uma série de questões que acabaram engendrando a forma como concebia a realidade, sobre isto Coutinho (2012) afirma que:

[...] Gramsci está convencido de que para se tornar “classe dirigente” para triunfar naquela estratégia mais complexa de longo alcance, o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais que, por essa ou aquela razão, desse ou daquele modo, se opõem ao capitalismo. [...] (COUTINHO, 2012, p.64 - 65)

Esta visão não se deu por acaso, mas pelo acúmulo teórico-prático desenvolvido ao largo de sua trajetória de vida política, o que possibilitou uma compreensão do mundo como tal. E agora, daqui por diante, o espírito que lhe movia era o de fazer com a classe subalterna se tornasse “classe dirigente”, cujo desejo demandaria um trabalho político-organizativo-

formação de uma nova concepção de mundo para fundar um novo Estado” (GRAMSCI *apud* SCHLESNER, 2005, p. 46).

⁹¹ Nosella diz: “[...]. Onde quer que exista um grupo de companheiros, deve surgir uma escola de partido; os elementos mais velhos e mais experientes devem ser os instrutores dessas escolas, participar sua experiência aos mais jovens, contribuir e elevar o nível político das massas. [...]” (NOSELLA, 2010, p.93).

educacional laborioso, pois o cenário político-econômico do país e as organizações de massas encontravam-se totalmente fragilizados diante das condições objetivas e subjetivas da Itália “de tecido gasto e lacerado” (NOSELLA, 2010, p. 86 - 87). Destarte, a chamada de Gramsci estaria para além das “incrustações reacionárias”, permaneceria a cargo daqueles que viessem corroborar com a “direção político-cultural” da classe subalterna com vistas a intervir no “conjunto das forças sociais” opondo-se ao eminente capital. Portanto, Gramsci tentou resgatar

[...], para além das incrustações reacionárias, todos os elementos revolucionários e inovadores onde quer que se evidenciem: o operariado em geral, mesmo não sendo formal e completamente comunista, no pobre e sofrido homem dos campos do Sul da Itália, e também nos intelectuais e artistas mais vivos e inteligentes mesmo sendo liberais. [...] (NOSELLA, 2010, p. 87).

Nesse sentido, o “espírito inventivo e criador” de Gramsci se concentrou na (re)constituição do PCI, apoiando-se nas contribuições advindas das experiências com o movimento bolchevista que fez com que priorizasse a execução de tarefas necessárias à reconstrução do Partido. Para tanto, a palavra de ordem era (re)estruturar a esfera organizativa do PCI, devendo-se priorizar a formação de jovens comunistas para a composição de “quadros” do partido, daí a ideia de juntar as peças que se perderam à época do PSI, seja pelos dissensos ideológicos ocasionados com a “direita” de Tasca e “extrema esquerda” de Bordiga, ou pela ofensiva do capital/fascismo que dispersou parte da vanguarda comunista (DEL ROIO, 2005, p.114).

A investida de Gramsci se deu com a tentativa de organizar, mesmo que a passos largos, aqueles que ainda não haviam caído no encanto do fascismo e do liberalismo econômico. Todo cuidado era pouco, pois a (re)estruturação do PCI se assentava em um terreno completamente minado pela ofensiva fascista, já que a qualquer momento poderiam se deparar com pessoas e lugares já dominados pelo então ditador, Benito Mussolini.

Como previu Gramsci em tempos de outrora, o fascismo reverberaria negativamente na luta pelo comunismo tanto na esfera nacional, como internacional, ocasionando um duplo prejuízo à causa operária já que Gramsci concebia a luta do operariado como luta universal, ou seja, uma luta para além do “socialismo em um só país”. Esperava que muitos o apoiassem na

luta contra o fascismo e lamentou profundamente a esquiva ou a adesão de intelectuais⁹² ao próprio movimento *mussolinista*. Ao passo que o fascismo avançava na consolidação de seu regime ditatorial, surgiram também fissuras em sua aparente hegemonia, pois não havia adesão por completa da sociedade civil, nem tampouco da sociedade política. Um exemplo disto fora a discordância no próprio parlamento italiano que culminou com o assassinato do deputado Giacomo Matteotti (PSI), em junho de 1924, pelo simples fato de ter proferido veementemente um discurso contrário ao regime fascista acerca do resultado das eleições tendenciosas, levando-o a perder a vida⁹³ pelas mãos dos *mussolinistas* (NOSELLA, 2010, p. 92). Por conseguinte, com o estabelecimento do “terror e opressão” enquanto tática coercitiva do regime fascista, a classe trabalhadora resolveu ter mais cautela ao contestar as atrocidades do regime, é o que afirma Fiori (1979) ao mencionar o pensamento de Gramsci acerca da crise Matteotti, pois para ele

A crise Matteotti nos deu muitos ensinamentos... Ensinou-nos que as massas, depois de três anos de terror e opressão, tornaram-se muito prudentes e não querem dar um passo maior que a perna... [Esta prudência] é fadada certamente a desaparecer e também dentro de um período de tempo não muito grande. Mas enquanto ela existe, pode ser superada apenas se nós, pouco a pouco, em todas as ocasiões, em todos os momentos, também indo adiante, não perdermos o contato com o conjunto da classe trabalhadora (FIOIRI, 1979, p. 247 - 248).

Ainda na década de 1924, Gramsci e Mauro Scoccimarro⁹⁴ [responsáveis pela direção do PCI] organizaram conferências, na Itália, visando (re)constituir a vanguarda do PCI, pois muitos de seus camaradas estavam presos e os que conseguiram refugiar-se estavam dispersos devido a represália fascista. Ambos tinham pela frente a difícil tarefa de estabelecer o consenso hegemônico no interior do PCI, tendo em vista a heterogeneidade e as particularidades ideológicas de diferentes tendências⁹⁵ ou correntes existentes no âmbito do Partido.

⁹² Alguns intelectuais aderiram ou apoiaram diretamente o movimento fascista italiano, como Croce, Gentile, integrantes do PSI e etc.

⁹³ Em 1924, o deputado e líder dos socialistas reformistas, Giacomo Matteotti, denunciou no plenário da Câmara dos Deputados a violência fascista e as falsificações ocorridas nas eleições do ano corrente. Em decorrência do ato, sofreu uma represália de milícias mussolistas que o sequestraram e o assassinaram no dia 11 de junho na cidade de Roma. Dias depois, o próprio Mussolini assumiu publicamente a morte de Matteotti, passando a tornar-se o “ditador absoluto” no Reino da Itália (NOSELLA, 2010, p. 92).

⁹⁴ No ano de 1917, Mauro Scoccimarro fez parte do Partido Socialista Italiano – PSI, rompendo em 1921, e, posteriormente ajudou a reconstituir o Partido Comunista Italiano – PCI, tornando-se juntamente com Gramsci os representantes dos comunistas italianos para a Terceira Internacional [*Comintern*].

⁹⁵ Havia diversas tendências, dentre elas, as de “centro”, liderada pelo próprio Gramsci e Togliatti, as de “esquerda” com Bordiga e Ruggero Grieco, e as de “direita” com Angelo Tasca).

O debate travado tinha como fundamento a adequação do Partido Político às orientações asseguradas pela IC no que diz respeito à política da frente única. A IC pretendia recuperar a hegemonia da luta revolucionária estabelecendo a união indissolúvel da classe operária com a classe camponesa como um dos quesitos primordiais a derrocada do fascismo.

Gramsci conseguiu se sobressair arditamente, percebendo os entraves que seriam enfrentados ao longo de todo o processo de (re)construção do PCI. Sua atuação, bem como a de seus camaradas, seguiu com o intento de formar “quadros revolucionários” que pudessem avigorar a chamada “revolução socialista”, lógico que com muito rigor (na clandestinidade), pois os projetos do Partido não poderiam ser sucumbidos pela ofensiva fascista. Portanto, Gramsci manteve-se confiante e convicto de seus ideais políticos-ideológicos, que por hora estavam alicerçados na perspectiva leninista da *bolchevização*⁹⁶, - uma perspectiva que parte da realidade do “mundo dos homens” de “situações concretas para uma realidade concreta” -, logo, uma perspectiva voltada à transformação do mundo real que por meio de uma “filosofia de vida” buscou dialeticamente fundir a teoria e a prática, sobretudo, a “práxis revolucionária” para transformação social do “mundo dos homens”.

A preocupação de Gramsci deu-se na construção de uma unidade orgânica e coesa do Partido sob a égide da *bolchevização*. Não resta dúvida de que a referida proposta se tratou de uma perspectiva de difícil aceitação pelos próprios camaradas, cuja proposta político-ideológica não fora consensual entre os comunistas, inclusive por parte daqueles que compunham a IC⁹⁷. O que não se diferia da estrutura organizativa do PCI com os *bordiguistas* que discordavam veementemente da política da frente única, assim como os seguidores de *direita*, pois ambas as correntes ideológicas corroboravam no dissenso e no impasse da construção da unidade orgânica do PCI, dificultando o convencimento das massas operário-camponesas para a real transformação e a construção de “novo tipo de Estado”.

⁹⁶ Para Neres (2012), a síntese dada por Gramsci acerca do partido (PCI), nas Teses de Lyon, traz uma perspectiva completamente voltada para *bolchevização*, onde os tópicos abordados por Gramsci se complementam reciprocamente, sendo eles sintetizados da seguinte forma: “[...] O cerne da “*bolchevização*” do PCI, assim como apreendido por Gramsci, pode ser expresso em quatro “pontos fundamentais”: 1) implica na reformulação profunda de sua ideologia, através da substituição do sectarismo esquerdista pelo leninismo, 2) na estruturação do partido segundo uma forma específica de organização, capaz de assegurar a sua coesão interna e a eficácia de sua intervenção política, 3) na sua integração orgânica à classe operária, criando-se um vínculo real entre a vanguarda comunista e o movimento de massas e, por fim, 4) na definição da tática e da estratégia adotadas pelo partido com base nas condições objetivas da luta política e no nível de organização alcançado pelo movimento de massas, e não em princípios formais sectários (GRAMSCI *apud* NERES, 2012, p. 84).

⁹⁷ Com a morte de Lenin, em 21 de janeiro de 1924, abriu-se uma acirrada disputa pela direção do Partido Bolchevique e da Internacional Comunista, tanto pelas diferentes correntes existentes no interior do partido, como das forças contrarrevolucionárias que conspiravam contra o movimento bolchevista (MAESTRI & CANDREVA, 2001, p.114).

Nesse sentido, cremos que a evolução do pensamento gramsciano se deu pela perspectiva de que “o educador deva ser educado”, pois para este caso em especial, assim como os comunistas que se desenvolveram politicamente com a IC, Gramsci também pode se desenvolver a partir das circunstâncias vivenciadas na Itália (realidade ocidental) e na Rússia (realidade oriental) e, a partir de então, regressar à sua terra natal, levando suas contribuições para com a formação política de seus camaradas comunistas como forma de contribuir na luta pela (re)estruturação do partido e fundação de “novo tipo de Estado”. Deste modo, podemos afirmar que Gramsci não se manteve na neutralidade, pelo contrário, esteve sempre atuante (“ativo”)⁹⁸ em busca de uma “reforma intelectual e moral”, semelhante ao que Marx (2010) defendeu com a Terceira Tese sobre Feuerbach de que a “atividade humana” é “racionalmente entendida como práxis revolucionária”.

Neste escopo, o teórico sardo manteve-se firme na labuta pela (re)estruturação do PCI e, gradativamente, ampliava sua concepção em relação ao partido-político se distanciando do “sujeito revolucionário” (o proletariado) advindo tão somente do terreno da produção material⁹⁹, passando a agregar o homem do campo (o camponês) a uma “poderosa organização do proletariado”. Daí o retorno de Gramsci a algumas atividades em sua própria terra natal (Região Sul da Sardenha – Região camponesa) com a finalidade de constituir um elo entre o campo (camponês) e a cidade (proletariado), já que o entendimento da luta revolucionária e a libertação das formas de opressão (fascismo/capital) aconteceria somente com a efetiva liberdade do “homem do campo”.

No campo destas reflexões, Gramsci dedicou-se ao debate que versava sobre a aliança “operário-camponesa”, de “setores desenvolvidos” (“operários da Região Norte”) com os “setores menos desenvolvidos” (“camponeses da Região Sul”) no intento de fortalecer a atuação do próprio Partido Político. À vista disso, a vanguarda do PCI tentou romper com os paradigmas

⁹⁸ Para Lenin (1921), todo Partido Comunista deve ser composto por militantes “ativos” assim como Gramsci, pois para ele: “[...] Todo Partido Comunista deve, então, em seus esforços para ter apenas membros verdadeiramente ativos, exigir de cada um dos que figuram em suas fileiras que coloque à disposição de seu partido sua força e seu tempo, na medida em que possa dispor, nas circunstâncias dadas, e sempre consagrar ao partido o melhor de si [...]” (LENIN, 1921, p. 4).

⁹⁹ Tal afirmativa corresponde ao período em que Gramsci defendia, em primeira instância a atuação dos “Conselhos de Fábrica” (1919 - 1920) e acreditava-se que a revolução se daria tão-somente *no e pelo* terreno da produção material. Portanto, ainda não conseguia retomar por completo o aspecto hegemônico do partido político em seu “sentido amplo”, pois a conquista revolucionária ainda se limitava ao domínio dos meios de produção no terreno da produção com a tomada do poder estatal pelos “soviets” [Conselhos de Fábrica], faltando-lhe elementos que viessem garantir-lhes a verdadeira emancipação humana. Assim, Schlesener (2005) reafirma que, naquele período, Gramsci não conseguiu “[...]aprofundar o modo de pensar e enfrentar os problemas, ou seja, formar uma têmpera robusta, uma força de resistência moral e uma profundidade de sentimentos que são a base de um empreendimento revolucionário” (SCHLESENER, 2005, p. 43).

ideológicos existentes no interior da própria organização¹⁰⁰, esforçando-se para além da unilateralidade de classe que antes se reduzia a figura do proletariado enquanto “sujeito revolucionário”, colocando em cena demais estratos da sociedade, a exemplo do campesinato e de intelectuais (antifascistas), cuja perspectiva revolucionária visava constituir uma força hegemônica, orgânica e coesa capaz de derrotar o fascismo e, conseqüentemente, implantar uma “nova ordem social”.

Sobre isto, Nosella (2010) retoma o pensamento de Gramsci acerca da relação “operário-camponesa” afirmando que seria

[...] preciso e urgente que o operário e o camponês, ao invés de se hostilizarem, se encontrassem, falassem, se explicassem, se entendessem e se solidarizassem. Era preciso ir ao campo, se unir, explicar. Eis a nova palavra de ordem! Nesse sentido, Gramsci não diz mais “Conselhos de Fábrica” e sim “poderosa organização do proletariado” (NOSELLA, 2010, p. 93).

A “poderosa organização do proletariado” de que fala Nosella (2010), poderia ser composta por diversos estratos da sociedade, principalmente, por aqueles que representam diretamente as massas populares, sejam elas integrantes do referido estrato social ou estudiosos comprometidos com a causa operária e com o combate ao fascismo-capital. É o que afirma Del Roio (2005, p.118) ao retomar o pensamento gramsciano a despeito da união “operário-camponesa”, acrescentando o apreço de Gramsci para com a intelectualidade antifascista, haja vista que, a este último, seria motivado pela ausência de um horizonte revolucionário em decorrência de retrocessos sociais que por ora se despontavam e, por isso, Gramsci os julgavam como aliados na correlação de forças contra os desmandos do dueto fascismo-capital¹⁰¹.

¹⁰⁰ O partido político, em sua maioria, ainda não compreendia a real necessidade da unidade orgânica para com os camponeses, sobretudo os da região Sul que eram politicamente mais atrasadas, portanto, não conseguiam perceber que para se considerar a tática da *bolchevização* era necessário a unidade orgânica entre operariado (setores mais avançados da Região Norte) e campesinato (setores mais atrasados da Região Sul) (NOSELLA, 2010, p. 93).

¹⁰¹ Apesar de terem origem distintas e de divergirem em alguns aspectos, a aliança fascismo-capital não se deu por acaso, pois haviam objetivos em comum que acabaram por estreitar os seus ideais, dentre eles, o combate ao avanço do socialismo em terras italianas. De outro modo, a aliança fascismo-capital se deu mediante perspectivas ideológicas que divergiam e convergiam em alguns aspectos, era o capital que se assentava pela lógica liberal com vistas à abertura do Estado para o livre comércio e, de outro, o fascismo que almejava a direção política do governo do governo italiano, ambos, em certa medida, convergiam com um pensamento anticomunista, antissocialista e assim se colocavam contrários aos interesses das classes desprovidas dos meios de produção, as massas populares. Nesta direção, Sasson (2009) afirma que “[...]. Isso não quer dizer que os industriais (ou, antes, sua associação, a Confindustria) tivessem se tornado pró-fascistas. Se dependesse de sua preferência, o novo governo seria chefiado por um liberal. Quer dizer apenas que eles também estavam convencidos da generalizada convicção de que não só não deviam ser tomadas iniciativas contra os fascistas, como era necessário entrar em acordo com eles, pois haviam se tornado a principal força anti-socialista do país.” (SASSOON, 2009, p. 115 -119)

No que tange a este período histórico, é comum ouvirmos entre os intérpretes de Gramsci, que o teórico sardo assim como Lenin concebia a congruência dos “desprovidos dos meios de produção” [operários-camponês] como tática de luta indispensável ao estabelecimento da unidade-orgânica e política à (re)construção do PCI. A referida tática ou “ação política” do Partido vislumbrou a formação de quadros revolucionários *na* e *para* luta da classe operária no combate as forças opressivas do Estado-burguês. Portanto, a mencionada “ação política” recebeu algumas das contribuições desenvolvidas nos debates que deram origem à Revolução de 1917¹⁰², uma revolução de robusta formação teórico-política proveniente de diversas conferências e textos¹⁰³ publicados por Lenin com intento de instruir, formar e organizar o Partido e o conjunto da classe operária.

São incontestáveis as inúmeras contribuições advindas da Revolução de 1917, pois se tornou um terreno pedagógico de aprendizagens significativas que proporcionou inúmeras contribuições a vários intelectuais, sobretudo Gramsci que se “profissionalizou” ao longo de sua trajetória de vida. Com o ocorrido, aos poucos se tornava em um “educador” consciente de seu papel histórico frente às condições objetivas e subjetivas da realidade, agregando valores a sua atuação política, estando a frente da vanguarda do PCI e transformando-o num “Partido educador” de massas, cuja tarefa educativa se assenta na libertação da classe operária.

Tomado pela *práxis revolucionária* de Marx (2010), Gramsci seguiu sua militância política voltada para o caráter formativo e pedagógico do Partido Político com a finalidade de (re)estruturar-se enquanto vanguarda operária. Nestas condições, Gramsci e Togliatti [ordinovistas] realizaram umas das maiores e mais significativas conferências da história do movimento operário italiano, realizaram, portanto, o Terceiro Congresso Nacional do PCI, em maio de 1926, na cidade de Lyon¹⁰⁴ – França, pois as condições objetivas do movimento revolucionário de modo geral, sobretudo, da Itália, enfrentaram

¹⁰² De acordo com Schlesener (2005), Gramsci “[...] coteja as ideias apresentadas por Lenin em seus textos, com a experiência russa de 1917 e as lutas posteriores, que abrem novas incógnitas ao movimento comunista (com ascensão do fascismo) e colocam a necessidade de repensar a teoria para buscar novas soluções originais. (SCHLESENER, 2005, p. 34). Portanto, diversas conferências foram realizadas e diversos textos foram publicados por Lenin com intento de instruir, formar e organizar o Partido e o conjunto da classe operária.

¹⁰³ Textos como *O que fazer?* (março/1902); *Um passo à frente, dois passos atrás* (maio/1904); *As duas táticas na social-democracia na revolução democrática* (julho/1905); *A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas* (Junho/1921) e etc.; visaram formar politicamente a consciência revolucionária ou consciência política da classe operária como um todo.

¹⁰⁴ Entre os dias 20 - 26 de janeiro de 1926, reuniram-se cerca de 70 delegados italianos do PCI, na cidade de Lyon-França, para o Terceiro Congresso Nacional do PCI, sem que a polícia fascista italiana e a polícia francesa soubessem de suas atividades políticas. Ali debateram acerca da atuação do PCI frente aos ataques fascistas provocados por Mussolini e o liberal Giovanni Amendola, de modo que deveria se traçar uma política da frente única para o devido enfrentamento, o que não era consensual entres os integrantes do partido, tendo também como objetivo central a bolchevização do partido, seguindo as determinações do V Congresso da IC (LEPRE, 2001, p. 88 - 89).

[...] crises atravessadas por todos os partidos da Internacional de 1921 até hoje, isto é, do início do período caracterizado por um refreamento do ritmo revolucionário [...] os próprios partidos oscilavam com frequência com deslocamentos fortíssimos da direita à extrema esquerda, com repercussões gravíssimas sobre toda a organização e com crises gerais nas ligações entre os partidos e as massas (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, p.129).

Assim, realizou-se a conferência com a apreciação do texto *Un esame della situazione italiana* – “A situação italiana e as tarefas do PCI” – comumente conhecido por *Teses de Lyon* escrito e apresentado pelos *ordinovistas* [Gramsci e Togliatti], os quais pretendiam apresentar suas concepções teórico-práticas acerca das tarefas fundamentais do Partido Comunista para a construção de um horizonte revolucionário (GRAMSCI, 2004, p. 10).

Se analisarmos diretamente o texto-documento, veremos que ele traz a defesa de que somente o Partido Comunista devidamente preparado, arraigado pela perspectiva teórico-prática *bolchevista*, de fundamentação marxista, poderá efetivamente estabelecer uma estreita relação *para e com* a classe operária com o fito de fazer surgir um novo tipo de Estado, o Estado socialista. Gramsci conseguiu, aos poucos, fazer com que do PCI se aproximasse da perspectiva de “Partido educador”, do partido que “educa e é educado”, do partido que educa a vanguarda e as massas operárias.

Isto posto, Gramsci conseguiu dar um salto de qualidade na concepção de “partido político” com as *Teses de Lyon* exibindo-a pedagogicamente de maneira didática os objetivos que iriam nortear a ação política do PCI, cuja proposta se apresentou em tópicos, apesar de estarem completamente interligados (dialeticamente), visando simplificar a compreensão dos participantes do congresso [vanguarda e base do partido].

Em linhas gerais, os *ordinovistas* organizaram o texto-documento da seguinte forma: 1) a ideologia do partido; 2) a forma de organização e seu grau de coesão; 3) a capacidade de funcionar em contato com as massas; e 4) a capacidade estratégica e tática (GRAMSCI, 2004, p. 21).

No tocante a unidade ideológica, uma condição *sine qua non* para os aspectos organizativos do partido, o PCI fundamentar-se-ia na perspectiva *bolchevista* (concepção de base leninista e marxista), uma concepção que se contrapunha aos ideais proferidos pelo movimento de “direita”, arraigados pela lógica do capital, bem como as concepções de extrema esquerda (ou “desvios de esquerda”) que ao invés de contribuírem para o avanço das atividades, acabam é comprometendo-a, dificultando com isso o processo de “unificação e elevação

ideológica” das massas operárias. Ante a unidade ideológica, os *ordinovistas* mencionam a relevância que tem a “Escola do Partido”¹⁰⁵, cuja atividade político-pedagógica pressupõe a elevação do nível de consciência política do proletariado, campesinato e intelectuais acerca das condições materiais existentes, sem que se perca o horizonte revolucionário assentado à perspectiva da emancipação humana (GRAMSCI, 2004, p. 23 - 25). Pois para Gramsci (2004),

A elevação do nível ideológico do Partido deve ser obtida mediante uma sistemática atividade interna que se proponha levar a todos os membros o conhecimento pleno dos fins imediatos do movimento revolucionário, a terem uma certa capacidade de análise marxista das situações e uma correlata capacidade de orientação política (escola do Partido). (GRAMSCI, 2004, p.22)

Gramsci vai colocando no texto-documento alguns elementos que servirão de norte para o processo de (re)estruturação do partido. No segundo ponto, os *ordinovistas* retomam a forma organizativa do partido levando em consideração o aspecto da formação política, apontando para tomada de “consciência política” do proletariado [inclua-se também o camponês e o intelectual¹⁰⁶] que deverá ser desenvolvida através de uma intensa formação política a ser desempenhado pelo “Partido educador”, - o Partido Comunista. O “Partido educador”¹⁰⁷ cuja responsabilidade será prover a educação política das massas operárias, incumbindo-se de torná-los “sujeitos políticos”, sujeitos conscientes de sua atuação frente aos desdobramentos do mundo real, fazendo-os com passem de “*classe-em-si*” à “*classe-para-si*” e que partam do “senso comum” à “consciência filosófica”, de meros “simplicírios” a “intelectuais”, tornando-se em verdadeiros “intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora, um conceito que se aprofunda *a posteriori* nos *Cadernos do Cárcere* .

¹⁰⁵ Sobre a Escola do Partido, Lenin faz menção no texto *A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas* (1921), afirmando que “O Partido Comunista deve ser uma escola de trabalho do marxismo revolucionário. (LENIN, 1921, p. 3).

¹⁰⁶ Gramsci não anula os estratos da sociedade que podem se somarem em defesa da classe operária, portanto, proletários, camponeses e intelectuais anticapitalistas, devem se somarem a causa operária, pois para o teórico sardo: “[...] A classe operária e seu partido não podem prescindir dos intelectuais, nem podem ignorar a necessidade de reagrupar ao seu redor e de conduzir todos os elementos que, por uma ou outra via, se veem instigados a rebelar-se contra o capitalismo. Tampouco, o Partido Comunista pode fechar as portas aos camponeses; e sim deve contar com os camponeses e servir-se deles para estreitar os vínculos políticos entre o proletariado e as classes rurais. [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 25).

¹⁰⁷ Parafrazeando Gramsci, poderíamos afirmar que o “Partido educador” deverá ser um dos centros de formação para irradiação, difusão e persuasão de ideias acerca dos acontecimentos do real, cuja finalidade dar-se-á em formar a consciência política para devida atuação no mundo atual (GRAMSCI, 2001, p. 82).

Outro aspecto abordado pelos *ordinovistas* acerca da forma organizativa do partido, diz respeito a perspicácia dos adversários políticos que, apesar de serem poucos, são extremamente qualificados e se utilizam, eficazmente, de táticas que deveriam fazer parte do cotidiano das massas (GRAMSCI, 2004, p. 24). Como exemplo, o grande capital, o adversário político que mesmo estando em tempos de crise tenta a todo custo garantir a expansão, a manutenção e sua reestruturação, portanto, segue colocando a classe trabalhadora na subalternidade, por isso, utiliza-se de artimanhas para garantir seus objetivos, inclusive a de apropriar-se dos espaços de organização de massas com o fito de enfraquecê-la e despolitiza-la. Deste modo, o Partido Comunista deverá utilizar-se de “táticas” superiores às que foram postas pelas classes dominantes, criando-se uma “capilaridade” para com o fortalecimento da classe operária e do Partido, se fazendo presente em todos os espaços da produção material e das relações provenientes desta produção.

Além destes apontamentos que não se separam, mas dialogam entre si, Gramsci coloca outro dado no que diz respeito a “questão da coesão”, a qual deve dialogar com o aspecto organizativo do partido, pois a ideia é a de que não haja “*faccionismo*” no interior do mesmo. Para ele, o Partido, em sua essência, deverá estar ligado organicamente em favor do proletariado e, para tal, faz-se necessário a coesão dos diferentes matizes ideológicos em função dos interesses da própria classe. Admitindo-se, portanto, ser natural o surgimento de dissensos ideológicos chegando a ponto até de se formarem “*facções*”, todavia, reafirma a necessidade de se estabelecer o consenso no interior do próprio Partido, pois a unidade orgânica deve prevalecer ante ao pluralismo de ideias, tratando-se de uma condição imprescindível ao processo revolucionário que deverá ser sanada com um aprofundamento teórico da concepção leninista de base marxista a ser desempenhada pelo Partido Comunista (GRAMSCI, 2004, p. 26).

Por conseguinte, o Partido Comunista deverá estabelecer o consenso ideológico através de sua própria vanguarda com o objetivo de sanar os dissensos ideológicos que porventura venham ser acometidos, e que comprometam o desenvolvimento de sua vanguarda, conseqüentemente, a causa operária como um todo. Para dirimir estas questões, Gramsci sugere a criação de comitês¹⁰⁸, um Comitê Central cuja finalidade é garantir a unidade política-

¹⁰⁸ Lenin (1921), no texto *A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas* abordará a criação de “núcleos comunistas” e, se compararmos as Teses de Lyon defendida pelos *ordinovistas*, eles se utilizarão de comitês, equivalendo aos núcleos comunistas são grupos para o trabalho comunista cotidiano nas empresas, fábricas, sindicatos, associações proletárias, unidades militares etc., em todos os lugares onde há alguns membros ou candidatos ao Partido comunista. Se houver vários deles numa mesma empresa ou sindicato, o núcleo se tornará uma fração cujo trabalho está dirigido pelo grupo de núcleo [...] (LENIN, 1921, p. 4)

ideológica fazendo-se estabelecer o consenso não “pelo alto”, mas pela base do movimento, democraticamente, ou seja, por aqueles que antecipadamente foram formados para adquirirem consciência política *bolchevista*. Em outras palavras, resumidamente, Gramsci diz que as decisões internas do Partido passarão por este comitê¹⁰⁹ que o conduzirá de forma eletiva, democraticamente e, de maneira natural, quase que unânime, proporcionando um resultado equivalente ao nível de consciência política que antecipadamente fora disseminado pelo Partido Comunista (GRAMSCI, 2004, p. 26).

Todavia, se por acaso ainda sim persista a discordância e com isso perdure os ranços proporcionados pelo “*faccionismo*” ideológico no interior da organização (Partido), este, por sua vez, devem ser superados de maneira natural (“normal”) para que o partido avance naquilo que seja essencialmente necessário ao êxito da luta revolucionária, pois conforme Gramsci (2004):

[...] A luta contra o faccionismo deve ser, antes de tudo, difundida através de justos princípios organizativos, porém, somente terá êxito quando o partido italiano passar a considerar a discussão de seus problemas atuais e aqueles da Internacional como um fato normal, orientando suas tendências na sua relação com esses problemas. [...] (GRAMSCI, 2004, p. 27).

A visão de Gramsci acerca do Partido Político vem paulatinamente sendo aprimorada em seu sentido amplo, e a tese de que o “educador deve ser educado” parece estar ao seu lado, pois o caráter pedagógico e educativo torna-se parte indivisível e indissolúvel de sua prática cotidiana, o que acaba reverberando em sua concepção acerca do Partido político, - o “Partido educador”. Assim sendo, o Partido Comunista (PCI) segue o seu curso no que tange o aspecto da educação política, pois a vanguarda deverá manter-se composta de comunistas de consciência política elevada¹¹⁰, estes, por sua vez, deverão educar e formar novos “quadros”¹¹¹

¹⁰⁹ Gramsci tem a visão de que o Partido deverá solucionar os dissensos ideológicos por meio de uma democracia interna nos diferentes segmentos do Partido [órgãos periféricos e demais segmentos (comitês) do Partido] sem que se perca os objetivos revolucionários a serem alcançados, o surgimento de uma nova sociedade (GRAMSCI, 2004, p. 26). Um outro fato interessante acerca dos comitês defendidos por Gramsci diz respeito ao cuidado que se deve ter para a constituição de unidade e a organicidade nos “órgãos centrais” e “periféricos” do proletariado, tomando decisões autônomas e independentes, sempre pautados nos interesses da coletividade, sem que se perca a visão leninista e marxista e assim se feche para o oportunismo dado pelo avanço das forças imperialistas no interior das organizações ligadas ao proletariado (GRAMSCI, 2004, p. 26)

¹¹⁰ Lenin (1921) também menciona sobre o nível elevado que se pretende alcançar com a profissionalização do comunista, pois “[...] O trabalho de instrução deve ser ordenado e aprofundado se cessar por todo o Sistema das organizações do partido, todos os grupos de trabalho, a fim de obter por esses esforços sistemáticos um nível cada vez mais elevado de especialização” (LENIN, 1921, p. 6)

¹¹¹ Gramsci (2004) menciona acerca da formação política de dirigentes (secretário de célula, membros dos comitês de célula etc) do partido, ressaltando que o “[...] Partido deve dedicar um especial cuidado à educação desses companheiros que formam o tecido constitutivo da organização e são o instrumento de vinculação com as massas

ou novos intelectuais e assim sucessivamente até a chegada das massas populares (a “locomotiva da revolução”), criando-se um verdadeiro círculo de formação a ser difundido pela própria organização, “o Partido educador” (Partido Comunista).

Nesse sentido, o PCI deverá munir-se destes e outros procedimentos que efetivamente possam guiar as massas operárias à superação das velhas estruturas do Estado-burguês – o legitimador das ações do capital. Daí o cuidado dos *ordinovistas*, em especial o de Gramsci, para com o funcionamento organizacional do partido, apontando para necessidade de se constituir “forças organizadas”¹¹² de modo que venham a engrossar as fileiras do partido, estruturando-o, organizando-o e objetivando-o a fim de superarem os ranços acometidos as massas populares. Assim, Gramsci (2004) aponta-nos detalhadamente algumas questões que, sem sombra de dúvidas, deverão corroborar o funcionamento e a (re)estruturação do partido (PCI), a começar pelo seu contingenciamento, pois para ele o PCI (“Partido educador”) deverá ater-se ao

[...] a) o número de filiados e sua capacidade política [...]; b) a utilização de todos os camaradas em um trabalho prático; c) a coordenação unitária dos diversos tipos de atividades, através de comitês, nos quais se articula todo o Partido como organismo de trabalho entre as massas; d) o funcionamento colegiado dos órgãos centrais do Partido, considerado como condição para a constituição de um grupo dirigente "bolchevique", homogêneo e compacto; e) a capacidade dos camaradas de trabalhar entre as massas, de estar continuamente presentes entre elas, de estar na primeira fileira em todas as lutas, de saber assumir em cada momento e defender a posição que corresponde à vanguarda do proletariado.[...]; f) a capacidade dos órgãos periféricos e dos camaradas de enfrentar situações imprevistas e de tomar atitudes corretas, inclusive antes que cheguem as instruções dos órgãos superiores. [...]; g) a capacidade de realizar um trabalho "subterrâneo" (ilegal) e de proteger o Partido contra todas as formas de reação, sem perder o contato com as massas, e fazendo deste mesmo contato com as mais amplas camadas da classe trabalhadora um meio de defesa. [...] (GRAMSCI, 2004, p.18).

Vê-se aqui, uma analogia de Gramsci com a visão “orgânica” de Lenin acerca do Partido, pois o que fora pontuado pelo teórico sardo nas “Teses de Lyon” assemelha-se às teses

[...]” (GRAMSCI, 2004, p. 25). De outro modo, Lenin (1921) diz que será no “[...] trabalho cotidiano comum nas organizações do Partido que se estreitarão os laços entre os diferentes membros” (LENIN, 1921, p. 3).

¹¹² Os comitês operários e camponeses são órgãos de unidade da classe trabalhadora mobilizada, seja para uma luta de caráter imediato ou para ações políticas de longo alcance. A orientação de criar comitês operários e camponeses, era a palavra de ordem a ser cumprida de imediato em todos aqueles casos nos quais o Partido, com sua ação, logra mobilizar um setor bastante amplo da classe trabalhadora (mais de uma fábrica, mais de uma categoria em uma localidade), porém é, ao mesmo tempo, uma solução política e uma palavra de ordem de agitação que se adapta a todo um período da vida e de ação do Partido (GRAMSCI, 2004, p.31).

sobre *A estrutura organizativa, os métodos e a ação dos partidos comunistas*¹¹³, aprovadas no III congresso da III Internacional, realizado em 1921, especialmente ao item III da resolução intitulado de “*O dever do trabalho dos comunistas*”, cujas propostas possivelmente tenham sido assimiladas por Gramsci no período em que esteve em Moscou e partir de então maturadas em consonância com a realidade plural da Itália.

Ao concluir o debate acerca do funcionamento e organização do partido (PCI) nas “Teses de Lyon”, os *ordinovistas* ressaltaram duas categorias que posteriormente serão aprimoradas e retomadas nos *Cadernos do Cárcere*¹¹⁴, no Caderno 13, a saber: a “estratégica” e a “tática”, pois para Gramsci:

[...] A capacidade estratégica e tática do Partido é sua capacidade de organizar e unificar, ao redor da vanguarda proletária e da classe operária, todas as forças necessárias à vitória revolucionária, e de guiá-las efetivamente à revolução, aproveitando as situações objetivas e as mudanças na relação de forças que estas provocam, tanto entre a população trabalhadora, quanto entre os inimigos da classe operária. (GRAMSCI, 2004, p. 28)

A “estratégica” e a “tática” estarão presentes em toda trajetória política do Partido e as contribuições em torno destas categorias visam fortalecer as lutas de menores e maiores grandezas. Tais categorias tratam da capacidade organizativa do Partido Comunista e caminham por meio de procedimentos ou etapas a serem implantados para obtenção gradativa de avanços e recuos, se for o caso, na luta do proletariado para o alcance dos “fins revolucionários”. O uso destas categorias deverão adequar-se às condições objetivas e subjetivas da realidade, facilitando sua vitória no embate ou na “(co)relação de forças” com o Estado-burguês e o capital. Em alguns momentos, chegam a utilizar-se de semelhantes procedimentos desenvolvidos pelas classes dominantes, lógico que com a perspicácia de fazê-la com que venha a ser suprimida pela obtenção do poder econômico e político das massas populares.

Ante o exposto, o Partido Comunista deve ater-se a utilização de diversas “táticas” vislumbrando a consecução do ponto estratégico, o comunismo, por exemplo, por isso a

¹¹³ Há uma distância de 5 anos do III congresso do PCI para o III congresso da IC, tempo no qual Gramsci maturou profundamente sobre o estado de suas ideias e dos modos que até então se conduzira a construção da seção comunista italiana.

¹¹⁴ Nos *Cadernos do Cárcere* - Caderno 13, Gramsci coloca alguns exemplos para exemplificar o uso dos termos tático e estratégico utilizando-se de termos militares, ou seja, termos adotados pela “arte da guerra” para a “arte política” de Gramsci, pois para ele as “[...], não hesito em reconhecer que as relações entre Governo e Forças Armadas correspondem, respectivamente, às relações existentes entre a estratégia e a tática. Ao Governo a estratégia da guerra, às Forças Armadas a tática: mas, assim como o tático, para alcançar os objetivos fixados, tem plena liberdade de manobra nos amplos limites fixados pela estratégia, da mesma forma o estrategista não tem a faculdade de invadir o campo do tático. [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 181).

necessidade de inserir-se em diversas organizações de massas, sobretudo nos sindicatos e demais organizações para que não se percam, pelo contrário, se fortaleça e se constitua numa “ampla frente de combate” aos ditames do grande capital. Pois, o Partido Político (PCI) deverá

[...] saber acompanhar todas essas lutas e exercer uma verdadeira direção para as mesmas, impedindo que elas percam o caráter unitário e revolucionário dos conflitos de classe, tratando de explorá-los para favorecer a mobilização de todo o proletariado e sua organização em uma ampla frente de combate (Teses sindicais) (GRAMSCI, 2004, p. 29).

Esta ampla “frente de combate” se situa na “direção política” do Partido Comunista que se encarregará de organizar a luta revolucionária pela base do movimento, instruindo-os, organizando-os e agitando-os, ou seja, elevando o nível de “consciência política” da classe trabalhadora e de suas organizações. Portanto, operando em um intenso trabalho pedagógico que, pouco a pouco, fortalecerá a atuação do “Partido Comunista” pelo uso de atribuições¹¹⁵ na base do movimento de massas, criando, de certa forma, um vínculo “efetivo” com estes setores, ou melhor, criando “[...] uma sistemática mobilização de energias, tendo por base o programa da luta de classes, e uma ação que estimule a adesão da maioria às diretrizes comunistas [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 28 - 29).

Ademais, além da presença do Partido Comunista nos sindicatos e demais organizações de massas, Gramsci alerta para sua atuação junto às atividades espontâneas, afirmando que o partido deve vincular-se às lutas de “caráter imediato”¹¹⁶, sem perder de vista os objetivos essenciais que norteiam a luta revolucionária com a finalidade de derrotar o capitalismo – modo de exploração do homem pelo homem. Para tanto, o partido deverá servir-se de “lutas parciais” com o intento de fortalecer o movimento de massas na direção de se construir uma “ação geral” voltada aos interesses totalitários com a derrocada do capital, fazendo com que o movimento de massas saia da condição de movimentos dispersos e difusos quanto aos seus ideais revolucionários, mas que traga a unidade, a coesão e a organicidade do próprio movimento em

¹¹⁵ Lenin, escreveu em 1905, o texto *Duas Táticas da Social-democracia na Revolução Democrática*, e fala da atuação dos integrantes do partido (os socialistas), os quais devem atuar em qualquer que seja a organização que contenha os integrantes da classe operária a fim de que seja adquirida a “consciência política” para a revolução proletária. Portanto, para Lenin: “[...]. A classe operária educa-se e organiza-se tanto num como noutro. Tanto um como outro são, naturalmente, necessários. [...]” (LENIN, 1977, p. 384)

¹¹⁶ Sobre isto, Lênin traz o destaque para com a atuação dos comunistas em sindicatos e organizações de trabalhadores afirmando que se o comunista: “Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou ‘operários aburguesados’” (LÊNIN apud BUONICORE, A., 2000 p. 2).

favor dos interesses da coletividade, a partir ou não dos objetivos imediatos (GRAMSCI, 2004, p. 29).

Para Gramsci (2004), a aparente falta de direção ideológica no âmbito das “lutas parciais e imediatas”, dada pela escassez de formação política consistente ao conjunto de trabalhadores, faz com que se tornem espaços imprescindíveis para atuação do PCI, pois é por lá que se concentram parte das massas proletárias, devendo o partido contribuir no construto da luta revolucionária, fazendo com que estes espaços sejam “potencialmente revolucionários”, e a partir desta interação sejam estreitadas as relações entre as massas e o Partido Comunista, acrescendo o movimento revolucionário, como um todo, pois

[...], a luta em defesa de reivindicações imediatas e o apoio às lutas parciais são a única maneira de ganhar as grandes massas e de mobilizá-las contra o capitalismo. Por outro lado, cada agitação ou vitória das categorias operárias, no campo das reivindicações imediatas, torna mais aguda a crise do capitalismo e acelera, subjetivamente, sua queda, na medida em que vulnera o instável equilíbrio econômico sobre o qual hoje se baseia o poder. (GRAMSCI, 2004, p. 29).

Diretamente do texto-documento “Teses de Lyon”, Gramsci (2004), afirma que a atividade do partido (PCI) e o sucesso da luta revolucionária, para este dado momento, gira em torno da união das forças proletárias¹¹⁷ como forma de resistência e luta aos ataques do capital. Neste escopo, o PCI terá que organizar e guiar o movimento de massas, aglutinando em torno de si o maior número de operários, agregando à sua volta, diversos outros partidos e até mesmo os “sem partido”, pois o objetivo do PCI nesta empreitada é tornar-se artífice das lutas “cotidianas” e as lutas mais “amplas”, fortalecendo assim a política de frente única para a derrocada do capital e das forças oponentes aos ideais comunistas. Com este intento, o Partido Comunista (partido político)¹¹⁸ deverá adequar-se às diversas realidades que à classe proletária se apresenta, devendo subdividir-se em comitês de operários, camponeses e outros, participando da construção de suas pautas e bandeiras de luta, inserindo-se na agitação¹¹⁹ e no

¹¹⁷ De acordo com o texto *A situação italiana e as tarefas do PCI - Teses de Lyon*, Gramsci (2004) menciona os estratos da sociedade e algumas organizações que poderão constituir as forças proletárias no combate ao Estado-burguês, como: o proletariado, os camponeses, os intelectuais e demais movimentos de massas (partidos, sindicatos, comitês e etc).

¹¹⁸ No Caderno 12, Gramsci faz menção aos intelectuais do partido, afirmando que todos devem ser intelectuais, mas admite a distinção de graus entre eles, pois o que importa é sua função “diretiva e organizativa”, ou melhor, “educativa”. Veja que para ele: “Será preciso fazer a distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa (GRAMSCI, 1982, p. 15).

¹¹⁹ Lenin (1921) fala da agitação e da propaganda que deverá fazer parte do cotidiano do comunista, pois para ele “ [...] esta atividade e sua organização é conduzida frequentemente ainda da antiga maneira formalista. Em

clamor da classe operária, atendendo de início aos anseios de caráter imediatos para que *a posteriori* se prossiga na luta contra o capitalismo (GRAMSCI, 2004, p. 30 - 31).

Os intérpretes de Gramsci, a exemplo de Del Roio (2005) realizaram estimáveis observações acerca deste período, para ele, Gramsci foi agregando novos elementos a sua concepção acerca do Partido Comunista, o “Partido Político revolucionário”. Passa, portanto, a obter dimensões mais amplas quanto ao desenvolvimento das massas no terreno da luta de classes, não entendendo, tão somente, que a luta de classes se trata de um simples “ato de cultura” ou apenas a mudança quase que espontânea das massas com as manifestações, como aponta Georges Sorel¹²⁰, na defesa da tomada de consciência do sujeito diante de seu papel na história. Nem tampouco a perspectiva “reformista” apresentada ao proletariado pelo Estado do capital, pois é impossível qualquer que seja a aliança entre as partes completamente antagônicas, já que não trariam mudanças significativas em sua essência. E muito menos o “sectarismo”¹²¹ por parte da extrema esquerda que, ao invés de agregar, passam a perder de vista a real transformação diante da concretude dos fatos historicamente produzidos, criando um certo abismo entre o real e o ideal (DEL ROIO, 2005, p. 130).

Acrescenta ainda que Gramsci parece se aproximar do pensamento de Rosa Luxemburgo¹²² quando compreende e ao mesmo tempo consegue se desprender, em certa medida, do terreno da produção material como a única atividade capaz de proporcionar a consciência e a intelectualidade humana no seu sentido mais elevado. Pois, o que Gramsci esperava anteriormente era que esta “consciência e intelectualidade” elevada do proletariado fosse desenvolvida pelos Conselhos de Fábrica, fazendo com que a classe trabalhadora obtivesse a dimensão mais ampla acerca do horizonte revolucionário, o que na prática não se

manifestações ocasionais, reuniões de massas e sem cuidado com o conteúdo revolucionário concreto dos discursos e panfletos” (LENIN, 1921, p. 7).

¹²⁰ Georges Sorel (1847 - 1922) foi um teórico francês do sindicalismo revolucionário que teve fortes influências na Itália e em outros países. Era envolvido com as lutas sindicais de extrema esquerda e defendia a luta do proletariado a partir das mobilizações de rua, fazendo-as com que adquirissem suas conquistas através da ação política, que para alguns se limitava aos ditames do capital.

¹²¹ Somente nos anos de 1923-24 que Gramsci passa a combater o sectarismo de Bordiga com mais veemência. Seu pensamento corroborou com a crítica de Lenin ao esquerdismo dos comunistas no texto *Esquerdismo, doença do comunismo*, pois, a exemplo do fazia o partido socialdemocrata, Lênin trazia a defesa contrária dizendo que “[...] vencer o esquerdismo passava a ser uma condição essencial para construção de partidos comunistas com ampla influência de massa e capazes de, efetivamente, se constituírem enquanto vanguardas do processo revolucionário que fora aberto com a grande revolução de outubro de 1917 ” (LENIN, 2000, p.1).

¹²² Rosa Luxemburgo (1871 - 1919) era envolvida com a militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, ajudando a fundar, ao lado de Karl Liebknecht, a Liga Espartaquista. Além deste, também ajudou a fundar o jornal *Die Rote Fahne* (A Bandeira Vermelha).

concretizou, pois existiam outras dimensões que estariam para além da produção material (DEL ROIO, 2005, p. 131).

Além disso, para Del Roio (2005), não resta dúvida de que Gramsci não tenha recebido as contribuições que, de certa forma, estruturaram a base de seu pensamento acerca do Partido Político, seja com Sorel através dos movimentos espontâneos de massa, com a Rosa Luxemburgo por meio da luta do proletariado para além do terreno da produção material ou até mesmo com Lênin através a política de *bolchevização*¹²³, o fato é que todos/todas contribuíram para reflexão de Gramsci no que concerne a sua concepção de Partido Político enquanto arma imprescindível à condução das classes subalternas para tentativa de surgimento de “novo tipo de Estado”¹²⁴ (DEL ROIO, 2005, p.131).

De acordo com Del Roio (2005), Gramsci afirma que o Partido não poderá perder de vista o seu “caráter de classe”, deverá ser considerado como parte da classe confundindo-se com ela, empenhando-se constantemente na “elevação do nível político” enquanto vanguarda ou base do movimento, tornando-se presente e atuante, dirigindo e sendo dirigida pelo próprio movimento da história (DEL ROIO, 2005, p.136). Analogamente, diríamos que o Partido Político assumiria uma perfeita harmonia sinfônica, se colocando na condição de “maestro da revolução” e com ele o conjunto de objetivos e metas incitariam tocar a “revolução socialista”. É preciso afinar os “instrumentos da revolução”, pois apesar de serem diversos e plurais assim como as concepções político-ideológicas existentes, em partes, no Partido, estes, por sua vez, devem ser afinados (orgânicos e coesos) ao toque de uma mesma melodia, entre aqueles que compõem o Partido (base e vanguarda) envolvendo-se de forma unívoca e indissolúvel com os protagonistas¹²⁵ da revolução: o proletário, o camponês, os intelectuais anticapitalistas, os anticlericais, os antifascistas e tantos outros que se identificam com a luta operário-camponesa.

¹²³ Gramsci recebeu contribuições *leninistas* que o fizeram ampliar no conceito acerca do partido político. Por isso, sua preocupação com a organização da luta revolucionária respaldada pela *bolchevização*, que para ele trouxe relevantes contribuições no processo de organizativo do partido, de modo a contribuir para a condução das massas rumo ao enfretamento de situações inesperadas ou extraordinárias com uma maior destreza (DEL ROIO, 2005, p.131).

¹²⁴ O “novo tipo de Estado” pressupõe um Estado (Estado de transição) tomado pela ditadura do proletariado, cuja a direção tenha que ser dada pelos “chefes” (líderes de Estado) advindos “da base para o alto”, que se efetivará em um contínuo e descontínuo rodízio de “chefes” ou de “dirigentes e dirigidos” que tenham a plena consciência de estarem à frente de um Estado proletário em atendimento aos interesses da coletividade, sobretudo, das classes subalternas (DEL ROIO, 2005, p.131).

¹²⁵ Em outras palavras, Gramsci (1978, p. 482) afirma que a solução estaria na atuação destes protagonistas, da classe operária como um todo, sendo guiada pela vanguarda do Partido (PCI), utilizando-se da política da *bolchevização*, da política de frente única, visando a unidade e a organicidade com demais estratos da sociedade, como: os anticlericais, os antifascistas, os anticapitalistas, pelo simples fato de se identificarem os quais deverão buscar a unidade e a organicidade das massas ao alcance de seu ponto estratégico [o Estado proletário] (GRAMSCI, 1978, p. 482).

Em resumo, Del Roio (2005) assevera que Gramsci construiu uma “nova síntese” acerca da realidade italiana, levando em consideração os aspectos da conjuntura política internacional, admitindo-se que para este dado momento, a alta burguesia e o capitalismo encontravam-se completamente fragilizados e débeis em sua direção política. Ante a realidade italiana, as massas populares estavam completamente subjugadas ao projeto fascista e as ações contrarrevolucionárias em atendimento aos interesses coercitivos do Estado-burguês eram constantes e almejavam a manutenção da ordem vigente (DEL ROIO, 2005, p. 141).

Desta forma, sem titubear, Gramsci buscou, a partir da realidade empírica, (re)construir o papel do Partido Político, criando um terreno em que pese a unidade no interior do PCI, de forma que não houvesse ruptura ou “cisão orgânica” entre os seus pares, muito menos “regressão teórica” no conhecimento revolucionário, primando sempre pela elevação da “consciência política” das massas populares. Daí o olhar de Gramsci para com a formação política das massas, preocupando-se com uma reflexão teórica com base em pensadores comunistas, de perspectiva teórica marxiana e leniniana, por isso, que os *ordinovistas* reelaboraram a defesa da política de frente única¹²⁶ como uma “nova síntese” para a Itália em tempos de crise (*idem*, p. 141).

Para Lepre¹²⁷ (2001), os *ordinovistas* conseguiram reunir os comunistas do PCI e reiteraram veementemente a política de *bolchevização*, preocupando-se com a unidade do Partido político e refutando todo e qualquer tipo de divisão ideológica no interior da própria organização, já que as divergências¹²⁸ teóricas tolhiam o avanço da luta revolucionária comprometendo com isso a atuação do Partido Político como “guia” da revolução (LEPRE, 2001, p. 88 - 89).

De outro modo, Neres (2012) reafirmou que nas “Teses de Lyon” Gramsci, na evolução de seu pensamento político, preocupou-se com a intervenção política dos integrantes do partido, trazendo a ênfase para duas ações que considerava extremamente importantes: a primeira de

¹²⁶ A Política da Frente Única não nega a necessidade de se fortalecer organicamente o partido revolucionário, que é a unidade do socialismo com a classe operária, conforme Lênin. Doutra lado, ser o partido da classe operária não exclui a necessidade de se apoiar no campesinato, de captar seus melhores lutadores, e tampouco a necessidade de recrutar uma parte ativa da intelectualidade de esquerda. De um ponto de vista leninista, era preciso articular todos esses estratos em torno da única ideologia que, de conjunto, se opunha drasticamente à ideologia burguesia: a ideologia socialista.

¹²⁷ Em resumo, para Lepre (2001) a centralidade do debate nas “Teses de Lyon” ateou-se em três pontos que os considerou fundamentais para o fortalecimento do PCI, a saber: “[...] 1) os problemas das relações entre o centro dirigente do partido e a massa de companheiros nele inscritos; 2) o problema da relação entre o centro dirigente e a classe operária; e 3) o problema das relações entre a classe operária e as outras classes anticapitalistas [...]” (LEPRE, 2001, p. 88 - 89).

¹²⁸ Dentre as divergências existentes no PCI, estava a de Amadeo Bordiga que entendia que o partido deveria ser formado por aqueles que detinham o conhecimento da ciência revolucionária, devendo empenhar-se na difusão com a classe proletária para que pudesse construir um elo entre classe e o partido (*Ibidem*, p. 176).

“cunho ideológico”, conservando a pluralidade de ideias sem que se perca a unidade do pensamento revolucionário e, portanto, fazendo-se necessário a abolição de posturas sectárias, a exemplo do *bordiguismo*, que podem dividir a vanguarda do partido e/ou, principalmente, o movimento que é levado a cabo do partido, substituindo esta tendência sectária por “uma concepção dialética da revolução” de modo que possa fazer uma “intervenção da subjetividade organizada na condução das transformações históricas”; já a segunda ação, destina-se ao “caráter organizativo”, no qual deve-se preparar os quadros e a vanguarda necessária à organização do PCI na finalidade de contrapor-se as forças contrarrevolucionárias que trabalham em proveito das classes dominantes (NERES, 2012, p. 79 - 80).

É possível afirmar que, no período precedente aos tempos do cárcere, Gramsci estaria adentrando em uma fase superior de sua consciência política, se comparada aos tempos de outrora com os Conselhos de Fábrica, pois as experiências teórico-práticas adquiridas em meio as circunstâncias pelas quais se inseria com a (re)fundação do Partido (PCI), o possibilitou de realizar determinadas apreensões do real (realidade italiana e internacional) de maneira bem mais precisa e eficaz.

Percebe-se que, gradativamente, Gramsci percorreu um princípio educativo que se assenta no processo de ensino-aprendizagem que, de certa forma, o ajudou a maturar o seu pensamento político para uma construção indissolúvel entre a teoria e prática, privilegiando a prática devido as condições objetivas (im)postas pelo capital. Foram as experiências adquiridas diante das condições objetivas e subjetivas da realidade, agregadas às experiências organizativas do “Partido Bolchevique” com Lenin e demais camaradas do partido, ou melhor, de teóricos que fundamentaram sua práxis, da participação ativa nas greves e de tantas outras manifestações de rua, que fizeram de Gramsci um “político em ato”, dando-lhe, portanto, as condições essenciais ao aprimoramento de seu pensamento acerca do Partido Político rumo a uma “ação política” revolucionária. (NERES, 2012, p. 78)

A referida “ação política” voltada para profunda transformação do real, não bastando tão somente “interpretá-lo, mas transformá-lo”, como diz Marx (2010, p. 113), faz de Gramsci um homem muito a frente do seu tempo. Logo, a “ação política” deverá caminhar para a conquista de resultados de pequeno, médio e longo prazo, devido a urgência de se consolidar a revolução socialista como forma de combate à política de austeridade fascista, uma ação política inclinada a realidade nacional do PCI e, ao mesmo tempo, a nível internacional com a IC, pois o entendimento seria de que a verdadeira revolução socialista se daria por meio de uma aclamação internacional dos comunistas, não de um “comunismo em um só país”.

O fato é que Gramsci, a partir de então, passa a ter uma visão ampliada acerca do Partido Político enquanto “guia da revolução” e o trabalho realizado com as “Teses de Lyon” faz com que elabore e sistematize, dialeticamente, as atividades do Partido sob um conjunto de orientações didáticas (táticas e estratégias) acerca do processo de (re)estruturação do Partido Comunista ao alcance de uma ideologia socialista, de um Estado socialista. Nesse sentido, os *ordinovistas* estiveram à frente nesta empreitada e lançaram mão do Partido Comunista enquanto “Partido educador” de massas, de vanguarda, portanto, de uma relação de ensino-aprendizagem extremamente enriquecedora à luta revolucionária, cuja proposta servirá de base para a ampliação do conceito do Partido (Partido Comunista/Partido Político/Partido educador) em sua fase madura, nos *Cadernos do Cárcere*, em que Gramsci o denominará, posteriormente, de Moderno Príncipe [“O Partido Príncipe”].

Após a realização do Terceiro Congresso Nacional do Partido Comunista Italiano, em 1926, Gramsci passou a viver intensamente uma atuação política voltada para as atividades de militância no Partido e demais organizações de classe. O ano de 1926, fora um ano repleto de atividades políticas e de inúmeros contratempos que poderiam tirá-lo de sua investida revolucionária da proposta de (re)estruturação do Partido por meio da política da frente única. Entretanto, seu “pessimismo de inteligência e otimismo de vontade” o fizera enfrentar os desafios que estavam em curso, inclusive o de sua prisão, no dia 08 de novembro de 1926, pelo governo fascista que assumia a função de capataz do capital¹²⁹, pois a ele é conferida o domínio da vida social na Itália e demais partes do mundo.

Isto posto, o fascismo passa a ser o responsável e o mantenedor da ordem pública na Itália e por isso não perdoou qualquer que fosse a tentativa conspirativa ao projeto político-econômico do capital. Portanto, fazia-se necessário o aprisionamento de todas as mentes de cunho antifascista, anticapitalista e comunista, principalmente a dos dirigentes do PCI, sobretudo o “cérebro” de Gramsci, pois, para eles, Gramsci deveria ser contido e retirado do convívio das massas populares por apresentarem um grande perigo ao projeto da burguesia. Foi o que de fato aconteceu com Gramsci¹³⁰ em Montecitorio, pois

¹²⁹ O fascismo se tornou a extensão prática, teórica e ideológica de um projeto assentado na lógica do capital, o verdadeiro mentor de todas as mazelas da sociedade, aquele que fora o patrocinador dos industriais, latifundiários, Igreja e do Estado italiano. Foi “[...] tipicamente o claro predomínio do capital financeiro no Estado, capital que deseja sujeitar todas as forças produtivas do país’ e também ‘o fato de submissão completa em que a Itália foi posta pelo governo fascista diante da América’. [...]” (GRAMSCI apud DEL ROIO, 2005, p.152)

¹³⁰ Gramsci não queria faltar ao encontro que agendado com Humbert-Droz, representante da IC, para tratar de questões relacionadas a partido, e acreditava também que um chefe de um navio jamais poderia abandonar seus homens em um naufrágio, pois este, por sua vez, deveria garantir a segurança de seus tripulantes e certificasse de que teria feito o possível para livrar-se do naufrágio (LEPRE, 2001, p.103).

Na tarde do dia 8 de novembro de 1926 foi a Montecitorio para discutir com os outros deputados sobre as intervenções que fariam na sessão do dia seguinte. Ainda não se sentia perigo, embora na Itália a tensão continuasse muito grande. À noite voltou para casa. Às 22:30 a polícia foi prendê-lo (FIORI *apud* LEPRE, 2001, p.102).

Diante do exposto, Gramsci fora impedido de exercer suas atividades políticas em território nacional [Itália devidamente tomada pelo fascismo/capital] e internacional e, conseqüentemente, sua defesa em torno do Estado Proletário fora interrompida devido as condições carcerárias, as quais lhe proporcionaram um outro viés, restando-lhe, tão somente, um único caminho pelo qual pudesse deixar suas contribuições à humanidade: através de seus escritos. Deste modo, as condições objetivas o impediram de implantar, coletivamente, o “novo tipo de Estado”, teve que suportar condições extremante precárias [físicas e psicológicas], mas, que apesar das limitações existentes, o teórico sardo chegou a produzir escritos que evidenciaram as razões pelas quais as massas não haviam logrado o Estado Proletário, entretanto, a preocupação de Gramsci visava a possibilidade de que um dia a classe trabalhadora conseguisse implantá-lo, por isso empenhou-se ativamente em uma fundamentação teórica que viesse a complementar a base de seu pensamento político, trazendo à tona a defesa de uma sociedade comunista, emancipada e livre das amarras do capital.

Nesta esteira, Sousa (2014) afirma que pensamento político de Gramsci, no período que antecedeu ao cárcere, partira de uma concepção idealista e que somente depois se firmou em um marxismo autêntico por meio de uma intensa atividade política vivenciada no período que esteve em Moscou (1922), sob as contribuições de Lenin e demais camaradas que o ajudaram a conceber o mundo dialeticamente, sobretudo as contribuições que cercearam sua concepção acerca do Partido Político, posteriormente, “Moderno Príncipe”. Portanto, Gramsci pode vivenciar a práxis social a partir de experiências em terras soviéticas, na Itália fascista, na organização do movimento de massas, nas fábricas e outros espaços, inclusive os de ordem acadêmica, enfim, estas e outras experiências colaboraram para formação de um Gramsci comunista, de um “militante revolucionário”, de um “político em ato” que procura ponderar as condições objetivas e subjetivas da realidade, dialeticamente (SOUSA, 2014, p. 72).

4.2 – A fase madura do partido político e o “moderno Príncipe”

Como mencionado anteriormente, Gramsci é preso¹³¹ em 1926 pelo governo fascista de Mussolini, cuja justificativa se aplicava na ideia de tirar de circulação “uma mente” que para eles poderia pôr em risco a política de austeridade do Estado-burguês.

No cárcere, o teórico sardo perdeu o contato efervescente da luta no cotidiano das massas populares, mas, de maneira alguma se omitiu ou muito menos recuou dos propósitos acerca da revolução e do projeto societário de um “novo tipo de Estado”. Pelo contrário, procurou preencher o tempo ocioso com as atividades de formação humana junto aos demais detentos na tentativa de criar uma “consciência política” acerca da realidade, mesmo estando em meio às adversidades que lhe eram (im)postas pela vida carcerária.

Como sempre valorizou o aspecto pedagógico, no tocante a conscientização das massas operárias, Gramsci, Amadeo Bordiga e outros presos políticos criaram uma escola de “círculo de cultura” na penitenciária da ilha de Ústica, Região da Sicília. Uma escola de formação humana¹³² que visava formar os detentos, tomando como base o conhecimento prévio dos confinados, resgatando a cultura local de cada indivíduo e, com isso, proporcionando-lhes uma conscientização política acerca da conjuntura, fazendo com que não somente a compreendessem, mas também se engajassem na luta pela transformação da realidade social, buscando o pleno desenvolvimento das capacidades humanas (NOSELLA, 2010, p.113).

A Escola de Confinados, nomeada pelas condições carcerárias, assentada na perspectiva do “círculo de cultura”, atendia a detentos e visava a “elevação intelectual e moral” daqueles que ali estavam, com a finalidade de compreenderem a dinâmica do mundo à sua volta. Sobre isto, Nosella (2010) ressalta o caráter educativo de Gramsci ao mencionar a experiência que obteve com a escola para confinados, uma escola que, ao passo que se dividia em níveis escolares para um melhor aproveitamento, por sua vez, também proporcionava ensinamentos coletivos que abrangiam a todas as especificidades intelectuais, com o apoio de palestrantes comunistas e professores que eram presos políticos.

Nosella (2010) ressalta ainda o espírito revolucionário de Gramsci, seu apreço para com a elevação da consciência política dos “simplicírios” à “patamares superiores”, do processo

¹³¹ Mesmo conseguindo eleger-se deputado na cidade de Viena e obtido com isso a imunidade parlamentar, Gramsci é preso em 8 de novembro de 1926 em sua própria residência após deixar o Montecitorio, sendo condenado primeiramente a 5 anos de confinamento e depois a 20 de prisão (FIORI, 1979, p. 272 -3).

¹³²Parafrazeando Nosella (2010), Gramsci e seus companheiros organizaram uma escola para confinados e presos políticos que conseguia atender as mais diversas especificidades em níveis escolares, portanto, uma escola que era uma escola de alfabetização, elementar e média, e facultade com os estudos de História e Literatura e conhecimentos científicos (NOSELLA, 2010, p.113).

educativo permeado pela proposta pedagógica de que a escola deva ser um “círculo de cultura” assim como na “Escola de Confinados”, cuja proposta trazia a defesa de “[...] um método que parte de experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente, de forma que o grupo todo se torne o educador de si mesmo, organicamente, elevando o nível cultural de cada um e do conjunto” (NOSELLA, 2010, p. 116). Desta forma, a “Escola de confinados” almejava “[...] conciliar a necessidade de uma ordem escolástica gradual com o fato de os alunos terem, mesmo em alguns casos semianalfabetas, uma certa instrução” (GRAMSCI, 2011, p. 65).

A referida escola era uma proposta educacional que se estruturava na perspectiva de que o “educador deve ser educado”, do “aluno” que se torna “mestre” e vice-versa, portanto, do “educador de si mesmo”, coadunando com a “práxis revolucionária” de Marx (2010) nas “Teses sobre Feuerbach”, uma perfeita assimilação de Gramsci que faz dele o “intelectual orgânico” das massas operárias.

Nesse sentido, Gramsci ampliava, paulatinamente, a sua perspectiva teórico-prática em particular, da mesma forma, ampliava também o caráter pedagógico do Partido político na direção de um “sentido amplo”, como o que fora exposto com a escola de “círculo de cultura”, pois, ao contrário da escola formal, a qual se assenta no âmbito da estrutura estatal, de conteúdo às vezes tendencioso, esta, por sua vez, visava a formação de detentos na tentativa de elevá-los politicamente à subversão da ordem vigente.

Em face do exposto, Sousa (2014), diz que fora no isolamento carcerário que o teórico sardo aprimorou e chegou ao ápice de seu pensamento político, um conhecimento firme, dialético, respaldado pela relação orgânica e indissolúvel do real e do ideal, de um movimento de continuidade e descontinuidade, guiado por um “materialismo histórico-dialético” que tenta compreender e analisar ou desvelar a realidade sob a ótica do prisma das classes subalternas (SOUSA, 2014, p. 79).

Do mesmo modo, Neres (2012, p. 98) entende que Gramsci passou a dedicar-se a produções teóricas que visavam uma “prospecção histórica mais profunda e de longo alcance, indo além da mera análise conjuntural, voltada para a ação política instrumental imediata, para apreender a conjuntura precisamente no âmbito de sua determinação histórica imanente”, portanto, pretendia dedicar-se aos estudos e a uma produção literária condizente com a realidade dos povos de modo que viesse a soerguê-los a “patamares superiores” (NERES, *idem*).

Nesse sentido, o filósofo sardo que antes se dedicava e desenvolvia uma produção revolucionária para o “dia a dia” (*pamplhetaire*¹³³) do proletariado turinense com a produção de folhetins, panfletos e artigos de análises imediatas da conjuntura capitalista, agora, estando no cárcere, se dedica a uma produção mais densa e mais elaborada, aprofundando e buscando desvelar os meandros da história, através de uma produção que se inicia na análise da particularidade, buscando compreender a totalidade da vida em sociedade e vice-versa, deixando com isso um legado para a humanidade, um conhecimento “para sempre” de conteúdo “desinteressado”, *für ewig*¹³⁴ (SOUSA, 2014, p. 74 - 75).

Nestes termos, podemos afirmar que o teórico sardo passou a viver uma fase intelectual superior aos tempos de outrora, pois sua trajetória de vida proporcionou-lhe um acúmulo teórico-prático que fora consubstanciado ao longo de sua vida enquanto estudante, militante e até mesmo enquanto preso político, no período em que esteve enclausurado junto a outros socialistas.

Foram as experiências teóricas articuladas dialeticamente com a práxis, sobretudo a *práxis* revolucionária¹³⁵ de base marxista e leninista, que fez com que Gramsci entrasse em uma fase mais elaborada e coesa de seu pensamento acerca da realidade do “mundo dos homens”. Além disso, em linhas gerais, registram-se a influência de Benedetto Croce, Maquiavel, Labriola e outros pensadores, os quais foram imprescindíveis às formulações de suas categorias, sem olvidar as experiências práticas obtidas com o movimento de massas através dos Conselhos de Fábrica e, principalmente, com as experiências obtidas pelos partidos políticos, tais como: Partido Socialista Italiano (PSI), Partido Comunista Italiano (PCI) e Partido Comunista da União Soviética (PUCS), os quais lhes serviram de base e sustentação na construção de seu pensamento político.

¹³³ O *pamplhetaire* trata-se de uma produção de suma importância no contexto de militância de Gramsci, pois colabora com a organização do Partido e dos movimentos de massas, sobretudo no contexto em que Gramsci estava inserido, pois era exigido uma ampla mobilização e organização da classe operária (SOUSA, 2014, p.73).

¹³⁴ Na carta de nº13, de 19 de março de 1927, Gramsci fala que se deterá a escrever algo “desinteressado”, *für ewig*, ou seja, “para sempre” se contrapondo ao período pré-carcerário, de produção voltada para o “dia a dia” das massas operárias (GRAMSCI, 2001, p. 88).

¹³⁵ A nosso ver Gramsci e Lenin conseguiram colocar ou, ao menos, tentaram efetivamente pôr em prática a “práxis revolucionária” defendida por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*. Ambos, inspirados pela “filosofia da práxis” não se contentaram em tão somente analisarem a realidade, mas de transformá-la e, para tal, utilizaram-se da “arte da política” combatendo as particularidades de cada país, Gramsci na Itália com o fascismo e Lenin na Rússia com czarismo. É consensual entre os intérpretes de Gramsci, os aportes de Lenin para a concepção do “moderno Príncipe” de Gramsci, ambos almejavam a elevação da consciência das classes subalternas. É o que coloca Coutinho (2012) ao mencionar que Lenin desejava “[...] fornecer os elementos teóricos e organizativos para que essa consciência possa se elevar o nível de consciência de classe, isto é, ao nível da totalidade, da compreensão não de uma conflitualidade imediata entre patrões e operários na luta pela fixação do salário (uma luta que não põe em discussão a própria relação capitalista do salariado), mas dos vínculos *políticos* globais da classe operária com as demais classes da sociedade, antagônicas, aliadas ou potencialmente aliadas [...]” (COUTINHO, 2012, p. 168).

Registra-se também o acesso de Gramsci à fontes bibliográficas de consistência teórica, financiada e fornecida por um amigo turinense, Piero Sraffa¹³⁶, o qual se responsabilizou pela abertura de conta ilimitada em uma livraria de Milão como forma de subsidiar os estudos e sua produção teórico-prática, bem como suporte pedagógico aos “círculos de cultura” na “Escola de Confinados”, o que, de certa forma, proporcionou-lhe uma produção de maior fôlego teórico, ou seja, proporcionou-lhe uma produção com escritos que ficariam “para sempre” (*für ewig*) na história das classes subalternas.

Foram muitas as contribuições teóricas-práticas que enriqueceram o seu pensamento político, sobretudo, a concepção de Partido Político. Na verdade, as linhas que se sucederam são simplesmente para situar o caminho pelo qual Gramsci chegou ao ápice de sua maturidade teórica e política acerca do partido revolucionário em sua fase superior com o “moderno Príncipe”. Trata-se, portanto, de uma breve exposição que visa reafirmar a capacidade com que Gramsci realizou as conexões necessárias à análise da dinâmica do real, considerando as condições objetivas e subjetivas provenientes das relações materiais existentes, ou seja, estabelecendo a relação dialética¹³⁷ da particularidade à totalidade dos acontecimentos histórico-sociais, sem que se negue nenhuma das partes.

Nestas condições, podemos reafirmar que Gramsci, em seus últimos escritos, mesmo com a saúde¹³⁸ comprometida devido as condições carcerárias, passou a elaborar uma produção de caráter político ainda mais relevante. Logo, buscou recuperar o movimento real e dinâmico da história do “mundo dos homens” a datar pelas condições objetivas e subjetivas, lançando mão de bases teórico-práticas necessárias à construção de um legado que pudesse elevar a consciência política através de fundamentações teóricas e “práticas” significativas ao processo revolucionário das classes subalternas. Nessa esteira, ele aprimorou o seu pensamento político criando os chamados *Cadernos*¹³⁹ e *Cartas do Cárcere*, obras que se fundamentaram na

¹³⁶Piero Sraffa, filho de professor da Bocconi em Milão, apesar de não ser filiado ao PCI, mas era muito próximo do grupo e em determinado momento colaborou com as atividades do L'Ordine Nuovo. Lecionou também economia na Universidade de Cagliari e com o passar dos tempos tornou-se amigo pessoal de Gramsci colaborando com seus estudos enquanto esteve no cárcere, fornecendo-lhe quantos livros fossem necessários à sua pesquisa bibliográfica (FIORI, 1979, p. 275).

¹³⁷ Sobre isto, Konder (2008) recupera o pensamento de Coutinho acerca da dialética, afirmando que a dialética “não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: o que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político) como a união entre elas (o que leva a arte e a política a se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade)” (KONDER, 2008, p. 44).

¹³⁸ Em 1931, Gramsci começa a relatar seu esgotamento físico e “nervoso” com os problemas de insônia. Chega inclusive a ter a primeira hemoptise e a partir de então começa a adentrar em uma crescente decadência física, chegando a perder até os dentes (GRAMSCI, 2005, p.172).

¹³⁹ Gramsci concluiu os seus escritos totalizando 32 cadernos convencionais, Cadernos do Cárcere ou *Quaderni del Cárcere - QC*, uma produção com aproximadamente 2.848 páginas, o que corresponde a 4 mil laudas datilografadas. Daí podemos ver a importância deste material para com ele e o mundo, pois para Gramsci os seus

perspectiva teórico-prática marxista, as quais constituem a “análise”, a “exposição” e, principalmente, vislumbram a transformação do “mundo dos homens”, dando-lhes as condições necessárias à compreensão desta realidade de maneira mais apurada, na essência do objeto ou na raiz de todos os problemas, completamente interligado à Décima Primeira Tese sobre Feuerbach, não lhes cabendo tão somente interpretar o mundo, mas transformá-los.

Dentre os Cadernos do Cárcere (*Quaderni del Carcere - QC*) destacam-se os cadernos 10 e 11 que se dedicam ao *Estudo da filosofia de Benedetto Croce* ou da “filosofia da práxis” de Gramsci, uma abordagem que defende a unidade dialética e orgânica entre a teoria e a prática – a “práxis”¹⁴⁰, enquanto categoria essencial para se compreender o movimento dinâmico da realidade, provenientes do desenvolvimento das forças produtivas; já o caderno 12, intitulado *Os intelectuais*, destaca-se pela abordagem dos estudos relacionados à educação e a concepção de diversos intelectuais, sobretudo os orgânicos, aqueles que para Gramsci se destacam pela estreita relação¹⁴¹ (amor ou paixão) para com as classes subalternas; e por fim, um dos cadernos que consideramos essencialmente importante para nossa pesquisa, o Caderno 13, intitulado *Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*, cuja abordagem consideramos bastante pertinente e relevante à compreensão do termo política¹⁴² em seu sentido amplo (grande política) e sentido restrito (pequena política). Além de outras questões que, ao nosso ver, trarão categorias imprescindíveis para nossa investida no aprofundamento da categoria “moderno Príncipe” ou “Partido Príncipe”.

Isto posto, é válido salientar algumas das contribuições desprendidas entre os anos de 1932 a 1934, quando Gramsci se dedicou a escrever o caderno 13, *Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. Neste caderno, o teórico sardo procurou depositar suas contribuições para a construção de um “manifesto político”, uma espécie de manifesto que reúne e condensa as ideias mais originais acerca de sua teoria revolucionária, trazendo uma abordagem que reúne

escritos eram “a própria vida, era o seu modo de continuar a luta revolucionária, de permanecer ligado ao mundo, idealmente ativo na sociedade dos homens” (Fiori, 1979, p. 293).

¹⁴⁰ “Em Gramsci, diversamente, mais do que uma atividade de indivíduos orientados a modificar e integrar-se natural e cientificamente no próprio ambiente, a filosofia da práxis é a atividade histórico-política dos subalternos que tomam consciência da sua subjugação, enfrentam as contradições existentes na sociedade e se organizam para construir uma concepção alternativa de mundo, entrelaçando dialeticamente ação e reflexão, política e filosofia” (SEMERARO, 2008, p. 123).

¹⁴¹ Guido Liguori (2013), ao tecer considerações em uma palestra acerca do Maquiavel de Gramsci, colabora com este pensamento e diz que o espírito “proto-jacobino” em Maquiavel está completamente ligado ao levante das massas populares, e que o mesmo se “faz povo” e “confunde-se com o povo”, se sentido “consciência” e “expressão” das massas populares, o que faz dele um autêntico “intelectual orgânico”.

¹⁴² Sobre a política Gramsci diz que “A relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’, do mesmo modo como é assegurada pela política a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos ‘simples’” (GRAMSCI, 2001, p. 101- 102).

diversos temas que se entrelaçam dialeticamente, tais como: Estado, partido político, política, hegemonia, vontade coletiva, guerra de movimento, guerra de posição, e tantos outros.

À vista disso, o arcabouço teórico contido no Caderno 13 trouxe uma “aparente retratação dos acontecimentos históricos” aos olhos da censura fascista, pois Gramsci procurou escrever com certa prudência, mantendo todo cuidado para que sua produção teórica passasse pelo crivo¹⁴³ da ditadura fascista, garantindo-lhe sua integridade física (em partes) e a continuidade de seus escritos ao legado revolucionário. O fato é que o Caderno 13 se propôs a contribuir com a elevação da consciência política e filosófica das classes subalternas a “patamares superiores”, por este motivo, Gramsci delineou um certo rigor nos escritos deste Caderno, imprimindo-o uma produção que viesse colaborar no desvelamento e, conseqüentemente, na transformação da realidade por parte das massas populares, àquelas que historicamente foram e ainda são exploradas e oprimidas pelo capital.

Dentre muitas outras questões de extrema relevância abordadas no interior do caderno 13, de experiências exitosas do ponto de vista da conquista e obtenção do poder político em favor das classes desprovidas dos meios de produção, Gramsci menciona a atuação dos jacobinos¹⁴⁴, de um jacobinismo semelhante ao que fora defendido por Albert Mathiez¹⁴⁵, cujo

¹⁴³ Depois de sua condenação e de seu envio ao cárcere de Turi, Gramsci passou a escrever a partir de fevereiro de 1929, mas com todo rigor e cuidado para que seus escritos não fossem retidos pela censura fascista, daí a identificação de Lenin como Ilici ou Vilic.

¹⁴⁴ O termo jacobino fora proveniente da palavra *Jacobus*, que significa *Jacques* em latim, advindo da *Rua Saint Jacques*, cujo logradouro se dava o encontro do Clube Jacobino, um grupo de montanhese que se reuniam no Convento São Tiago dos dominicanos. Os jacobinos, em sua grande maioria, eram provenientes de regiões montanhosas, por isso a relação com estratos da sociedade que eram desprovidas de privilégios e regalias do Estado-absoluto. O Estado-absoluto, por sua vez, se assentava na seguinte organização: o clero, a nobreza e o povo, sendo este último subjugado tão somente a produção material para manutenção do *status quo* das classes que detinham o poder econômico e político, como o clero e a nobreza. Com a crise econômica e política, proveniente do período de estiagem com a produção de alimentos e o aumento de impostos, acrescidos aos ideais iluministas que estavam em curso, fez surgir movimentos de insurgências e revoltas contra o regime explorador. Nesse sentido, camponeses, pequenos proprietários, grupos de intelectuais e outros, a exemplo de Rosbepierre com os jacobinos, reivindicavam mudanças significativas para uma “nova forma de governo”, que para eles se daria por meio de um sistema de governo republicano. Nesse sentido, Lenin (1904), o pai da Revolução Russa, destaca a determinação dos jacobinos que na época “eram os representantes dos mais destemidos da classe revolucionária do seu tempo, estes defendiam a necessidade de eliminar o absolutismo e o feudalismo para uma nova constituição de governo” (LENIN, 1904, p. 3). Desta maneira, a atuação dos jacobinos conseguiu efetivar tal proeza, derrotando o Estado por meio do estabelecimento de uma “vontade coletiva”, utilizando-se, resumidamente, de alguns termos do senso comum que atribuem aos jacobinos uma verdadeira “audácia” e “tirania” para conquistarem a Revolução Francesa. O fato é que para Gramsci, a referência dada pelo jacobinismo se trata de fazer relação com a luta do proletariado, sobretudo, do Partido Político, pois o movimento jacobino não mediou esforços para conquista do poder, na tentativa de implantar uma nova forma sociabilidade humana através da Revolução Francesa. Enfim, Gramsci colocou o destaque no brilhante trabalho desempenhado pelos jacobinos, os quais demarcaram suficientemente a transição do “Velho Regime” de governo com o Rei Luis XVI para o “Novo Regime”.

¹⁴⁵ Albert Mathiez - historiador francês dedicado aos estudos da Revolução Francesa, fundador da *Société des études robespierristes*, foi importante para a formação do pensamento político de Gramsci. Dentre suas contribuições estão os estudos sobre as experiências exitosas dos jacobinos para obtenção do poder político (ARECO, 2015, p. 39).

pesquisador relata e retrata as “relações de forças” em meio a um tipo de “estrutura” e “superestrutura” existentes na época que, com o feito, pode proporcionar mudanças significativas de diferentes ordens, de tipo econômica, social e política-ideológica, extinguindo com o isso o “Antigo Regime” [Regime Absolutista] e fazendo surgir uma nova ordem com instituições de interesses corporativos distintos do regime de outrora.

Complementando o que diz Albert Mathiez, Soboul (2007) afirma que estas mudanças são vistas a partir de dois problemas: o primeiro deles se trata de um “problema de ordem geral”, relacionando somente a “transição do feudalismo” ao “capitalismo moderno”; já o segundo problema se configura por ser “problema de ordem particular”, pois aqui se analisava os meandros existentes na mudança de um regime societário a outro, ou seja, eram analisadas as transformações ocorridas na “estrutura específica da sociedade no fim do Antigo Regime” levando em “consideração os caracteres próprios da Revolução Francesa”, sem perder de vista a ascensão de tipo burguesa ou “revolução burguesa” ao poder político (SOBOUL, 2007, p. 7).

Para Areco (2015), as apreensões de Gramsci acerca do jacobinismo¹⁴⁶ estavam relacionadas a dimensões “históricas” e dimensões “teórico-políticas”: a primeira dimensão relacionava-se a uma revolução motivada por aspectos econômicos e políticos-ideológicos; e a segunda dimensão se configurava pelo surgimento de uma “concreta e operante vontade coletiva” (ARECO 2015, p. 40) com o aparecimento do “sujeito coletivo”¹⁴⁷ que aglutinaria, em torno de si, forças suficientes à conquista do poder político e o surgimento de uma nova forma de regime estatal, fundamentando, com isso, a sua concepção à atuação do “moderno Príncipe”, defendido por Gramsci no caderno 13.

O trabalho desempenhado pelos jacobinos sob a liderança de Robespierre¹⁴⁸ na Revolução Francesa (1789) deu a Gramsci um suporte para que compreendesse melhor a atuação do Partido político na luta pela construção de uma nova forma de sociabilidade humana.

¹⁴⁶ O termo *jacobinismo* passou a ser utilizado após a derrocada do absolutismo na França (1789), tornou-se um adjetivo recorrente na comparação a outras organizações e comportamentos devido a forma como os jacobinos organizaram-se para abolirem o Antigo Regime, adotando-se o aspecto “democrático de massas” adicionada a luta sanguinária de modo “tirano” para pôr fim aos privilégios do clero e da nobreza.

¹⁴⁷ Sobre o homem coletivo Gramsci (2001), no Caderno 13, nos impele a formação de novos “sujeitos coletivos” de dirigentes que se configurem ao que Gramsci coloca aqui, pois para ele: “[...]o homem coletivo de hoje, ao contrário, forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção: também hoje o homem representativo tem uma função na formação do homem coletivo, mas muito inferior à do passado, tanto que ele pode desaparecer sem que o cimento coletivo se desfaça e a construção desabe” (GRAMSCI, 2001, p. 260).

¹⁴⁸ Maximilien François Marie Isidore de Robespierre, o Robespierre, nasceu em 1758 e faleceu em 1794, em Paris, foi advogado e um político aguerrido estando à frente do movimento jacobino, tornando-se um dos maiores oradores de toda França e uma das maiores personalidades da Revolução Francesa (1789).

Em outras palavras, as experiências de caráter prospectivo serviram de base na compreensão da luta revolucionária a ser desempenhada pelo Partido político que, no caso dos jacobinos, se assentou pela derrocada do “Antigo Regime”.

Para Areco (2015), a conquista dos jacobinos se deu através de um “programa econômico social”, através de uma “unidade” que gradativamente fora estabelecida entre os diferentes estratos da sociedade [urbanos e rurais]. Portanto, uma unidade orgânica que fortaleceu a direção do Partido revolucionário [os jacobinos], proporcionando-lhes um movimento de insurgência capaz de estabelecer a ditadura do Partido [dos jacobinos] sob o “Antigo regime” que, naquele momento histórico, visava atender aos interesses dos que estavam ligados ao movimento jacobino [comerciantes, artesãos, pequenos proprietários e os pobres] (ARECO, 2015, p. 41).

Nesse sentido, tornam-se válidas as ponderações colocadas por Gramsci quanto ao estabelecimento de uma “vontade coletiva”, pelo simples fato de terem aglutinado, em torno do movimento jacobino, os diversos estratos da sociedade, inclusive grupos que, de certa forma, não comungavam por completo com os seus ideais, como os girondinos liderados por Danton e outros que mantinham uma visão moderada acerca da revolução, mas, apesar das divergências, no primeiro momento se coadunaram por meio de um consenso hegemônico que envolvia a todos.

Ao movimento jacobino fora atribuído uma concepção de “extrema-esquerda”, de posições políticas arbitrárias, adjetivos como audaciosos e tiranos fizeram parte da forma como o anti-jacobinismo se reportava ao movimento. No entanto, Gramsci se contrapôs em certa medida ao posicionamento anti-jacobinista, retendo as contribuições necessárias que pudessem colaborar com a análise da realidade italiana no século XX. É o que afirma Areco (2015) ao dizer que Gramsci refutou, em certo aspecto, as críticas que eram desprendidas ao movimento jacobino, pois, para ela, Gramsci acreditava que, apesar da violência empreendida e das injustiças acometidas com a Revolução Francesa na conquista do poder político, estas, por sua vez, foram extremamente necessárias à extinção do “Antigo Regime” e a implantação do novo tipo de Estado, a República jacobina (ARECO, 2015, p. 47).

À vista disso, Gramsci apreendeu as contribuições desprendidas com o movimento de insurgência na França na luta pela obtenção do poder político em face do partido político [o movimento jacobino, a “encarnação categórica” do Príncipe de Maquiavel], cuja prerrogativa se deu para a mudança comportamental das massas populares, ou seja, por meio de um intenso trabalho de conscientização política das massas como um todo, rumo a construção de um pensamento hegemônico e uma “vontade coletiva” na direção de novo tipo de sociedade, de um

“novo tipo de Estado”. Desta forma, Gramsci (2001), no caderno 13, se reportava ao “moderno Príncipe” afirmando que nele deverá haver uma parte do jacobinismo, portanto, deverá haver no “moderno Príncipe” uma perspectiva revolucionária motivada pelo desejo de transformação da realidade a ponto de se constituir “[...] uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos [...]” seja criação do “*ex novo*, original” (Gramsci, 2001, p. 17).

A construção da referida “vontade coletiva”, consubstanciada à época dos jacobinos, fora consolidada pela afirmação da “práxis política e cultural” de uma classe social assentada em uma mudança generalizada da consciência política e ideológica dos indivíduos inseridos numa relação orgânica e indissolúvel da estrutura e superestrutura¹⁴⁹, fazendo jus ao surgimento de um “novo tipo de homem”, ativo e “histórico”. Entretanto, Gramsci ressalta a importância do Partido Político, na figura do “moderno Príncipe”, cuja atividade precípua será a de proporcionar as mudanças necessárias [condições objetivas e subjetivas] ao construto de uma nova ordem, de novo “bloco histórico” (NERES, 2012, p.129).

Sobre a vontade coletiva, Neres (2012) ainda ressalta que a mesma é

[...] expressa exatamente a possibilidade de que uma classe social, através da afirmação de sua práxis política e cultural, consiga costurar uma unidade orgânica entre estrutura e superestrutura, permitindo-lhe construir um novo ‘bloco histórico’ e assumir plenamente o seu papel de sujeito histórico efetivo (NERES, 2012, p.129).

Neres (2012) afirma que o referido processo se dá tanto pelos “fatores objetivos”¹⁵⁰ – advindos das contradições sociais existentes em cada período histórico - como dos “fatores subjetivos” - provenientes da concepção moral e intelectual (“reforma intelectual e moral”) -, pois ambos os fatores corroboraram, em certa medida, para a construção da “vontade coletiva” de todo um grupo social, a ponto de constituírem o “*ex novo*”, possibilitando o fim do “Antigo

¹⁴⁹ De acordo Portelli (1977), o pensamento de Gramsci em torno da estrutura e a superestrutura diferencia-se da concepção de Marx, pelo fato de que o “fundador da práxis” atribui uma certa “primazia à estrutura sócio-econômica” a superestrutura, ou melhor, a estrutura desempenha um papel decisivo sobre a superestrutura, colocando a superestrutura ideológica subjugada a superestrutura política (PORTELLI, 1977, p. 55). Para Gramsci a relação de ambas as categorias é revelada por uma relação “orgânica” e “dialética”, ao mesmo tempo. Assim, coloca Portelli (1977) ao tentar exemplificar estes dois momentos que incidem na relação dialética e indissolúvel da “estrutura sócio-econômica” com a “superestrutura ético-política”, sendo o primeiro momento configurado como um momento estrutural, portanto a base legal que engendra a superestrutura e a faz com que se desenvolva; já o segundo momento, o momento ético-político, configura-se pelo desenvolvimento da “consciência de classe dos grupos sociais”, organizando-os politicamente e ideologicamente com vistas a superação ou estagnação da base estrutural, podendo sujeitar-se da mesma forma com o “bloco histórico” (*idem*, p. 56).

¹⁵⁰ De acordo com Neres (2012), os “fatores objetivos” estavam relacionados às condições objetivas postas pela realidade histórica, seja pela contraditoriedade e existência da luta de classes, de condições econômicas, políticas, culturais e sociais ascendentes e descendentes; já os “fatores subjetivos” relacionavam-se ao comportamento político e ideológico dos sujeitos que constituem o “bloco histórico” em cada período (NERES, 2012, p. 128).

Regime” e a implantação de uma nova forma de sociabilidade humana projetada pelo “projeto político jacobino” (NERES, 2012, p.128).

Nestas condições, as dimensões supracitadas se engendram no cotidiano da vida em sociedade e, geralmente, são ocasionadas pelos tensionamentos desprendidos no terreno da luta de classes, na “(co)relação de forças” difundida entre os “possuidores” e “não possuidores” dos meios de produção, podendo inferir mudanças significativas para uma das classes, a depender dos “fatores objetivos e subjetivos” arraigados pela relação dialética da estrutura [terreno da produção material] com a superestrutura [complexos sociais], reciprocamente.

À vista disso, Gramsci destacou a vitória do movimento jacobino, que pôs fim ao regime absolutista na França no século XVIII, servindo-lhe de parâmetro para sua concepção política acerca do Partido político [“moderno Príncipe”], objeto que despertou seu interesse passando a inspirar-se no proto-jacobino Maquiavel. Tal vitória se deu mediante a atuação orgânica e coesa do “Partido jacobino” que aglutinou em torno de si diversos estratos da sociedade urbana e das massas camponesas¹⁵¹, garantindo-lhe a vitória. Um marco na história da França e do mundo, que trouxe excelentes contribuições no campo da política proporcionando “uma ação libertadora dos povos subalternos” que, historicamente, foram subjugados aos ditames da realeza francesa.

A partir da análise empreendida com os jacobinos, Gramsci pode agregar alguns elementos que vieram corroborar com o seu pensamento político na direção de uma “práxis revolucionária”¹⁵², visando a transformação da realidade e a liberdade dos povos das amarras do capital. Portanto, uma “práxis transformadora” que viesse, assim como os jacobinos, conscientizar as massas populares de maneira orgânica e coesa e os impelisse a construção de uma “vontade coletiva” capaz de romper com o “Antigo Regime”.

Poderíamos afirmar que Gramsci, desde o período pré-carcerário, com a Itália tomada pelo fascismo e o grande capital, já se detinha à construção de uma “vontade coletiva” quando se reportava ao processo educativo de massas, preocupando-se constantemente com a formação de quadros revolucionários para o partido, educando as massas e por elas sendo educado. Buscando, portanto, a construção de uma “vontade coletiva” através de um intenso trabalho de conscientização política, adotando-se a seguinte palavra de ordem: “Instruí-vos, agitai-vos e

¹⁵¹ Apesar de não usufruírem em sua integralidade das benesses do “Novo Regime”, os camponeses foram imprescindíveis para que efetivamente fossem proporcionadas a derrocada do feudalismo local com a ruptura da monarquia francesa. Sobre a relevância deste estrato social para a constituição da “vontade coletiva”, Gramsci (2001) diz que: “[...]. Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 18).

¹⁵² Terceira Tese sobre Feuerbach (MARX, 2010, p. 113).

organizai-vos”¹⁵³. Ora, a “instrução” para devida formação política e a construção de um consenso hegemônico capaz de derrotar as forças oponentes; a “agitação” voltada para ação política revolucionária almejando a transformação da realidade social; e finalmente a “organização” com vistas para ordenação das massas populares e demais estratos da sociedade para a luta contra o Estado-burguês.

As contribuições em torno da política jacobina foram impressas no *Caderno 13, Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política* de maneira um pouco historiográfica devido a censura fascista, contudo, o suficiente para fortalecer a base do pensamento político gramsciano. Desde o período pré-carcerário, Gramsci já demonstrava interesse nas obras de Nicolau Maquiavel¹⁵⁴, mas foi somente no cárcere, devido a ociosidade do tempo e o suporte bibliográfico¹⁵⁵ ofertado pelo camarada Piero Sraffa, que o fez aprofundar os estudos acerca de Maquiavel, o “proto-jacobino”. Tão logo, o “proto-jacobino” tornou-se a centralidade de sua produção no *Caderno 13* que, de maneira veemente, destacou as contribuições para o âmbito da política, do Estado moderno, do partido político, da vontade coletiva e de demais temas que servirão de base para a construção da luta revolucionária das “classes subalternas”.

De acordo com os intérpretes de Maquiavel, o secretário e “diplomata florentino” percebeu o movimento real da vida em sociedade e inaugurou um olhar que antes era visto pelos filósofos idealistas de outra forma, ou seja, se concebia a vida em sociedade distante da realidade, de fora para dentro (imaginava-se um “Príncipe imaginário”) e não o movimento contrário, analisando a vida prática dos homens e refletindo os porquês das relações materiais e sociais existentes. Portanto, o seu entendimento acerca da realidade se dava desta forma:

[...], pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, pois muitos conceberam repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido. Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que

¹⁵³ Ao ser eleito secretário de redação do L’Ordine Nuovo, Gramsci publicou no dia 1º de maio a seguinte palavra de ordem: “Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força” (GRAMSCI, 2001, p. 54).

¹⁵⁴ Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, em 3 de maio de 1469. Foi historiador, poeta, músico, diplomata (Segundo Chanceler da República) e fundador da ciência política moderna, destacando-se também por elaborar alguns conceitos como virtude e fortuna. Elaborou algumas obras, dentre elas: O Príncipe (1513); Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio (1512-1517); A Arte da Guerra (1519-1520) e outros. Para Weffort (2014), suas obras destacam-se pela qualidade teórica e sua relevância no campo da política e demais áreas do conhecimento. Um autor com quase 400 anos de história que perdura até os dias atuais, seja de maneira pejorativa ou respeitosa, o fato, é que se trata de uma temática recorrente no cotidiano da vida política em sociedade. (WEFFORT, 2014, p. 13 -14)

¹⁵⁵ Gramsci (2011) relata em uma carta à Tania o material que recebeu: “Chegaram-me de forma sucessiva quatro volumes: a edição do Príncipe de Machiavelli, preparada por Luigi Russo, a autobiografia escrita por Gandhi, com o prefácio do senador Gentile, a Storia d’Europa, do senador Croce, e um pequeno volume de história local genovesa, de Mario Bettinotti, mas deles até agora só me entregaram o Príncipe (GRAMSCI, 2011, p. 343).

aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, [...] (MAQUIAVEL, 1513, p. 59 - 60).

Como se vê, Maquiavel se preocupou em escrever um conhecimento útil e fiel ao contexto histórico de sua época, pois para ele o mais importante era “acompanhar a realidade efetiva do que a imaginação sobre esta [...]” (GRUPI, 1980, p. 10). Com tal pensamento, o autor florentino escreveu “O Príncipe” analisando a “realidade efetiva” do “mundo dos homens”, privilegiando a “arte política” no trato da luta dada pela correlação de forças existentes entre as repúblicas com a finalidade de estabelecer a transformação da realidade rumo a um novo convívio social. Nesse sentido, Maquiavel se distingue do pensamento dos idealistas que, ao invés de colocarem o acento na própria “realidade efetiva” e tecerem uma filosofia assentada a partir de mundo real, resolvem ater-se a uma ação meramente contemplativa perdendo de vista os reais motivos que levariam a solucionar os conflitos¹⁵⁶ existentes entre as repúblicas na luta pela obtenção do poder político e econômico.

Daí a relevância dos estudos de Maquiavel, nas obras gramscianas, sobretudo, as contribuições que foram postas no Caderno 13, pelo fato de ser um autor que parte da “realidade efetiva” sem com ela se conformar, propondo, a todos os povos, as bases teóricas para que se constitua uma nova forma de sociabilidade humana. Nesse sentido, Gramsci, o “educador que dever ser educado”, vive a dupla jornada educativa, ou melhor, Gramsci se depara a todo tempo com um processo de ensino-aprendizagem, ampliando sua concepção política gradativamente, seja como “intelectual orgânico” (de caráter pessoal) ou enquanto organização de classe por meio do Partido Político (de caráter coletivo).

A concordância entre os autores é ressaltada por Neres (2012) ao afirmar que tanto Maquiavel, como Gramsci, tiveram similitudes em suas trajetórias de vida, já que ambos tiveram suas habilidades (“*virtú*”) contidas em face das condições objetivas (“*fortuna*”) a que lhes eram impostas nos momentos de reclusão em virtude de suas posições políticas (NERES, 2012, p. 120). Foi assim com Maquiavel, com o retorno dos Médici¹⁵⁷ à Florença (1513); da

¹⁵⁶ Analisando o que seria posteriormente a Itália, Maquiavel escreveu “O Príncipe” partindo da “realidade efetiva” que se retratava por um palco de disputas econômicas e políticas ocasionadas pela divisão entre as repúblicas, os reinados, os ducados e os Estados Pontifícios. Disputas incessantes pela obtenção do poder que os levavam a uma divisão, tornando-os vulneráveis e propensos à invasão estrangeira como a Espanha e a França.

¹⁵⁷ A Dinastia Médici perdurou cerca de 300 anos, conquistando o poder de Florença por meio do banqueiro *Cosimo di Medici* que deu início a governança dos Médici’s. Destacou-se pela capacidade de liderança estatal adotando-se as diversas táticas para que pudesse se manter no poder político e econômico durante muito tempo, ou melhor, séculos. A Dinastia Médici se sobressaiu pelo uso de artimanhas que impressionaram ao mundo, utilizando-se inclusive da Igreja com a indicação do ministério papal [Papa Leão X – 1513/1521; Papa Clemente VII - 1523/1534; Papa Pio IV – 1559/1565; e o Papa Leão XI - 1605], além de destacar-se por inaugurar a “Era Renascentista” fazendo surgir os mais renomados arquitetos, artistas plásticos, escultores, pintores, escritores de

mesma forma com Gramsci com a ascensão do governo fascista (1926). O fato é que ambos permaneceram reclusos em meio às condições que lhes eram impostas e, mesmo assim, não mediram esforços para produzir uma literatura que viesse contribuir com o processo de organização política, de modo a *cambiar* com a “realidade efetiva”, Maquiavel com “O Príncipe” e Gramsci com os *Cadernos e as Cartas do Cárcere*, ambos partindo do “ser” para o “dever ser”.

Gramsci ao recorrer a produção de Maquiavel demonstra que nela há elementos positivos a serem incorporados ao processo de organização de luta das classes subalternas, diferentemente do modo como vulgarmente se interpreta o autor, atribuindo-lhe sentido negativo às suas elaborações, como no caso do “maquiavelismo” que o associa à uma má conduta, uso de má fé para obtenção do poder. Esse pensamento reduz a magnitude do intelectual florentino à uma simples direção política em busca da chamada “governabilidade” como forma de conter o avanço das forças populares, por exemplo. Citando caso análogo poderíamos colocar a aprovação da “Carta de Trabalho”¹⁵⁸ (1927) lançada pelo Partido Nacional Fascista (PNF) como manobra política para frear o avanço dos movimentos populares que desestabilizavam as ações do governo italiano-fascista.

Liguori (2013)¹⁵⁹, presidente da IGS/Itália, em um debate acerca das contribuições do “proto-jacobino” - Maquiavel – no Caderno 13, ressalta a relevância para com a produção teórica revolucionária de Gramsci, considerando-o como um revolucionário que compreende e

toda história (Michelangelo, Giorgio Vasari, Benvenuto Cellini, Bartolomeo Ammanati e outros). É importante ressaltar, que tal proeza não se deu por acaso, por simples apreciação cultural, mas pela necessidade de serem adorados e idolatrados por meio de grandes obras e momentos, o que lhes conferiam o poder político-econômico, atraindo para si o seu povoado (os súditos) e os pequenos comerciantes (os burgos) que acabariam por lhes render os lucros necessários a manutenção de poder, portanto, o culto a imagem da realeza era uma forma de se manter no poder. Destaca-se também, Nicolau Maquiavel que fora acusado (1512) de conspirar contra o governo dos Médici's e como pena é demitido de suas atribuições diplomáticas se reclusando em uma propriedade na província de Florença, e por lá escreveu suas importantes obras “O príncipe” (1513); e os “Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio” (1512-1517). (Documentário *An Empires Special*).

¹⁵⁸ Se analisarmos a forma como os líderes de Estado conduzem suas nações, veremos que trazem uma preocupação para a chamada governabilidade. Tal “governabilidade” implica em uma direção política e econômica dos chefes de Estado, alguns adotando medidas coercitivas, outros com medidas aparentemente “democráticas”, como foi o caso da Itália neste dado momento. Com os escritos de Maquiavel “O Príncipe”, é comum o uso de sua obra para o lado “pejorativo”, de fazer com que nações sejam conduzidas para determinado fim, utilizando-se de “artimanhas” necessárias para o usufruto de seus interesses. Colocamos este fato como exemplo, dentre tantos outros, pois consideramos que a tática que fora utilizado por Benito Mussolini, do Partido Nacional Fascista, para criar a Carta de Trabalho como uma manobra política para conter o tensionamento que se avolumava com as forças populares que avançavam na Itália. O referido documento, criado em 1927, visava guiar as relações de trabalho entre o trabalhador, o patronato e o Estado, servindo-lhe de base para muitos outros países, a exemplo do Brasil com a CLT na Era Vargas. Tal documento se utilizava de um princípio corporativo e visava atender, em certa medida, os “interesses” dos trabalhadores por meio de organizações corporativas consoantes aos interesses, prioritários, da iniciativa privada sob a tutela do poder estatal, que lhe concedia privilégios.

¹⁵⁹ Apontamentos apresentados em palestra realizada na Universidade Federal Fluminense - UFF, em 7 de novembro de 2013 (Niterói- RJ), por Guido Liguori (IGS/Itália), traduzido por Rocco Lacorte (UFMG).

analisa a “realidade efetiva” prospectivamente, portanto, para além das circunstâncias proporcionadas por aquele tempo histórico¹⁶⁰, em que os “homens de Estado” a concebiam como questões meramente diplomáticas.

Para Gramsci (2001), pensar em Maquiavel não se tratava tão somente de concebê-lo como mero “cientista político” ou um simples “diplomata” de nações que se contenta apenas com a “realidade efetiva”, mas em um “homem de partido”¹⁶¹ (GRAMSCI, 2001, p. 35) cuja intenção se remete a uma estreita relação com o povo” e “para o povo”¹⁶², confundindo-se com o próprio povo. É o que afirma Gramsci (2001b) ao dizer que

Maquiavel tinha em vista “quem não sabe” [...] ele pretendia promover a educação política de “quem não sabe” [...] de quem deve reconhecer como necessários determinados meios, ainda que próprios dos tiranos, porque deseja determinados fins [...] (GRAMSCI, 2001b, p. 58).

Portanto, uma concepção digna de um verdadeiro “político em ato” que não somente retoma a realidade posta do “ser”, mas que vislumbra o “vir a ser”, o “dever ser”¹⁶³, proporcionando-lhes as condições necessárias para que aconteçam as mudanças que se esperam, numa interação orgânica e dialética para com os “que não sabem”, proporcionando-lhes uma literatura que possa contribuir com o desenvolvimento de suas consciências a ponto de torná-los “demiurgos” de sua própria história.

Nestes termos, assevera Gramsci (2001) que “[...] o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 35). Gramsci coloca aqui algumas questões que para nós são imprescindíveis, a primeira é a de que o “político em ato” se trata de um sujeito criativo que não se contenta com a realidade “dada” ou “posta” e que, ao mesmo tempo, aspira por mudanças significativas, sendo tais mudanças condicionadas pela análise de mundo real e não

¹⁶⁰ De acordo com Guido Liguori (2013), compreender Maquiavel em seu tempo é entender que naquele período se travaram lutas internas na república florentina com a luta entre os Estados italianos por um equilíbrio recíproco, a luta dos Estados italianos primava pelo o equilíbrio europeu e, por isso teve que produzir uma obra que retratasse o seu tempo histórico (Q 1, 10, pp. 8-9 = Cc, 6:345).

¹⁶¹ Gramsci (2001) diz que “[...] Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista” (GRAMSCI, 2001, p. 35).

¹⁶² Um princípio gramsciano advindo das ideias de Maquiavel, mais precisamente da obra “O Príncipe”, ao escrever em sua dedicatória ao governante de Florença, Lourenço Médici, afirmando que: “[...] para bem conhecer o caráter do povo, é preciso ser príncipe e, para bem entender o do príncipe, é preciso ser do povo [...]” (MAQUIAVEL, 1513, p. 3). Temos aqui um dos princípios que nortearam a concepção de partido em Gramsci, sobretudo, a do “moderno Príncipe” que deverá ser do povo, para o povo, com o povo.

¹⁶³ “[...]. O dever ser é, portanto, concretude, “é a única interpretação realista e historicista da realidade, é a única história e filosofia em ato, única política”. [...]” (GUIDO e PASQUALE, 2017, p. 196)

do imaginário como colocavam os pensadores idealistas com o “príncipe imaginário”. O outro olhar remete-se ao âmbito da subjetividade humana, já que Gramsci afirma que “o ser” não se move a partir do nada e necessita de uma base real que possa lhe fornecer à elaboração de concepções teleológicas que venham corroborar com o desenvolvimento da consciência política das massas¹⁶⁴. Sendo este trabalho a ser desempenhado pelas contribuições educativas do “político em ato” através do Partido Político que deve visar diuturnamente a constituição do “vir a ser” [do “dever ser”].

Nestas condições, o teórico sardo chega ao ápice de sua maturidade teórico-política e passa a reconsiderar uma série de conceitos que, de agora em diante, corroboram com a concepção de Partido político. E a sua visão acerca do Partido Político recebe uma dimensão ampliada se comparada ao período pré-carcerário, partindo do interior das massas de modo “intrínseco” a elas, portanto, inspirada a partir da obra “O Príncipe”¹⁶⁵ de Maquiavel que a considera como uma espécie de “manifesto político”¹⁶⁶ (GRAMSCI, 2001b p. 14).

Por este prisma, o Partido Político de Gramsci absorveu “em partes” as dimensões políticas postas anteriormente ao *príncipe-condottiere* de Maquiavel, cuja visão política centrava-se no poder decisório de uma única *persona*¹⁶⁷, de um “indivíduo concreto”, o príncipe, capaz de desenvolver uma “vontade coletiva” de todo um povo rumo a consolidação de “novo tipo de Estado”, que na época era dada pela unificação da Itália.

O pensamento político de Maquiavel em torno da “vontade coletiva”, passa a estender-se a uma ação decisória mais ampla, visando a homogeneidade de um pensamento político-revolucionário, ampliando a consciência política de *las personas*, criando uma organicidade e sistematicidade na direção “do novo” e extinção do velho, substituindo a figura do príncipe pelo Partido Político [o moderno Príncipe], enquanto guia, instrutor, organizador e arquiteto de uma

¹⁶⁴ Para Gramsci (2011b), Maquiavel tinha em vista “quem não sabe” [...] ele pretendia promover a educação política de “quem não sabe” [...] de quem deve reconhecer como necessários determinados meios, ainda que próprios dos tiranos, porque deseja determinados fins [...] quem é que “não sabe”? A classe revolucionária da época, o povo e a nação italiana [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 58).

¹⁶⁵ “O Príncipe” foi escrito por Nicolau Maquiavel, em 1513, para apresentar o príncipe de Florença, Lourenço de Médici – “O Magnífico”, como forma de conferir-lhe a “faculdade de poder” auxiliando-o com o processo de unificação dos Estados (condados e reinados) que viviam os constantes conflitos econômicos e políticos, estabelecendo com isso a paz entre as nações. A referida obra reuniu 26 capítulos que teciam considerações acerca dos principados, das virtudes e das fraquezas de cada reinado, conferindo-lhe uma orientação política para que se estabeleça a unificação do território italiano. Enfim, trata-se de uma obra que disponibiliza a “faculdade de poder” ao governante, do mesmo modo, a todos os povos, devendo este último apropriar-se de tal conhecimento.

¹⁶⁶ Gramsci (2011b) ressalta que “[...] o epílogo do *Príncipe* não é algo extrínseco, “imposto” de fora, retórico, mas deve ser explicado como elemento necessário da obra ou, melhor ainda, como aquele elemento que reverbera sua verdadeira luz em toda a obra e faz dela algo similar a um “manifesto político [...]” (GRAMSCI, 2011b, p. 14).

¹⁶⁷ De acordo com Gramsci (2001b), “[...]. Pode-se supor que Maquiavel pretendia convencer estas forças da necessidade de ter um líder que saiba o que quer e como obter o que quer [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 58).

“vontade coletiva”¹⁶⁸ a ser disseminado *para e com* as classes subalternas em todas as instâncias que envolvam o campo da estrutura e da superestrutura. Nesse sentido, para Gramsci (2001b)

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. [...] (*idem*, p. 16).

Como se vê, “O Príncipe” de Maquiavel, que depositava os créditos em “pessoa singular”, em um “herói pessoal” dotado de habilidades [“virtú” e “fortuna”], com o objetivo de estabelecer uma “vontade coletiva” a ponto de unificar os estados italianos e, com isso, consolidar a libertação dos povos, passa, então, a ampliar-se e torna-se num “organismo vivo” de ampla organicidade política-ideológica. Por este ângulo, de maneira análoga ao verbete “organismo vivo”, podemos dizer que o partido [“moderno Príncipe”], em sua fase madura, trata-se de um “organismo ativo” dotado de vida e de uma primorosa conexão com os demais “órgãos” de um “organismo vivo”, isto é, de uma “perfeita” conexão com os estratos da sociedade, garantindo-lhes uma “fisiológica” imprescindível à manutenção de um todo, de todo o Partido Político, quer dizer, da particularidade à totalidade do “moderno Príncipe”, mutuamente. Assim, o “moderno Príncipe” terá a incumbência de proporcionar à construção de uma “vontade coletiva nacional-popular” por meio de um intenso trabalho pedagógico e educativo na conscientização política das massas populares, constituindo, de certa forma, uma nova “hegemonia”¹⁶⁹ consolidada pela sociedade civil e a sociedade política, no terreno da luta

¹⁶⁸ Para Coutinho (2012), a vontade coletiva é “[...] concebida por Gramsci como ‘consciência operosa da necessidade histórica’, ou seja, como a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora. E, dado que uma vontade coletiva só pode ser suscitada e desenvolvida quando existem condições objetivas para tanto, o partido tem de realizar ‘uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país dado’ como condição para elaborar uma linha política capaz de incidir efetivamente na realidade (COUTINHO, 2012, p. 171).

¹⁶⁹ Del Roio menciona as contribuições de Lenin na construção do pensamento político de Gramsci para o campo da hegemonia e da construção de uma “vontade coletiva nacional-popular”, retomando o que Gramsci já havia escrito no Caderno 10, pois para ele “[...] o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico[...].” (GRAMSCI, 2001, p. 320). Ainda sobre as contribuições de Lenin para o pensamento de Gramsci acerca da “hegemonia”, Portelli (1977) assevera que o pensamento de Gramsci está completamente entrelaçado ao de Lenin, apenas divergindo em certos aspectos, pois o pensamento de Lenin “[...] insiste sobre o seu aspecto político: o problema essencial para ele é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objeto e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política, porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, [...]”, o que era completamente natural, haja visto que a sociedade civil na Rússia era débil e “gelatinosa”, ao contrário da sociedade civil italiana [característica dos países ocidentais] de aparência mais consistente, portanto, Gramsci situava “[...] o terreno essencial da luta contra a classe dirigente

de classes, compondo o sistemático “organismo vivo” do Partido Político, o “moderno Príncipe”. Nesse sentido, o Partido Político desde então passa a ter um importante papel diante da luta pelo socialismo e, para esse fim,

O moderno príncipe [o partido] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2001b, p.18).

Nesse sentido, o “moderno Príncipe” além de anunciar (Partido educador) deverá construir e consolidar uma “reforma intelectual e moral” das classes subalternas mediante um trabalho acentuado na formação política-ideológica das mesmas, sob o uso de uma filosofia revolucionária, a “filosofia da práxis”¹⁷⁰, como forma de resistência e superação do “bloco histórico” vigente, de modo que com feito seja proporcionado inclusive uma “reforma econômica”¹⁷¹ a partir do processo de reorganização da vida produtiva. Portanto, a “reforma intelectual e moral” de que fala Gramsci” deverá criar um “terreno para um desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular [uma hegemonia oposta a das classes dominantes] no sentido da realização de uma forma superior [“autogoverno dos produtores associados”] e total de civilização moderna [o comunismo]” (*idem*, p.18).

Isto posto, o “moderno Príncipe” (Partido educador), constituído pelo conjunto de “intelectuais orgânicos” das classes subalternas, tornar-se-á o artífice qualificado capaz de construir uma “reforma intelectual e moral”¹⁷², elevando as classes subalternas para além da visão corporativista (assentada no “egoísmo-passional”), isto é, elevando-as a um estado “ético-político” e tornando-as classe dirigente¹⁷³, portanto, sujeitos de sua própria história,

na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-se ao conjunto do Estado (sociedade civil mais a sociedade política)[...]” (PORTELLI, 1977, p. 65).

¹⁷⁰ Gramsci diz que a “[...] a filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 103).

¹⁷¹ Ainda segundo Gramsci (2001b, p. 18), a tida “reforma intelectual e moral” pressupõe a um “programa de reforma econômica” e para tal se fazia necessário a devida intervenção no processo da vida produtiva, ou seja, no campo da estrutura, daí umas das razões pelas quais nos levam a pensar que nos anos de 1919-1920 Gramsci tenha investido nos Conselhos de Fábrica.

¹⁷² Para Coutinho (2012), a tarefa do “moderno Príncipe “[...] consistiria em superar os resíduos corporativistas (os momentos “egoístico-passionais”) da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, ou seja, de grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre uma universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. (COUTINHO, 2012, p. 169)

¹⁷³ Para Gramsci, o Partido Político deverá elaborar de modo hegemônico, uma “vontade coletiva nacional-popular” a ponto de fazer com que as classes subalternas cheguem ao momento “ético-político” e se tornem classe

responsáveis por “cimentarem” um novo “bloco histórico” e garantir-lhes a devida liberdade¹⁷⁴, longe das amarras do capital. Portanto, o “moderno Príncipe”, segundo Gramsci (2001b) “[...] tomará o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico[...], tornando-se a “[...] base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 19), criando de certa forma uma “nova cultura” e uma nova hegemonia, uma hegemonia afastada das classes dominantes voltada às classes subalternas, de modo a garantir-lhes a devida vitória (COUTINHO, 2012, p. 212).

Desta feita, tendo analisado as condições objetivas da realidade para a devida implantação da vontade coletiva (COUTINHO, 2012, p.171), a tarefa pedagógica¹⁷⁵ do “moderno Príncipe” com relação ao construto de uma nova hegemonia, pressupõe a superação do déficit político-ideológico das classes subalternas, exigindo do “Partido Príncipe” [“escola de Partido”] o devido “profissionalismo” na arte de conceber e executar efetivamente a “filosofia da práxis”, utilizando-se de uma criatividade para a devida intervenção nos mais variados estratos da sociedade, impulsionando, com isso, o processo de transição socialista rumo a uma nova forma de sociabilidade livre, humana e emancipada.

No que concerne ao “profissionalismo” do partido Político (“moderno Príncipe”) para que tenha uma maior eficácia no desenvolvimento da consciência política e, conseqüentemente, na construção da “vontade coletiva” das classes subalternas, Gramsci assevera que “[...] todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais’, não pelo nível de erudição, mas pela função que exercem no partido que é diretiva, organizativa, educativa e intelectual (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2012, p. 174). Nestes termos, Gramsci (2001b) assevera que o Partido político [“moderno Príncipe”] deverá compor-se de maneira orgânica e coesa¹⁷⁶, sem

dirigente, é o que reafirma Coutinho (2012) “[...] tornar-se classe hegemônica encarna-se precisamente na capacidade de elaborar de modo homogêneo e sistemático uma vontade coletiva nacional-popular; e só quando se forma essa vontade coletiva é que se pode construir e cimentar novo “bloco histórico” revolucionário, em cujo a classe operária (liberta de corporativismos) assuma o papel de classe dirigente. [...]” (COUTINHO, 2012, p. 170).

¹⁷⁴ Até a sociedade regulada, assentada pelo Estado-classe das massas subalternas, deverá o “moderno Príncipe”, o Partido Príncipe a conduzi-las do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade”, sendo que para tal o partido político que deverá ser o “guia da revolução”.

¹⁷⁵ A tarefa pedagógica do Partido político (“moderno Príncipe”) consiste na construção de uma “vontade coletiva” que vise a dupla tarefa contida do processo de ensino-aprendizagem [o educador deve ser educado], pois ao passo que o partido e os seus dirigentes tomam a “direção consciente”, eles também aprendem diante das “condições históricas” favoráveis as devidas transformações, portanto, ambos vivem um “momento catártico”, ambos caminham na direção do momento “ético-político”. E o “Partido Príncipe” ao buscar estabelecimento de uma “vontade coletiva” e uma “transformação cultural”, este, por sua vez, não o coloca “pelo alto”, nem tampouco se detém ao *espontaneísmo* de massas, mas se expressa em uma relação orgânica e coesa entre as massas e o partido (“moderno Príncipe”), buscando fazê-los com que as sejam devidamente “educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados”, portanto, em uma “direção consciente” de modo a consubstanciar com a “ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa” (COUTINHO, 2012, p. 172).

¹⁷⁶ De acordo com Coutinho (2012) Gramsci considera o partido coeso e orgânico quando: “1) [...] se dá uma circulação permanente entre os três estratos em seu interior; 2) quando sua função não é regressiva e repressiva,

que a estrutura organizativa do partido perdure eternamente, pelo contrário, esta, por sua vez, deverá ser supressumida, assim como o “Estado-coerção”, logo, o Partido Político deverá compor-se temporariamente da seguinte forma: “[...] 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. [...] 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventivo numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. [...] 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. [...] (GRAMSCI, 2001, p. 316 - 317).

Gramsci, o educador que educa e é educado em meio as circunstâncias do movimento dinâmico e real da história, constrói, a partir de suas experiências teórico-práticas, a estrutura organizativa do partido e as expõe no Caderno 13, apoiando-se, é claro, nos aportes teórico-práticos, seja com o movimento jacobino na França ou bolchevismo na URSS, ou com as contribuições advindas com Maquiavel, Sorel e Rosa, sobretudo de Lenin, através da política da *bolchevização* com a política da frente única que trazia em seu bojo a defesa de uma hegemonia proletária-camponesa, além de outros, os quais fizeram de Gramsci um “político em ato” extremamente cuidadoso com a análise da “realidade efetiva”, fazendo-o perceber a estrutura do aparato estatal condizente a realidade italiana, de característica ocidental, para que com isso fosse traçada a concepção do “moderno Príncipe”.

Como um “político em ato” não se “move do nada”, Gramsci analisou, no cárcere, os motivos pelos quais as classes subalternas não obtiveram êxito em suas investidas. Os avanços e os ranços investidos pela Itália e a Rússia o auxiliaram na compreensão da estrutura estatal em que eram dados a seus governos. Sendo que a Rússia com a política da *bolchevização*, sob a direção de Ilitch (Lenin) deu a Gramsci elementos para que concebesse uma hegemonia em favor das classes subalternas rumo a construção de uma vontade coletiva analisando as especificidades para cada sociedade (nacional ou internacional), sobretudo a italiana.

Portanto, tanto Lenin como Gramsci tiveram um olhar mais acurado acerca da “realidade efetiva” e perceberam a necessidade de colocarem em cena uma estratégia particular (nacional-popular) que viesse corroborar, de modo efetivo, com a “transição” de um Estado

conservadora do existente, mas progressista, voltada para ‘elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas’, 3) quando não é um ‘mero executante’, mas ‘um deliberador’. [...]” (COUTINHO, 2012, p. 178)

socialista. Daí as considerações de Gramsci acerca das contribuições soviéticas no tocante aos Estados do Ocidente e do Oriente que, de certa forma, reverberaram em outros conceitos fundamentais às análises gramscianas. Não por acaso, Gramsci (2001b) dizia: “(...) Parece-me que Ilitch havia compreendido que ocorria uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, à guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, (...)” (GRAMSCI, 2001b, p. 262).

Nestes termos, os elementos delineados por Lenin já demonstravam a expressão do jacobinismo para a contemporaneidade (da Rússia de 1917), vislumbrando, a partir de então, a necessidade de se construir “estratégias particulares”¹⁷⁷ em atendimento as especificidades político-geográficas dos Estados do “Ocidente” e do “Oriente”. Lembrando que tais Estados não se diferenciam exclusivamente pelas características geográficas, mas pelo nível de organicidade e interação da “sociedade civil” para com a “sociedade política”, de acordo com cada tempo histórico. É o que testemunha Gramsci (2001b), no Caderno 13, dizendo que

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2011b, p. 262).

Nesta ocasião, sem que seja absorvida como vias de regra, os Estados do “Ocidente”, compostos por Estados ditos “democráticos”, são caracterizados pelo uso de um “consenso” a ser disseminado na relação dialética da sociedade civil com a sociedade política, mutuamente; de outro modo, pode-se citar os Estados do “Oriente”, tipicamente considerados como Estados “ditatoriais” que se valem da força coercitiva e repressiva do aparato estatal a fim de garantir-lhes a devida “governabilidade” política e econômica.

Tomando como referência as especificidades dos Estados, Gramsci vai reelaborando sua concepção política para a devida atuação no “Estado em sentido amplo” estabelecendo, com isso, as táticas e estratégias fundamentais para o surgimento do “novo bloco histórico”, de um “bloco histórico” em favor das classes subalternas. Por conseguinte, o olhar de Gramsci no que concerne a política torna-se mais refinado, fazendo-o perceber que, a partir das palavras de Coutinho (1994):

¹⁷⁷ Para Gramsci era necessário criar uma política de Frente Única capaz de criar as condições para que se alcance os fins desejados, portanto era preciso “[...] um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil, etc. [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 262).

[...] A luta política já não se trava entre, por um lado, burocracias administrativas e policial-militares que monopolizam o aparelho de Estado, e, por outro, exíguas seitas conspirativas que falam em nome das classes subalternas; nem tem como cenário principal os parlamentos representativos apenas de uma escassa minoria de eleitores proprietários. A esfera política “restrita” que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública “ampliada”, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa [...] (COUTINHO, 1994, p. 52 - 53).

Portanto, a luta política¹⁷⁸ de Gramsci se coloca de maneira ampliada devido ao próprio desenvolvimento do aparelho estatal, de uma sociedade civil bem mais complexa e abrangente, assim como coloca Coutinho (1994) afirmando que se trata de um “[...] conjunto das instituições responsáveis pela representação de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias [...] dados pelo campo da superestrutura através de escolas, igrejas, partidos, organizações profissionais, meios de comunicação, enfim, todos exercendo “em partes” a funcionalidade de partidos¹⁷⁹ (COUTINHO, 1994, p. 54) como coloca Gramsci no caderno 13.

Isto posto, Gramsci concebeu a política por meio da arte de se fazer política. Sobre isto, Gramsci reservou partes do Caderno 13 para imprimir suas considerações acerca dos procedimentos táticos e estratégicos que, inicialmente, se valiam da “arte militar”, mas que agora são retomados pela “arte política”. Portanto, sua produção tecia comentários acerca da condução das guerras militares que eram conduzidas pelos grandes generais, transportando-as para o campo da luta política e econômica, de modo a analisar minuciosamente o comportamento do adversário político. Desta feita, de igual modo, as guerras¹⁸⁰ que por ora eram empreendidas pelas forças militares através da “guerra de movimento” (manobra) e a

¹⁷⁸ Para Gramsci (2001b) a “arte política” através da “guerra de posição” se coloca na ordem do dia devido à complexidade da sociedade civil nos países ocidentais, pois a “[...] sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna [...] (GRAMSCI, 2001, p. 73).

¹⁷⁹ Gramsci afirma que estas organizações assumem muitas vezes a função de partido ou frações do próprio partido, pois “[...] o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos” (GRAMSCI, 2001b, p. 350).

¹⁸⁰ Gramsci cita algumas características que evidenciam os tipos de guerras, tais como por exemplo: “[...] a resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea” (GRAMSCI, 2001b, p.154).

“guerra de posição”, passaram também a ser aplicadas no campo da economia política de acordo com suas especificidades e particularidades. Nestes termos, a “guerra de posição” é trazida para o terreno da economia política e, por isso, é colocada de maneira bem mais complexa, exigindo da sociedade civil uma série de procedimentos didáticos a fim de que sejam travadas as lutas a curto, a médio e a longo prazo. Assim, Gramsci (2001) assevera que:

[...] A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais "intervencionista", que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a "impossibilidade" de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, [...] na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. (GRAMSCI, 2001, p. 255).

Gramsci, percebendo a complexidade do “Estado moderno”, sobretudo das nações de características ocidentais cuja sociedade civil encontra-se completamente desenvolvida, privilegiou a “arte política” para um bom combate em favor das classes subalternas. Tal combate, dar-se-ia por meio do Partido Político [o “moderno Príncipe”] que se responsabilizará pela construção de uma “vontade coletiva nacional-popular”, em face de uma “reforma intelectual e moral” das classes subalternas e, com isso, seja desenvolvida uma hegemonia de massas a ponto de constituir-se em um novo “bloco histórico”.

Nesta esteira, o “moderno Príncipe” passa então a ter uma atuação permanente e contínua nas organizações de massa no campo da sociedade civil e da sociedade política, construindo a partir delas novas relações materiais e, conseqüentemente, novas relações sociais rumo ao construto de uma nova forma de sociabilidade humana que, de modo orgânico e dialético, se encarrega de absorver os mais variados estratos da sociedade, sobretudo, das massas camponesas, das classes subalternas, proporcionando com isso uma abertura para um “novo tipo de Estado”.

Portanto, um “novo tipo de Estado” [“sociedade regulada”, um Estado que aos poucos se consolidará com a investida do Partido¹⁸¹ [o “moderno Príncipe”] para a tomada do poder

¹⁸¹ De acordo com Gramsci, Lepre afirma que o Partido tem como função primordial a condução da sociedade civil-política para “sociedade regulada”, ao contrário do que fez Stalin que confundiu o Partido com o governo e com o Estado, não conseguindo chegar a um processo de auto-gestão “governados e governantes”, de modo que os soviets é que deveriam conduzir o Estado enquanto “funcionários do Estado” apresentando os interesses da coletividade (2001, p. 236).

político e econômico, estabelecendo assim uma nova forma de governo, uma nova ordem. E, enquanto perdurar o Estado de transição, o Partido Político [o “moderno Príncipe”] deverá conduzir, formar e instruir as massas populares¹⁸² à construção dos *soviets* para o gerenciamento estatal. Nestas condições, o “novo tipo de Estado” será dirigido pelos chamados “funcionários do Estado”, cuja visão se assentará na vida coletiva de modo que as liberdades humanas estejam asseguradas. Portanto, um período onde se assentará o Estado de transição [sociedade regulada] para o comunismo, cuja sociedade deverá constituir-se paulatinamente através do “Estado educador”, por meio de um caráter pedagógico¹⁸³ com vistas a um “consenso”¹⁸⁴ e a uma nova “hegemonia” para elevar o nível de conscientização das massas populares.

Nestas condições, Gramsci *apud* Lepre (2001) afirma que o Estado assumirá a função de “guardião noturno”¹⁸⁵ e o “período de *estadolatria*” trará a organização política estatal de modo provisório, configurando-se da seguinte forma:

[...]. Na primeira, o Estado seria igual ao governo, identificando-se com a sociedade civil; na segunda, o Estado assumiria a função de “guardião noturno”. [...] Na aparência, parecia pender para a tese dos liberais, mas na realidade a função de “guardião noturno” no Estado socialista seria muito diversa daquela exercida em um Estado liberal; de fato, conservaria o caráter de “uma organização coercitiva” para tutelar o desenvolvimento dos elementos do comunismo e só reduziria as suas intervenções autoritárias na medida em que este desenvolvimento fosse sendo incrementado. [...] (LEPRE, 2001, p. 237).

Enfim, o “novo tipo de Estado”, o Estado educador e provisório assumiria, em dado momento, a “organização coercitiva” com o intuito de salvaguardar o “Estado de transição” de prováveis conspirações dos grupos que eram historicamente dominantes, pertencentes ao “Antigo Regime” e contrários a nova direção engendrada na “sociedade sem classes”, livre e

¹⁸² Percebe-se aqui as influências de Lenin para com a concepção de Partido Político em Gramsci, “pois compararmos ao Partido Social-Democrata da Rússia, devemos ter um quadro sólido e invariável, que garante incondicionalmente a concentração do centro de gravidade na propaganda e na agitação, nos comícios-relâmpago e nos comícios de massa, na difusão de panfletos e brochuras, na colaboração na luta econômica e no apoio às suas palavras de ordem. Não há um só comitê do partido, um só comitê regional, uma só reunião central, um só grupo de fábrica, no qual noventa e nove por cento da atenção, forças e tempo não sejam dedicados, sempre e constantemente, a todas estas funções, já estabelecida desde a segunda metade dos anos noventa (LENIN, 1977, p. 446).

¹⁸³ No §11 do Caderno 13, Gramsci fala de um Estado “educador” que se propõe educar as massas com o fulcro de criar um novo tipo de Estado de civilização, devendo criar as condições necessárias para população, premiando as atividades louváveis e meritórias e punindo as atividades criminosas (GRAMSCI, 2001, p. 28 - 29).

¹⁸⁴ “[...] uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, senão mesmo dos grupos decididamente adversários [...]” (GRAMSCI, 2001, p.59 - 60).

¹⁸⁵ Na obra *Gramsci e o estado* (1980), segundo a autora Gramsci se reporta ao “Estado-vigia noturno” que tem como responsabilidade a tutela da ordem pública, de cumprimento das leis (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 359).

emancipada. Desta feita, o “Estado socialista” atuará enquanto “Guardião” com fito de garantir-lhes as medidas educativas e coercitivas de modo que a “sociedade civil” suplante a existência da “sociedade política”, subsumindo-a e trazendo à tona a existência de “novo tipo de Estado”¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Com o novo tipo de Estado, a “sociedade civil” representará toda coletividade. Nele, a sociedade civil vivenciará o autogerenciamento das forças produtivas, num revezamento contínuo e orgânico de seus “dirigentes” e “dirigidos”, configurando-se, assim, em um momento de aprendizado para todos que a compõem, até a consolidação do comunismo.

5 CONCLUSÃO

A trajetória de vida e obra de Antonio Gramsci fora exposta como elemento fundamental na busca de angariarmos respostas à nossa pesquisa bibliográfica, a qual tem como tema “*A concepção de Partido em Antonio Gramsci: o educador deve ser educado*”. Com o feito, tomando como direção o que diz Semeraro (2011, p. 1) que não se pode compreender o “ser poliédrico e unitário” sem que seja analisada de maneira dialética as dimensões de sua vida cultural (a política, a filosofia, a educação, a cultura, a vida pessoal e social), evidenciamos os aspectos pedagógicos (políticos/filosóficos) que influenciaram a construção do conceito de Partido Político em Gramsci que, a nosso ver, ao longo de sua trajetória cultural, esteve completamente imbricada na tese de que o “educador deve ser educado” (Marx, 2010, p. 113).

Assim, a pesquisa em tela incorpora uma temática que, se formos a fundo, é também bastante recorrida pela contemporaneidade, pois em tempos de crises, seja ela econômica ou política, tornam-se mais comuns os ataques às “classes subalternas” e ao conjunto de suas organizações, sendo o Partido Político de Gramsci, objeto de nossa pesquisa, o alvo cobiçado pelos detentores dos poderes político e econômico da época, em meados do século XX. Por isso os motivos pelos quais nos levaram a aprofundar os estudos acerca de sua concepção de Partido Político para aquele período histórico.

Isto posto, a abordagem em torno deste trabalho dissertativo procurou evidenciar, em certa medida, o aspecto intelectual e político do Partido de Gramsci em conjunto ao seu próprio desenvolvimento que, para nós, ao passo que Gramsci educava as massas, por elas também era educado. De modo análogo, o referido pensamento corrobora da mesma forma com a tese de que o Partido se tornará o agente (trans)formador da realidade existente, portanto, se constituirá no “germe da revolução” e sintetizará a “vontade coletiva” por meio da ação educativa de massas, tornando-se no “Partido Educador” pelo fato de dialogar com as “*Teses sobre Feuerbach*”, mormente, com a terceira tese – a de que “o educador deve ser educado”.

Nesta direção, Gramsci desenvolveu sua concepção de Partido Político completamente entrelaçada ao processo de ensino e aprendizagem mútuo do “ser”, com vistas para o “dever ser”, focando a elevação cultural das classes subalternas, numa “relação ativa” do “mestre” para com o “aluno” e vice-e-versa, sem olvidar as circunstâncias fornecidas pelo ambiente cultural por qual se pretende modificar [*práxis* revolucionária]. Por este prisma, afirmava-se que “todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor” e que a *práxis* revolucionária difundida pelo

“filósofo coletivo” dar-se-ia pela “[...] relação social ativa de modificação do ambiente cultural” rumo as novas relações sociais (GRAMSCI, 2001b, p. 399 - 400).

Neste espectro, Gramsci obteve experiências consideráveis no período *pré* e *pós* carcerário. Foram tamanhas as contribuições antes e depois de sua prisão, seja pela trajetória de vida enquanto militante político na correlação de forças contra o Estado fascista e o grande capital, em defesa do operariado e do campesinato, ou pelas experiências teórico-práticas advindas de organizações políticas de classes [partidos e sindicatos] ao longo deste trajeto, o fato é que a multiplicidade de dados culturais assimiladas por ele impactou substancialmente sua produção teórica revolucionária a ponto de constituir-se em um legado “*für ewig*”, ou seja, para sempre.

Por conseguinte, os escritos carcerários, em especial no tocante ao “Caderno 13” – *Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política*, favoreceram, enormemente, para que compreendêssemos o ápice de seu pensamento político no que diz respeito a organicidade de um partido de vanguarda, o Partido da revolução. Portanto, um partido em sentido amplo, o “Partido Príncipe” [o “moderno Príncipe”] cuja tarefa revolucionária se respalda por meio de uma filosofia [a filosofia da práxis] que dialogue verdadeiramente com a “realidade efetiva” do “mundo dos homens” visando transformá-la em benefício das classes subalternas, desvelando assim as contradições do mundo real e, com isso, superando o “estado de coisas” impostos pelas classes dominantes.

Nestes termos, o Partido Político de Gramsci [o “moderno Príncipe”] além de historicamente considerar-se como “guia” da revolução, deverá responsabilizar-se por fazê-la acontecer. Pois, para Gramsci o “moderno Príncipe” deverá tornar-se realmente a “mola propulsora da revolução”, adotando a “instrução”, a “organização” e a “agitação” das classes subalternas de modo a atuarem no âmbito da estrutura (no terreno da produção material) e da superestrutura (no terreno das ideologias), superando-as *a posteriori*, mas até lá, forjando uma “vontade coletiva” a partir de uma “reforma intelectual e moral” a ser desenvolvida pela “elevação cultural” das massas, constituindo-se em um novo “bloco histórico”, por conseguinte, uma nova hegemonia em face das classes desprovidas dos meios de produção.

Desta feita, o “sujeito” da revolução [o “moderno Príncipe”] deverá constituir-se por todas as partes, cabendo a ele a formação e o fortalecimento de seu “predicado”, criando-se um novo “bloco histórico” a partir das condições objetivas e subjetivas da realidade, num “ambiente cultural” favorável e propício às transformações do mundo real, de modo a galgarem a chamada revolução socialista. Quer dizer, em uma relação dialética e indissolúvel do “sujeito” com o “predicado”, numa justaposição entre as partes e o todo a serem conduzidas pelo Partido

Príncipe [“o moderno Príncipe”] cuja tarefa imprescindível dar-se-á pela organização das classes subalternas para a tomada do poder político e econômico, constituindo-se assim em uma nova hegemonia. Daí o olhar pedagógico de Gramsci para com o Partido Político cujo os princípios norteadores de sua conduta os levaram a investir na elevação cultural dos chamados “simples” e não daqueles que historicamente eram amparados pelo Estado-burguês atendendo aos interesses de “pequenos grupos intelectuais” e/ou sociais. Portanto, Gramsci e sua concepção de Partido Político recupera totalmente o que há de mais elevado em termos educacionais, de uma educação em “sentido amplo”, de uma educação não formal, de uma educação a ser difundida pelo então “moderno Príncipe” cujo atributo se destina à elevação cultural dos “simples” a uma “concepção de vida superior” forjada em “um bloco intelectual-moral” de nova ordem, logo, de uma nova forma de sociabilidade humana (GRAMSCI, 2001, p. 102).

Enfim, apesar de todo esforço e empenho na tentativa de realizarmos a referida pesquisa bibliográfica, em meio a um contexto histórico de intensas e agudas crises políticas e econômicas, em meados do século XXI, reconhecemos os limites desta pesquisa que por ora a deixamos em aberto para demais contribuições acadêmicas, visto que o debate em torno da concepção de Partido Político em Gramsci não se encerra e nem se inicia a partir desta produção literária, pois cremos que ainda são tamanhas as discussões de que tratam a “pequena e a grande política” existente entre nas mais diversas nações. Todavia, a “realidade efetiva” em tempos hodiernos torna-se diuturnamente mais complexas diante das condições objetivas e subjetivas postas pela realidade social existente [“sociedade civil” e “sociedade política”]. Entretanto, esperamos que com o material aqui produzido, estudantes, militantes, organizações de classe e pesquisadores de modo geral tenham diante de si um trabalho que possa despertá-los a futuras e mais densas contribuições acerca da concepção de Partido Político em Gramsci, cuja ideia não se remete tão somente aos partidos de legenda, legitimados pelo Estado-burguês para fins estritamente eleitoreiros, mas um Partido em seu “sentido amplo” advindo das “classes subalternas” para o serviço das mesmas rumo ao construto de uma nova forma de sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS

- ARECO, Sabrina. Antonio GRAMSCI e Albert MATHIEZ: jacobinos e jacobinismos nos anos de guerra. **Revista Outubro**, Local de Publicação, n 24, 2º sem., 2015. Disponível em: <<http://www.bing.com/search?q=.+Antonio+Gramsci+e+Albert+Mathiez%3A+jacobinos+e+jacobinismos+nos+anos+de+guerra.+Revista+Outubro%2C+n%C2%BA+24%2C+2%C2%BA+semestre%2C+2015.+&form=SK2MDF&pc=SK2M>>. Acesso em: 01 jan. 2017.
- BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CHAGAS, Eduardo F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20911/21769389v38n120p55-70/2011>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única**. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. Gramsci e a educação do educador. **Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedex**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 311-328, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GENNARI, Emilio. **Sindicato e organização de base: passos e tropeços de ontem e de hoje**. São Paulo: CPV, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Dossiê Gramsci. A situação italiana e as tarefas do PCI: teses de Lyon/, Tradução: Aécio Alves e outros. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.35, n. 2, p.10-33, 2004. Disponível em: <www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10257/1/2004_art_agramsci.pdf>. Acesso em 03 jan. 2018.
- _____. **Cadernos do Cárcere v 2: os intelectuais, o princípio educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.
- _____. **Cadernos do Cárcere v. 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- _____. **Cartas do Cárcere v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **Cartas do Cárcere: antologia**. Galiza: Estaleiro Editora, 2011.
- _____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Democracia operária. Escrito em: 1919. 1. ed.: L'Ordine Nuovo, 21 jun. 1919. Tradução de Thiago Chagas Oliveira, em 9/11/2006. In: **Marxists.org [Blog]**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1919/06/21.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2.

_____. **L'Ordine Nuovo**. Rasegna settimanale di cultura socialista. Milano: Feltrinelli Reprint, 1966.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: Editores L&PM, 1980.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?: problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____; FERNANDES, Florestan (Org.). **Lenin: política**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. **Um passo em frente, dois passos atrás: Partido Comunista Português**. 1904. Disponível em: <<https://www.dorl.pcp.pt/.../5705-um-passo-em-frente-dois-passos-atras-resposta-a-rosa...>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. Publicada originalmente em A Classe Operária, n. 184, 2000, p. 11; 185, 15 fev. 2000. Disponível em: <www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/.../19_CF_Esquerdismo_FICHA.pd>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. **Obras escolhidas: V.I.Lénine**. Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/escolhidas/index.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. A estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas. III Internacional Comunista. Junho de 1921. Edições 4º Congresso do Partido Comunista Revolucionário (PCR) Brasil 2008. In: **Marxists.org**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LEPRE, Aurélio. **O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3.ed.rev.amp. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

_____. O trabalho; A reprodução social; A ideologia. In: LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell' essere sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1976.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926/1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. **Antonio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Tradução Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MAESTRI, Mario e CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Florença: LCC Publicações Eletrônicas, 1513.

Disponível em:

<www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co...>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. **Mensagem da direção Central à Liga dos Comunistas**. Tradução de Eduardo CHITAS. Lisboa, Portugal: Editora Avante, 2006. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O Capital: L. 3, v. 6**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o “moderno príncipe”**: a teoria do partido nos Cadernos do Cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULESU, Luca. **Nino mi chiamo: fantabiografia del piccolo Antonio Gramsci**. Milano: Feltrinelli Editore, 2012.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAGRA, Alicia. **A internacional: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo**. São Paulo: Sundermann, 2010.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci educador de “relações hegemônicas”. **Revistas Eletrônicas da Unemat** – Sinop, Mato Grosso do Sul, v.1, n.1, p.143-156, fev. /jun. 2011. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/viewFile/173/1523>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

_____. **Cartas do cárcere**. Galiza: Estaleiro Editora, 2011.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena. **Antonio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação**. Curitiba: UTP, 2005.

SOUSA, Joeline R. **Gramsci – educação, escola e formação: caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Appris, 2014.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa: edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2007.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937**. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WELFORT, Francisco C. **Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rosseau**. São Paulo: Editora Ática, 2014.